

TOBIAS MONTEIRO

**PESQUISAS E DEPOIMENTOS
PARA A HISTÓRIA**

Antonio Paim (organizador)

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO
PENSAMENTO BRASILEIRO (CDPB)**

2011

SUMÁRIO

Apresentação –Antonio Paim

INTRODUÇÃO

QUINZE DE NOVEMBRO

I. A conspiração

II. A sedição militar

III. O papel de Floriano

IV. Novas relações

O BANIMENTO DA FAMÍLIA IMPERIAL

I. O embarque

II. Do Rio à Ilha Grande

III. A travessia

IV. A doação

VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO

A dissolução do Congresso

APRESENTAÇÃO

Antonio Paim

Tobias (do Rego) Monteiro (1866/1952) era natural de Natal, capital do Rio Grande do Norte, onde concluiu humanidades, transferindo-se para o Rio de Janeiro na fase final do Império. Coursou durante alguns anos a Faculdade de Medicina, sem entretanto concluí-la.

No Rio de Janeiro, aproximou-se de Rui Barbosa (1849/1923), graças a que revelaria a sua verdadeiro vocação: **jornalista**. Ainda na primeira década republicana, iniciou brilhante carreira nessa atividade, no **Jornal do Brasil**, recém fundado (1891) e que logo granjeou grande popularidade, entre outras coisas, por haver optado pela oposição ao encaminhamento, anti-democrático, que os militares, sob influência positivista, imprimiram ao novo regime.

Tobias Monteiro conviveu, no jornal, com o jovem Barão do Rio Branco, então iniciando-se na diplomacia e que nutria grande paixão pela história do Brasil. Esse interesse, manifestado também por outros colaboradores do jornal, a exemplo de Oliveira Lima ou José Veríssimo, há de tê-lo contagiado.

Consagrado como jornalista, Tobias Monteiro acompanhou a Rui Barbosa quando este transferiu a sua colaboração para o **Jornal do Comércio**, o mais antigo periódico do país, na fase que se seguiu ao afastamento dos militares do poder. Nessa perigração seria acompanhado pelo que havia de mais expressivo no meio intelectual. Registre-se que, colaborador do **Jornal do Comércio** desde essa época, o Barão do Rio Branco viria a ocupar ali a função de redator-chefe e editorialista, que manteria inclusive quando passou a dirigir a nossa política externa.

A oportunidade para iniciar-se no campo historiográfico apresentar-se-ia, a Tobias Monteiro, quando o jornal designou-o para integrar a comitiva que iria acompanhar Campos Sales (1841/1913) em sua viagem à Europa.

Eleito Presidente da República, em março de 1898, dispôs-se, antes de tomar posse, a visitar a Inglaterra a fim de obter consolidação de nossa dívida externa (**funding-loan**).

Como a viagem durou quatro meses (de maio a agosto) estendeu-a a outros países (Áustria, Alemanha, Itália, França e Portugal). Tobias Monteiro dava conta dos detalhes dessa viagem em cartas que eram publicadas pelo **Jornal do Comércio**. Em 1928, reuni-as em livro. Para essa edição elaborou longa introdução, na qual descreve a primeira década republicana, com ênfase nas dificuldades financeiras com que iria defrontar-se Campos Sales. A obra apareceu com este título: **Presidente Campos Salles na Europa** (Rio de Janeiro, F.Briguiet, 1928).

Em Londres, Campos Sales entrevistou-se com os principais banqueiros do país. Tobias Monteiro descreve detalhadamente o escritório do principal deles, a Casa Rotschild. Ali Campos Sales teve oportunidade de reunir-se longamente com os três irmãos que então dirigiam o banco.

A esse propósito informa na publicação em causa, que, a par das visitas de cordialidade aos banqueiros, Campos Sales “teve ensejo de conversar longamente com os nossos agentes financeiros, tratando da situação do Brasil e informando-se minuciosamente das disposições da praça a seu respeito”.

Como se sabe, as negociações foram bem sucedidas e o Brasil conseguiu uma consolidação de sua dívida externa, rescalonando os encargos, o que restaurou o equilíbrio na execução orçamentária.

Geralmente, o mencionado livro de Tobias Monteiro figura nas Coleções **Brasiliana**, mantidas por renomadas editoras brasileiras, a exemplo da Companhia Editora Nacional, da José Olímpio e da Itatiaia. Secundando esta iniciativa e buscando torná-la permanente, o Senado Federal, através de seu Conselho Editorial, tem editado sistematicamente as obras que têm merecido figurar nas coleções em apreço. Acha-se neste caso, o livro **Presidente Campos Salles na Europa**. Como tem ocorrido com outros autores, na medida em que se esgota a edição impressa, passou a figurar na Biblioteca Virtual, podendo ser acessada deste modo:

<http://biblioteca.senado.gov.br>

Ao completar-se a primeira década republicana (1889), alguns estudiosos, notadamente muitos de seus opositores, --a começar do Visconde de Ouro Preto (1836/1912), Presidente do último governo da monarquia, derrubado a 15 de novembro de 1889-- tomaram a iniciativa de reunir numa publicação (**Década republicana**), análise dos diversas políticas do novo regime. É possível que tenha sido esta a fonte inspiradora do projeto que Tobias Monteiro levou a cabo no mesmo período: entrevistar aos principais personagens, presentes ou participantes do 15 de novembro. Essas entrevistas foram publicadas no **Jornal do Comércio** e provocaram uma grande celêuma, na medida em que permitiram evidenciar certos aspectos do evento, desabonadores de determinadas figuras. A ambigüidade de Floriano, por exemplo, tornava-se patente, ao serem confrontados alguns dos depoimentos.

Em 1913, Tobias Monteiro reuni-os em livro: **Pesquisas e depoimentos para a história**, que nos pareceu deveria fornecer o material aqui reunido como **Leitura básica**.

Sobressai entre os livros que publicou aquele a que deu estes títulos **História do Império. A elaboração da Independência** e **História do Império: o Primeiro Reinado**, ambos em dois volumes.

Os dois volumes do primeiro livro apareceram em 1927 e, o segundo, o primeiro volume em 1939 e, o segundo, em 1946. Pretendia, na verdade, abranger o Segundo Reinado mas não chegou a elaborar esta parte.

Varnhagen corresponde à fonte básica de que se valeu, complementando-a, no que respeita ao Primeiro Reinado, com a documentação disponível na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

Na condição de jornalista, Tobias Monteiro era um grande expositivo, dotado de prosa fluente e clara. Sem embargo, é notável a sua obra como historiador, coroada com os quatro tomos em causa.

A elaboração da Independência compreende a apresentação do clima político vigente na Europa, na chamada Era Napoleônica, na qual se insere a invasão francesa de Portugal e a emigração da Corte portuguesa para o Brasil.

Ateve-se sobretudo às intrigas da Corte e à má vontade de Dom João VI em face da transição para a monarquia constitucional. Seu objeto, na verdade, é a formação de D. Pedro I, que acompanha de forma circunstanciada.

Sem abdicar do espírito crítico, soube reconhecer o papel que lhe coube na manutenção da unidade nacional --que era o bem maior entre as aspirações da imensa maioria da nova elite do poder. Assim, escreve, ao fim do segundo tomo: “Os erros cometidos pelo Príncipe nada valem diante do serviço inestimável de constituir-se o núcleo de atração das províncias e tornar possível a Independência com a incorporação de todas elas ao Império. Esta é a sua glória no Brasil. Outra ele conquistou além dos mares”. (edição da Itatiaia-Coleção Reconquista do Brasil, 1981, pág. 804)

As primeiras edições da **História do Império** estiveram a cargo da Editora F. Briguet.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, publiquei no *Jornal do Comercio* sete arquivos de primeira página, sob o título “Reminiscências”. O primeiro deles tinha a forma de entrevista e continha revelações do visconde de Ouro-Preto acerca dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 e seus antecedentes. O segundo foi escripto nos mesmos moldes e encerrava quanto me tinha referido o barão de Lucena a respeito do golpe de Estado de 23 de novembro. Ambos provocaram grande polemica, em que se apuraram fatos interessantissimos.

Animei-me depois a ouvir outros personagens acerca de outros casos historicos e tive logo quem me suggerisse a idéa de reunir tudo em livro. Vi então que refundindo o que escrevera, aproveitando o material das polemicas e acrescentando novos elementos que colhesse, poderia realmente formar um volume com relativa homogeneidade, capaz de ser aproveitado como contingente para a historia.

Fôra meu fim colher o depoimento de pessoas que haviam tido acção decisiva naquelles acontecimentos. Alguns desses homens viriam a morrer sem deixar nada escripto; os documentos que possuissem poderiam perder-se em mãos de parentes ou de extranhos; seria, pois, de utilidade fazel-os contar o que houvessem visto; deixando a outros a tarefa de

emprestar-lhes papel diverso do que tivessem desempenhado.

Disse-me um delles que como actor ou por estar nos bastidores assistira, como quem melhor pudesse ver, a varios successos da nossa scena historica; entretanto tinha verificado depois que tudo era narrado de modo muito differente. É por isso que a gente fica a pensar se a historia não será em grande parte um romance de historiadores. É possível que até os proprios actores, sobretudo depois de alguns annos, possam alterar inconscientemente as cousas de que melhor acreditem lembrar-se. Em todo o caso elles são as melhores testemunhas desse processo a que os povos ligam tanta importancia e que constitue o proprio interesse da sua vida. Acreal-as e analysar-lhes os dizeres é mais facil ao historiador que formar á custa de outros elementos o esqueleto das suas construcções. A polemica que esses escriptos provocaram serve de exemplo á utilidade desses depoimentos.

Além disso, procurei por meu lado fazer pesquisas nas fontes mais puras, que eram documentos da epocha ao meu alcance. Passei horas agradaveis, vivendo, á distancia dos tempos, a vida dessas fortes impressões. O passado tem um grande encanto para quem tem a sensação da historia. Val a pena descer ás suas camadas subterraneas, onde ás vezes só se vive e conversa com os mortos. Raramente estamos satisfeitos do presente, em que as aspirações de cada dia quase sempre nos geram dissabor. O futuro é incerto e envolve nos seus mysterios o imprevisto, que pode ser

desillusões. Só o passado pode dar-nos horas inteiras de conforto e de calma, pois quando nos voltamos para elle é em busca de cousas, que, ainda tristes, são as que mais soem despertar quanto ha de sympathia em nosso ser. Foi talvez desse fundo da alma humana que a nossa língua tirou a doce poesia da saudade.

A nossa historia é curta e tem marcos bem definidos. O periodo colonial, a independencia, o primeiro reinado, a regência achavam-se mais ou menos explorados, quando Joaquim Nabuco empreendeu, em torno da vida de seu pai, a historia dos acontecimentos que decorreram no Segundo Reinado.

QUINZE DE NOVEMBRO

I

A CONSPIRAÇÃO

“Venha já”. Dizia simplesmente assim um telegramma de S. Paulo, com a assignatura de Campos Salles e recebido em Campinas pelo Sr. Francisco Glycerio, poucos dias antes da proclamação da republica.

O telegramma ia encontrar o destinatário no seu escriptorio de advogado, uma hora mais ou menos antes da partida do trem. Num momento elle entreviu que alguma cousa grave teria ocorrido em politica. Os republicanos paulistas andavam alvoroçados e já chegavam a S. Paulo informações de Aristides Lobo ácerca do rumo que as cousas iam levando no Rio.

Sem tempo para chegar á casa, que era afastada da cidade, o Sr. Glycerio pediu pelo telefone roupa para oito dias e annunciou á esposa uma viagem de interesse profissional, talvez á Barra Mansa, querendo justificar com esta hypothese a marcha em direcção ao Rio. O trem partia para S. Paulo.

Poucas horas de distancia separam as duas cidades. Por maiores que fossem seus sonhos e ambições, aquelle homem, perdido em conjecturas, não poderia prever, apesar da sua audacia, o papel decisivo que os acontecimentos lhe reservavam num futuro tão

proximo. No estreito circulo de seu partido já o consideravam chefe. Outros teriam maior nome, maior cultura, mais eloquencia, mais recursos para garantir-lhes a independência; nenhum, porém o excedia em actividade, em tacto, em aptidão para organizar o partido. Da mais modesta situação pessoal, “rabula da roça”, como o chamavam para deprimil-o, elevara-se até ser considerado a maior influencia eleitoral do seu districto e chegara á assembléa provincial numa patrulha de correligionarios. Quando a propaganda augmentou e as esperanças pareceram mais vivazes, pensou em distender o olhar, ver alguma coisa alem do campanario e verificar por si se as forças que poderiam existir mais longe, no ponto em que a resistencia poderia ser decisiva, eram ou não animadoras para o bom exito da republica, cuja proclamação constituia o sonho de tantos visionários. Foi então ao Rio da Prata e viu todo o Sul, principalmente o Rio Grande.

A irritação militar tinha chegado ao extremo durante o ministério Ouro Preto e os homens de acção do partido não hesitavam em argumental-a, aprofundando por todos os meios as dissenções entre o governo e os officiaes, certos de que só dahi a republica poderia surgir depressa e segura. O Sr. Glycerio era desses; formara entre os “homens praticos”, que acceitavam todas as soluções para o triumpho. Mas quando o trem se afastava daquellas terras onduladas, cobertas de cafezaes, deixando para longe a casa o escriptório do rabula, a intriga eleitoral, o jornalzinho de propaganda, mal imaginava elle que o

triumpho estava tão perto, que um novo campo de acção se ia abrir ao seu talento e á sua audacia e que em poucos annos chegaria a dispor sósinho do mando supremo, enfeixando nas mãos, embora nas dobras de uma criação artificial, todas as forças politicas da republica, o governo, o congresso, os governadores de Estado, que um dia o deveriam abandonar de chofre, deixando-o immerso na mais profunda desillusão, mas certamente esclarecido quanto ao valor das influencias fallazes do novo regimen, que tantas vezes cegam os homens.

Quinze annos depois(1) com a cabeça toda branca, de novo teatro onde os acontecimentos o trouxeram, os seus olhos podem voltar para esse passado vizinho, com a tranquillidade de uma testemunha, e outra vez afundar até essa tarde de incertezas e presentimentos, em que o trem vinha de Campinas, deixando as terras onduladas e os cafezaes já despojados de fructo.

Realmente o senador de hoje, conservador, defensor da constituição e da ordem publica, contou-nos as peripecias em que se envolveu desde a tarde em que chegou a S. Paulo. Ahi o aguardavam Campos Salles e o Sr. Bernardino de Campos, que o poseram ao corrente das noticias mandadas por Aristides Lobo. A noite passou-se na confecção de um código de lettras para as communicções que se iam estabelecer e em combinações ácerca do que seria preciso fazer em S. Paulo, se houvesse no Rio o movimento esperado.

Campos Salles tinha na maior conta o valor de Americo Brasiliense, a quem considerava uma especie de pontifice entre os republicanos paulistas. Foi idéa sua que devia ser elle o governador do Estado, e assim ficou combinado, bem como seria substituído por Prudente de Moraes se falhasse, como falhou, a sua acquiescencia. Quando Campos Salles foi falar, Americo Brasiliense achou que era loucura o que se estava tramando(2).

No dia seguinte, cêdo, o Sr. Glycerio deixava S. Paulo e á noite estava no Rio, onde Joaquim Pernambuco o aguardava na estação da estrada de ferro. Evitando maior conversa, Pernambuco indicou-lhe a meia voz no carro de praça e deu-lhe o endereço de Aristides Lobo, na Rua Senador Vergueiro, esquina da travessa Cruz Lima, onde era esperado.

Aristides communicou-lhe o trabalho feito e avisou-o de que a 10 ou 11, da noite, devia ir com elle a uma conferencia decisiva com o marechal Deodoro, em casa deste, no campo de Sant'Anna. Á hora marcada chegou o Sr. Glycerio. Lá estavam Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Benjamim Constant, Solon, Cantuaria e o Sr. Ruy Barbosa. Iniciou-se a conversa. Benjamim fôra autorizado a 9, no club militar, pelos camaradas com quem contava, a decidir qual a solução que os acontecimentos deveriam ter. Deodoro hesitava e havia muito tempo que o conciliabulo proseguia sem que elle proferisse a palavra definitiva, se encabeçaria ou não o movimento para proclamar a republica. Na

sua opinião a questão era simplesmente militar e bastava ao exercito derrubar o ministerio.

Devia haver uma grande fé no valor daquelle homem, considerado assim o árbitro da situação, para ser disputada com tal insistencia, naquelle momento, a cooperação da sua espada. Parecia que só elle poderia conduzia á victória; que elle era antes uma bandeira, um signal de triumpho, que um homem para ir combater. Atirado num sofá, esvolto num “chambre”, sem poder vestir-se, o peito arfava nas ancias de uma dyspnéa horrivel, que ás vezes o privava de falar. Aquella vida poderia fugir de repente ou, pelo menos, aquelle braço tremer por instantes, incapaz de commandar; dir-se-hia, porem que enquanto luzisse aquelle olhar e aquelle perfil dominador passasse ante os soldados, correria nas fileiras o fremito de uma seducção irresistivel e que ninguém deixaria de segui-lo.

Mais que outrem, Benjamin Constant assim pensava. Por maior que fosse a sua confiança nos elementos agremiados, sentia que o golpe era incerto; era preciso uma grande audacia e sobretudo um grande prestigio deante da tropa para arcar contra sessenta e sete annos de tradições monarchicas e quase cincoenta annos de reinado. Por maior que fosse entre os officiais a irritação contra o ministerio, por menos fortes que parecessem as probabilidades de successão dynastica, conferida a uma princeza, comtudo elle calculava quanto custaria decidir todo o exercito e toda a marinha a se entregarem inteiramente ao comando de um chefe revoltado. Se fosse impossivel evitar a lucta, hypothese

que entrava muito nos calculos, a capacidade e a influencia do commandante subiriam de ponto. Benjamim Constant tinha muito bom senso, estava acostumado a raciocinar e era fundamentalmente calmo. Por maior que fosse no momento a sua exaltação revolucionaria, elle não se podia enganar quanto ao conhecimento dos homens e avaliava na medida justa o valor decisivo dos predicados que só em Deodoro julgava encontrar; bem sabia que não bastava agitar, reunir em torno de seu nome devoções e esperanças, encarnar principios, representar idéaes. Naquelle instante era indispensavel uma espada numa mão acostumada a commandar e vencer. Benjamim Constant não desesperava. Embora a palavra não lhe fosse habitualmente viva, teve de repente um verdadeiro rasgo de eloquencia, exhortando Deodoro e concitando-o a proclamar a republica. Quando elle se calou, disse o marechal pausadamente: “Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está velho e a quem respeito muito.” Depois acrescentou, passando e repassando o dorso de uma mão contra a palma de outra: “Elle assim o quer, façamos a republica. Benjamim e eu cuidaremos da acção militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organizem o resto.”

Todos entreviram um signal de victoria e já então se começou a falar de governo novo, como se ella fosse certa. Deodoro interveio para declarar: “Eu quero ser ministro guerra, seja Benjamim o chefe do governo.” Este foi o primeiro a protestar e com elle todos os companheiros; a ninguém, se não ao marechal

cabia aquelle posto. Deodoro insistia: “Não; seja então o Sr. Quintino.” Nova recusa, igualmente formal. Por fim era tão grande a insistencia e tão calorosa a unanimidade, que Deodoro acceitou o papel que lhe destinavam.

É curioso que só então tenha surgido a preocupação de uma dificuldade séria, de um perigo talvez. Benjamin Constant mostrou-se apprehensivo quanto á posição de Floriano Peixoto, que, por seu cargo e influencia como militar, poderia construir grave resistencia ao movimento. “Não ha dificuldade”, atalhou Deodoro; nas questões militares, sempre que abordei Floriano, ele declarou-me logo que não se metteria em cousa alguma para derrubar ministerios. Uma vez, porém, pegando com dous dedos no botão da farda, accrescentou: “Seu Manoel, a monarchia é inimiga disto; se fôr para derrubal-a estarei prompto”. “Já vem os senhores, concluiu Deodoro, que quem falava assim ha de acompanhar-nos.” Combinou-se então que Benjamin Constant procuraria entender-se com Floriano Peixoto e fazel-o vir conversar com Deodoro.

Era urgente, porém, tratar de escolher a oportunidade da acção, o dia conveniente ao desferimento do golpe. A 20 devia abrir-se a assembléa geral no paço do senado, onde se tinham de reunir a família imperial, o ministerio e os representantes da nação. Planejou-se que nesse dia as tropas rebelladas cercariam o senado, prendendo a família imperial e o ministério. Era o principal; o resto viria depois.

No dia seguinte, em casa de Aristides Lobo, reuniam-se este, Bocayuva e o Sr. Glycerio para organizar o governo. As pastas ficaram distribuídas como depois aconteceu, ao menos a da marinha. Aristides Lobo e Bocayuva entendiam que o Sr. Glycerio devia ser o ministro da agricultura. Foi deante da sua recusa, baseada em que era indispensavel contemplar um rio-grandense, que os seus companheiros o dispensaram. Elle lembrava o Sr. Demetrio Ribeiro, enquanto os outros indicavam Julio de Castilhos ou o Sr. Assis Brasil. Predominou o nome do Sr. Demetrio, que o Sr. Glycerio conhecera no Rio Grande, opontado *primus inter pares* sem discrepancia de opiniões.

Nesta ocasião lembraran-se todos com grande saudade de Francisco Belisario, cuja preciosa cooperação tinham como certo obter. Interrogado quanto aos fundamentos desse conceito ácerca do finado estadista, referiu-nos o Sr. Glycerio que desde 1888 tinha a segurança desse auxilio. Seu irmão Jayme Miranda, Já fallecido, estava nessa epocha numa estação de águas, onde encontrara F. Belisario e o bispo de S. Paulo, D. Lino, de ambos sendo amigo. D. Lino, que era republicano, previu a Jorge de Miranda que Belisario “era dos nossos”. não tardou que se entendessem e Jorge de Miranda ouvisse do senador do imperio as mais categoricas declarações. Nada mais o prendia á coroa a não ser a sua dedicação pessoal a Paulino de Souza, seu primo e chefe politico; esperava,

porem, vencer as delicadezas dessa situação e caminhar para a republica(3).

Nessa reunião em casa de Aristides Lobo tratou-se da situação especial de Silva Jardim, cujas desanvenças com Quinino Bocayuva se tinham tornado publicas. Ficou deliberado que nada lhe seria communicado, devendo porem o Sr. Glycerio avisar o Sr. Sampaio Ferraz, escolhido para futuro chefe de policia e intimo amigo do ardente propagandista. “E Silva Jardim?” inqueriu o Sr. Sampaio Ferraz. O Sr. Glycerio informou-o que tinha sido resolvido; mas tão grande foi a insistencia do seu amigo que acabou deixando-lhe a responsabilidade exclusiva de communicar ou não o que acabava de ouvir. O Sr. Sampaio Ferraz, por fim, guardou o segredo e só na manhã de 15 de novembro, pela bocca do Dr. Hilario de Gouvêa, que era seu vizinho e voltava cêdo da cidade, soube Silva Jardim do que se estava passando.

– Mas por que essa reserva com um homem que tanto fizera pela propaganda republicana?

– As divergencias de Jardim com Quintino eram muito vivas, respondeu o Sr. Glycerio, e a sua cooperação poderia trazer difficuldades á organização que projectavamos; aos demais elle era muito impetuoso e receiavamos que o seu próprio ardor fosse inconveniente, num momento em que eram precisos união e espirito conciliador.

Enfim, a 15 de novembro tudo ocorreu para o triumpho; mas á tardinha ainda muitos republicanos andavam inquietos, na ausencia de um acto positivo

que proclamasse a republica. De boca em boca passavam confidencias, receios de uma desilusão. Dizia-se que o fato consummado os chefes de movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão do regimen. A manifestação da camara municipal nada valera se fosse essa a realidade. Nessas condições o Sr. Glycerio, que continuava na rua do Ouvidor, foi reunindo os que appareciam e todos dahi partindo á frente de muita gente dirigiam-se á casa de Deodoro. Lembra-se o Sr. Glycerio que entre os seus amigos iam os Srs. Alberto Torres e J. A. Magalhães Castro. Foi este quem falou o nome dos presentes, deante de Benjamin Constant, que apparecera á janela. Era intuito dos republicanos provocar declarações e a resposta de Benjamin vinha justificar as apprehensões que elles nutriam. Este não fez nenhuma affirmação categorica e chegou a declarar que o novo governo consultaria em tempo a nação para que esta decidisse dos seus destinos(4).

Logo á noite, porem, o Sr. Glycerio estava tranquillo ácerca dos resultados da jornada. No instituto dos cegos, de que Benjamin era director, reuniram-se então os maiores do dia e começaram a ser expedidos os actos preliminares de organização. Coube-lhe ir com o Sr. Rodolpho de Abreu levar ao marechal Deodoro os primeiros decretos para assignar. Lembra-se que ao ler o que nomeava o ministro da agricultura, Deodoro perguntou: “Quem é esse?” O Sr. Glycerio explicou, exaltando a proeminencia do Sr.

Demetrio entre os correligionarios do Rio Grande. “Lá só conheci Castilhos, Assis Brasil e Ramiro; mas vá lá”, concluiu o marechal.

Nesse momento o triunfador do dia continuava arfando, dyspneico. Ainda hoje, referindo essas peripecias, o Sr. Glycerio lembra como uma maravilha a energia desse organismo, minado por uma doença tão funda e reerguendo-se de subito para uma acção tão prolongada e agitada. Na tarde de 14, bem se recorda, ia com Aristides Lobo pelo largo de S. Francisco, quando viu Benjamin Constant descer de um bonde. Estava desolado; um grande abatimento no semblante revelava a perturbação do seu espírito. “Venho da casa de Deodoro, disse elle. Creio que elle não amanhece e se elle morrer a revolução está gorada. Os senhores são civis, podem salvar-se; nós militares, arrostaremos as consequencias das nossas responsabilidades”. Despediram-se contristados e Aristides Lobo e o Sr. Glycerio foram dormir a bom recato.

De manhã, o moribundo da vespera, aos olhos do Sr. Glycerio, parecia um redivivo.

NOTAS

(1) Foi em 1904 que ouvimos o Sr. Glycerio.

(2) Recebida a carta de Aristides Lobo, sem perda de tempo Campos Salles reuniu os seus correligionarios de maior responsabilidade e pol-os ao corrente de tudo, entendendo que deviam designar desde logo o homem que devesse assumir o governo de São Paulo, uma vez que fosse proclamada a

republica. No seu entender o escolhido devia ser A. Brasiliense. A proposta foi combatida por considerarem alguns quase inocua a acção do indicado, naquelle momento da propaganda. Campos Salles insistiu, mostrando que a moderação de Americo teria a vantagem de tranquilizar os adversarios quanto aos intuitos dos republicanos, interessados em assegurar-lhes todas as garantias. A proposta foi approvada e o proponente encarregado de communicar a indicação ao escolhido. Mas Americo nem deu tempo a Campos Salles de bem referir-lhe o que estava occorrendo; declarou em nada acreditar e não confiar no testemunho de ninguém. Na reunião que se seguiu com os outros republicanos, Campos Salles occultou essas circumstancias e declarou simplesmente que não era possível contar com aquelle correligionario para o posto que lhe tinha sido designado. Propoz, em substituição, Prudente de Moraes, que se achava em Piracicaba e foi unanimemente acceto. No dia 15 de novembro, quando chegaram as primeiras noticias do Rio e muita gente enchia as ruas dando vivas á republica, Campos Salles convidou a Prudente para irem juntos á casa de Americo. Foram, mas Americo não lhes appareceu, como não appareceu a ninguem até o dia 17, quando partiu para o Rio Campos Salles, que assim nos narrou essas occorrencias. Isso explica talvez porque, ao contrario de todos os republicanos paulistas em evidencia, Americo não representou nenhum papel até a constituinte, vindo apenas a apparecer como governador de S. Paulo, após a demissão do governo provisorio e por occasião do golpe de Estado de 23 de novembro.

(3) O ministério sete de junho tratou de agradar de modo especial a Francisco Belisario. Disse-nos o visconde de Ouro Preto que não desconfiava que elle tivesse inclinações republicanas; desconfiaria antes de Paulino de Sousa. Procurara distinguir Belisario, porque era este o conservador que mais temia. Foi assim que logo nos primeiros dias de julho o nomeou conselheiro de Estado, cargo que elle accitou, e em carta de 20 de setembro convidou-o para uma missão especial a Montevidéo com o fim de negociar com a republica do Uruguay uma convenção “que puzesse cobro ao grande contrabando na fronteira e obtivesse reducção de direitos para varios generos da nossa producção, mediante concessões rasoaveis”. A nomeação

só não se effectuou, por que Belisario Falleceu quase subitamente no dia 24. Tudo isso parece mostrar que elle já se tinha reconciliado com a monarchia.

(4) Esse depoimento está de accordo com o do visconde de Ouro Preto, o qual declara que quando o general Deodoro lhe falou no quartel-general annunciou que “ia levar ao imperador a lista dos novos ministros”. Não ha duvida, porem, que desde algum tempo o espirito de Deodoro se estava inclinando para a republica. Em carta que escreveu ao Sr. Lucena, durante o ministério Cotegipe, dizia elle que recusara a candidatura senatorial pela Côrte, que lhe fôra proposta por Q. Bocayuva, porque não queria emprestar o seu nome para lemma de combate contra a monarchia, pois era sustentador do throno; acrescentava entretanto já receiar que um dia pudesse chegar a todos os extremos, até a republica e principalmente até a abolição, pois o governo não devia empregar o exercito, como estava fazendo, em caçar escravos fugidos. Outro conspirador, de procedencia monarchica, que algum tempo antes de 15 de novembro tambem já se voltava para a republica, era o Sr. Ruy Barbosa. Em carta escripta ao senador Dantas a 2 de maio de 1889, escrevia elle: “Da republica disto apenas uma linha. Já disse a v. ex. que só a sua amizade me tem detido.”

II

A SEDIÇÃO MILITAR

Quatorze annos apenas. Ainda estão de pé quase todos os personagens desse dia de hontem, embora já hoje faltem os tres que tiveram influencia decisiva no desfecho dos acontecimentos. A atmospherá ainda não está limpida, para que a luz da historia possa atravessal-a em todo o esplendor. As paixões, os resentimentos, as vaidades, os ciumes e as ambições enchem ainda o espaço, de onde a verdade um dia talvez possa surgir.

E tão longo o processo da historia, que apenas é tempo para colher o depoimento das testemunhas. Como é muito raro o habito de escrever memorias, convem despertar reminiscencias(1). No ardor do primeiro embate, sob o calor da victoria ou a desolação da derrota, o espirito é irresistivelmente arrasado num turbilhão de impressões muito vivas. Os homens falam como em pleno theatro, sob a influencia do drama que representaram. Parece que a scena ainda não mudou, que os comparsas ainda estão presentes e que toda acção se desenrola e agita, apaixonando a multidão de espectadores.

Quantos factos o tempo arrastou na sua corrente incessante... Por ella passaram decepções e desalentos,

esperanças desfeitas e vaticínios confirmados, e vendo a corrente rolar, fugitiva e veloz, uns choram de saudade, outros riram triumphantés.

Foi scismando assim, que nos aproximamos de um dos grandes personagens desse dia, cujo vulto característico, na mesma data, em 1889, apparecia em relevo nos lances rápidos de um drama politico com cujo desenlace elle não contava.

A figura do imperante ia-se apagando lentamente no declínio da velhice; para suppril-a surgia pouco a pouco um perfil indeciso, em que a nação receava a debilidade feminina, e entre os dous, como uma expressão, de força, intelligencia, ambição de governo, levantava-se esse homem de vontade, que já apontavam como uma aspiração de chanceller, querendo preparar o advento de um reinado novo e sobre elle imperar como o seu obreiro victorioso.

Nem um dia foi preciso para que mudasse o scenário. Deante de uma sedição, pela madrugada as tropas ainda se moveram ás suas ordens, ainda algum tempo pareciam que iam obedecel-o e á tarde, entre lusco e fusco, o tinham preso num quartel. Depois do desterro, um manifesto á nação e a volta ao paiz, alguns signaes de reacção viva, a pureza da fé e a placidez da vida profissional em um escriptorio de advogado.

Foi ahi que pela primeira vez e durante mais de duas horas, conversámos com o visconde de Ouro Preto. Entendia elle que tudo quanto nos poderia referir

desde 1890 já estava publicado no seu livro ácerca do “Advento da Dictadura Militar no Brasil.”

Mas lhe ponderámos que ainda havia muito assumpto curioso em tudo que concernia aos antecedentes da revolução e á ascensão do gabinete 7 de junho ao poder. Lembramo-nos, por exemplo que falando no senado, Saraiva dissera que o chamado pelo imperador, antes de Ouro Preto, mostrara a sua majestade os progressos da idéa republicana e encarecera a conveniencia de fazer a federação. “Sr. Saraiva, o senhor sabe que eu nunca fui obstaculo ás idéas adeantadas.” Foi esta resposta do imperador ao velho chefe liberal. Porque então o chefe do gabinete que se organizou não seguiu esse caminho?

– Em primeiro lugar, respondeu-nos o visconde, porque eu achava que a federação seria um erro e os factos me estão dando razão. Tinha ficado assentado no congresso liberal, a cuja convocação aliás sempre eu fôra infenso, que ao primeiro organizador de gabinete ficaria livre, conforme as circumstancias aconselhassem, optar entre a federação e a autonomia das provincias, nos termos votados pelo mesmo congresso. Ao demais, na minha conversa com o imperador disse-me sua majestade que Saraiva não lhe falara na federação; nem eu falei acerca da propaganda republicana.

Lamentámos então que o visconde não tivesse em tempo contestado a afirmação de seu collega.

– Lembra-se bem que essa declaração de Saraiva tenha sido feita no dia da apresentação do ministério?

É possível que sim; mas o senhor comprehende que, ainda que assim fosse, não me convinha perder desde logo as suas boas graças(2).

Recordando-lhe nós que nesse tempo se tinha dito que Saraiva declarara não ter organizado ministério por ter achado o terreno preparado para outrem, o visconde promptamente respondeu:

– Balelas. Se o imperador não criava difficuldades nem á federação, o Saraiva estava livre para organizar. A verdade é que elle não queria os precalços de iniciar uma situação, tarefa que tanto estragava um gabinete. Depois a successão lhe seria suave. Elle fugiu de referir-me o que se tinha passado na sua conferencia com o imperador; telegraphou-me que eu subisse pela barca e ao mesmo tempo desceu pelo trem do norte, de modo que nos desencontrámos e eu cheguei a Petropolis sem nada saber.

Nesse ponto alludimos á escolha dos ministros, recordando que se attribuiu a preferencia de certos nomes a intervenção da princeza e do príncipe consorte.

Méra invenção, acudiu o visconde. Eu nunca fui aulico; rarissimamente fui ao paço e sempre por dever; só uma vez tive convite para um baile no palácio da princeza. Era de estylo que os organizadores de gabinete, depois de aceita a incumbência, fossem apresentar os seus respeitos á herdeira do throno e eu submetti-me a essa regra. Antes de subir a Petropolis tinha conversado na *Tribuna Liberal* com varios amigos e a todos mencionei muitos nomes dos que

poderiam construir o ministerio. Cheguei até a pensar em um conservador, para a pasta de agricultura, o Sr. Taunay, a quem sondei e que não acquiesceu ao meu desejo. O Sr. Maracajú era dos meus escolhidos. O imperador não fez objecção a nenhum dos nomes a que me referi, inclusive o do Sr. Ruy Barbosa. A surpresa que causou a escolha do Sr. Ladario foi devida á circumstancia de só lá em cima me ter decidido por elle. O homem a quem primeiro me lembrei foi Saldanha da Gama, apesar de ser então apenas capitão de fragata; mas elle estava nos Estados-Unidos e, urgindo o tempo, eu não dispunha(3) em Petrópolis de codigo para telegraphar-lhe; mandei então convidar o Sr. Elisiario Barbosa, com quem tinha muito boas relações pessoaes, e s. ex. recusou, sob o fundamento de que não era homem de tribuna e por isso não poderia ser ministro parlamentar. Quando a sua resposta chegou, pedi inspirações ao almanach da marinha e decidi-me pelo companheiro que escolhi. Os liberaes estavam de accordo que convinha entregar as pastas militares aos militares. É verdade que tomando essa resolução me inspirei no estado de indisciplina das classes armadas, a qual já vinha do manifesto Pelotas-Deodoro, chamado “Manifesto dos dois Generaes”; do comício militar do Recreio Dramatico, presidido pelo general Deodoro; da demissão do chefe de policia Coelho Bastos, dada a pedido, mas sob evidente pressão militar.

Referiu-nos então Ouro Preto que o próprio Saraiva, que mais tarde d'elle dissentiu, apoiou esse

alvitre, dando parabens por carta a Ladario e dizendo que sempre achara conveniente a idéa de nomear ministros militares.

É curiosa a revelação, que nos fez o visconde, da causa a que attribue as maguas de Saraiva, a quem respeitava e a cujas indicações sempre attendêra. Quando chegou a ultima lista triplice da Bahia, declarou-lhe o imperador que desejava escolher o Sr. Guahy. Ouro Preto surprehendeu-se e ponderou que essa escolha seria uma prova de desatenção da coroa do ministério, que era de esperar não a pudesse supportar. Dias depois, mostrando ceder, o imperador declarou que nesse caso escolheria o Sr. Carneiro da Rocha. Foi quando interveio o presidente do conselho, pugnando pela escolha de Ferreira de Moura, cuja causa, ainda no momento de deixar o Rio de Janeiro, Saraiva lhe confiara. Moura, alem de ter sido ministro como os seus competidores, fôra presidente da camara e tinha-se consagrado á educação de alguns conterrâneos, que haviam dado lustre á sua provincia. O imperador insistia, não atinando porque, tendo elle deixado de escolher o Sr. Guahy, que era conservador, o presidente do conselho persistia em ter preferencia por um liberal contra outro liberal.

Foi então que Ouro Preto revelou que tambem occorria em favor de Moura o manifesto desejo de Saraiva, cujo apoio do governo tanto desejava conservar. Não podendo subir á Tijuca no dia da escolha, ainda escreveu ao imperador, insistindo ácerca deste assumpto, e mandou-lhe a carta aberta pelo barão

de Loreto, ministro do império, dedicado a Saraiva, para que este pudesse ter um testemunho da sua lealdade. O imperador escolheu o Sr. Carneiro da Rocha, e ainda que o ministerio quizesse resistir até o fim, não o poderia fazer, porque estava na vespera de lançar um emprestimo de cem mil contos.

Apezar da corrente republicana e da corrente federalista, que tambem começava a aumentar, contava Ouro Preto com o effeito das suas reformas, considerando-as sufficientes para satisfazer as aspirações liberaes.

Perguntámos ao ex-presidente do conselho se elle não sentira que o maior perigo consistir no solapamento dos quartéis, continuamente feito pelos republicanos e monarchistas radicaes. Já uma vez general Deodoro causara grandes perturbações ao governo, ferindo – mais do que /arranhando – o gabinete Cotegipe. Attribuia-se a uma manobra habil de Thomaz Coelho têl-o retirado para Matto-Grosso, sob pretexto de uma missão de confiança. Por isso sempre se extranhou que subindo ao poder em junho, o novo ministerio se tivesse apressado em mandal-o voltar(4).

– Eu sabia que a tarefa com o exercito não seria facil, explicou-nos o visconde. Mas não fui imprevidente e procurei cercar-me dos elementos que mais confiança me inspiravam. Tinha em grande conta o general Floriano, que meu irmão, quando ministro da guerra, promovêra a esse posto; apreciava muito o general Enéas, em cuja firmeza confiava; augmentei o

corpo de policia com gente escolhida; comecei a organizar a guarda nacional. Todas essas medidas não eram contra o exercito, mas contra o espirito de insubordinação que no meio d'elle pudesse resurgir e para reforçar a sua acção na defesa das instituições ameaçadas. O senhor sabe que me attribuiram planos levianos de que nunca cogitei, como fosse o de dissolver-o. Tanta sympathia me merecia a carreira das armas que a ella entregara o meu segundo filho, então alumno do collegio militar. A retirada, que fóra da capital, de um corpo de infantaria, que tanto foi explorada, foi feita sob proposta do general Floriano, por conveniencia do serviço. Mas não foi só isso o que na epocha se me attribuiu. Disseram então que eu cheguei a excluir do baile da ilha Fiscal os officiaes do exercito. Veja esta carta do barão de Sampaio Vianna, organizador da festa, ao meu official, de gabinete, e a lista de nomes que a acompanha.

A carta é de 8 de novembro e remette a relação, "copia da que hontem remeti ao Sr. general Peixoto", diz o signatario. Esta compõe-se de quarenta e cinco nomes, o primeiro dos quaes é o marquez da Gavea e o ultimo o capitão José eulalio da Silva Oliveira. Entre os outros figuram os generaes Floriano, Deodoro. Niemeyer, José Clarindo, Rio Apa, Simeão, os coroneis Leite de Castro, Teixeira Junior, Ribeiro Guimarães, Benjamin Constant, João Neiva e o major Pires Ferreira. A lista fecha com a seguinte nota: "E mais vinte convites em branco remetidos ao Sr. general Peixoto."

– Porque mandei vir o general Deodoro... continuou o visconde. Era de praxe que todo o organizador de gabinete, logo que terminasse a sua missão, fosse procurar o seu antecessor e indagasse dos compromissos do governo e das medidas que pudessem interessar a sua continuidade. Assim fiz, mas o Sr. João Alfredo nada me comunicou e nenhuma referencia fez á missão Deodoro. Ao demais, havia muitas queixas ácerca do estado de saúde das tropas e principalmente de medidas de excessivo rigor empregadas pelo commandante-chefe. Depois especularam com o facto de eu não ter feito distincções ao general, mas comprehende que eu não o devia visitar sem que elle me procurasse. Tanto não lhe consagrava a menor desafeição que sempre assegurei ao ministro da guerra estar prompto para propôr que elle fosse agraciado com um titulo, apenas o seu relatorio nos chegasse ás mãos, o que nunca aconteceu.

Repetimos então a Ouro Preto outra critica que se lhe fazia, de ter sido indifferente a avisos de amigos, ácerca de tudo quanto se tramava, e de ter sempre respondido a todos com incredulidade, senão com enfado. E a proposito referimos-lhe o que sabiamos de uma denuncia que nos contava ter-lhe sido feita por um chefe liberal, ex-presidente do conselho(5).

– Não é verdade, atalhou o visconde. Só me chegavam aos ouvidos boatos, noticias de "ouvi dizer", sem a necessaria precisão. O meu proprio collega, Sr. Lourenço de Albuquerque, numa exposição que ao senhor vou confiar, refere que me avisou nesse sentido;

mas contesto que tenha feito de modo tão categorico. Compreende que pelo menos eu lhe teria perguntado o nome do informador. Ao demais, eu estava sempre a inquerir o general Floriano ácerca dos elementos da guarnição e as suas informações eram em tudo tranquilizadoras. Veja esta carta.

Sob os nossos olhos cahiu então uma folha de papel, cariumbada de vermelho, com uma coroa imperial circumdada de um cinto fechado, em cuja lâmica se liam as palavras: "Ajudante general do exercito." A carta é datada de 13-11.89 e o seu primeiro periodo concebido nestes termos, inclusive o grypho: "Exm. amigo Sr. conselheiro. – A esta hora deve v. ez. ter conhecimento de que tramam *algo por ahi alem*; não dê importancia tanta quanta seria precisa, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta." Depois ha uma linha em branco, tendo ao meio tres pontos, limitando um angulo, como nos signaes maçonicos e mais estas palavras a que se seguem outras de um pedido: "Agradeço inda uma vez os favores, que se tem dignado de dispensar-me". A segunda pagina é em branco. As tres primeiras linhas da terceira contêm: "De v. ex. menor criado, amigo certo e obrigadissimo", e na ultima linha a assignatura "Floriano Peixoto."

– Depois, continuou o visconde, para entrar em um caminho de rigor, praticando violencias contra as pessoas, que os boatos apontavam como envolvidas nos ciciliabulos, eu teria de contar com a opposição do imperador. Vou narrar-lhe alguns factos, para que veja como elle entendia que se devia proceder em taes

circumstancias. Indo ao paço uma vez, meu irmão, presidente do Rio de Janeiro, referiu-lhe que o finado Campos da Paz annunciara uma conferencia republicana na praça publica, em Campos, e que elle dera ordens para não se effectuar tal conferencia. "Pois faz muito mal. Sr. Carlos Affonso. Devia deixar que falassem", atalhou o impéador. Ao que meu irmão retorquiu: "Perdão, senhor; enquanto eu fôr presidente do Rio de Janeiro, quem quizer fazer conferencias republicanas faça-as em theatros ou em outro lugar; na rua, não." Outra vez, em uma das suas visitas semanaes, communicou-lhe Basson que os estudantes tencionavam commemorar o dia 14 de julho com manifestações ruidosas, destinadas a acabar na rua, e que a policia estava resolvida a reprimil-as. "Não faça isso, Sr. Basson; deixe os rapazes."

Eis o imperador, acrescentou Ouro Preto. Isso era em relação aos republicanos; quanto aos militares, ajuntou, foi referir-lhe o seguinte, que é característico.

— Quando Benjamim Constant pronunciou deante de officiaes chilenos um discurso inconveniente, contrario ao governo, eu perguntei ao Sr. Candido de Oliveira, que era então ministro da guerra. como tinha procedido. "Retirei-me para não continuar a ouvir," respondeu o meu collega. "Devia tel-o preso", retruquei, "só assim poderia ser corrigida a falta de um official que se pronuncia contra o seus superiores, deante delles e ainda mais de officiaes estrangeiros. Que juizo farão estes de nós? "Não me conformei com o ocorrido e a esse respeito falei ao imperador. Era

minha opinião que o marechal Miranda Reis estava cansado e devia ser substituído no commando da escola superior de guerra, onde o facto indisciplinar se tinha passado. Propuz que se nomeasse um official de valor; o meu preferido seria o marechal Floriano, se já não estivesse combinado que substituisse na pasta da guerra o Sr. Maracajú, cujos incommodos de saúde persistiam: lembrei o Sr. Niemeyer, que aceitaria, e apenas me pedida que o dispensasse da commissão no dia em que deixasse o poder. O imperador logo atalhou: "Quer o senhor desconsiderar o Miranda Reis, que tem tantos serviços e foi tão bravo na guerra?" Respondi que não era esse o meu intuito; mas que a sua idade e o serviço da cada imperial, de que era dignatario, não lhe permittiam cuidar melhor da sua função militar. Elle seria nomeado ajudante de campo do imperador, velha aspiração sua, e assim seria contentado. Feito isto, o novo director, nos termos do regulamento, advertiria o tenente-coronel Benjamim Constant da sua falta; se elle mostrasse não attender, fal-o-hia deante da congregação; se ainda ahi elle não comprehendesse o seu erro, nomear-se-hia um conselho de lentes e far-se-hia o seu julgamento.

– Imagine o que disse o imperador, continuou o visconde. "Qual, Sr. Ouro Preto, não vá por ahi. O Sr. acredita no resultado desse conselho? Lobo nao come lobo. Olhe, o Benjamim é uma excellente creatura, incapaz de violencias, é homem de X mais B, e alem disso muito meu amigo; mande chamal-o, fale com franqueza e verá que elle acabará voltando ao bom

caminho." "Mas, senhor, poderei, por ahi é que eu nao devo ir; e sou governo, e deante de um facto publico como esse, nao sei como me posso entender confidencialmente com esse official antes que elle seja punido e convencido da sua falta." Por fim consegui que fosse resolvido como eu entendia. Estavam as medidas para ser executadas, quando os acontecimentos se precipitaram.

Por causa desses embaraços creados pelo imperador, entendia o presidente do conselho que só em face da desordem poderia tomar a iniciativa das providencias. Ahi sim, porque era elle o responsavel pela ordem publica.

Por fim chegámos em nossa conversa ás vespers da revolução. Todos os dias, na correspondencia do presidente do conselho, as cartas anonymas eram frequentes e rasgadas sem demora. Na manhã de 14 a primeira missiva que elle abria era desse genero e continha um aviso de que se tramava nos quartéis. Chegaram os jornaes e vinha no *Paiz* o celebre artigo de Quintino Bocayuva, intitulado "Do capitolio á rocha tarpéa". No seu espirito formou-se uma ligação subita entre aquella denuncia e o pensamento daquelle escripto. Assaltou-o uma previsão de perigo. Veio para a cidade, reuniu os Srs. Maracajú, Candido de Oliveira e Carlos Affonso e com os tres concertou providencias ácerca das forças de terra do Rio e Nictheroy.

Ainda ahi dizia Maracajú que segundo as informações do general Floriano tudo marchava bem. Mas o presidente do conselho determinou que ficasse

alerta a policia da provincia do Rio, que se concentrassem no quartel de Barbonos todos os destacamentos das estações policiaes e viessem para a cidade um batalhão de infantaria, que estava na ilha do Bom Jesus, e o de artilharia, que estava na fortaleza de Santa Cruz. Essas ordens foram dadas pelo ministro da guerra ao ajudante general, que em pessoa devia communicar ao chefe do gabinete se ellas tinham sido ou nao executadas. Acrescentava Ouro Preto ter Maracajú declarado mais tarde que nessa occasião o general Floriano lhe dissera: "Estamos sobre um vulcão". Entretanto o ministro da guerra deixou de avisal-o immediatamente dessa phrase, tendo affirmado, na conferencia de horas antes, que segundo o general Floriano tudo marchava bem.

Facto é que o ajudante-general não appareceu ao presidente do conselho e o então coronel Pêgo, commandante da fortaleza de Santa Cruz, no qual muito o governo confiava, chamado durante a tarde de 14, ficou retido no quartel-general até a madrugada, sem que ordem alguma lhe fosse dada.

Á noite, quando o presidente do conselho começava a despachar a sua pasta, appareceu-lhe em casa o redactor-chefe do *Jornal do Commercio*, Souza Ferreira, indagando se era exacto que tinha sido expedida ordem de prisão contra o general Deodoro e para o embarque de varios batalhões. Esse encontro vem narrado no manifesto de 1890, que Ouro Preto nos fez ler, e está descripto assim:

“Respondi não serem veridicas essas informações e que nem o governo cogitara sequer de taes actos, por não haver motivos que os aconselhassem.

“O Sr. Souza Ferreira mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no seu conceito, taes ordens trariam as mais graves consequencias.

“– Que consequencias? perguntei.

“– Não seriam cumpridas.

“– O governo far-se-hia obedecer.

“– Não teria meios.

“– Meu caso Sr. conselheiro, já lhe affirmei e repito que não se lembrou o ministério de mandar prender o marechal deodoro, nem de fazer sahir da Côrte nenhum dos corpos da guarnição; mas se as conveniencias do serviço publico o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessarias, sejam quaes forem as consequencias. Se fôr desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservarem leaes, recorrerei á marinha, recorrerei á guarda nacional e ao povo; em todo o caso cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade ou resignal-o-hei.

“– Mas a dignidade não exclue a prudencia.

“– Tenho-a toda, quanta é possível. De que actos de precipitação me arguem?

“– A prisão do general Deodoro seria uma imprudencia, insistiu o Sr. Souza Ferreira.

“– Mas já lhe disse que não a ordenei!

“– Por que não manda desmentir o boato pelo *Diário Official*?

“– Não o farei, porque isso me obrigaria a desmentir todas as balelas que a oposição se lembrasse de inventar. Desminta-o o *Jornal do Commercio*, já que chegou ao seu conhecimento, se o julga necessário. Para isso o autorizo.”

– Pouco depois do Sr. Souza Ferreira sair, disse-nos o visconde, chegou-me ás mãos uma carta do chefe de policia.

A carta dizia assim:

“Affonso – Previno-te que o 1º regimento está em armas no respectivo quartel. Mandou dizer ao ajudante general que estava nessa attitude. Os chefes do exercito estão no quartel-general reunidos. Mandaram intimar ao regimento para se desarmar. Não sei o que farão. Julgo necessaria a tua presença aqui por todos os motivos. Estou na secretaria, mando o meu carro e espero-te com o meu ajudante que vai para acompanhar-te. – Teu do C., *J. Basson*, 14-11-89, ás 12 horas.

Havia ainda este *post-scriptum*: “O guarda civico José Antônio Rodrigues, que foi chamar o respectivo commandante, indagando no quartel do 1º regimento onde morava este, foi ahi preso e ficou.”

O visconde não demorou; sahiu de casa com o finado Gentil de Castro em procura de um bonde de S. Francisco Xavier e logo lobrigou as luzes de uma carruagem. Era a do chefe de policia, na qual entrou. Ás 3 horas estava na rua do Lavradio, onde a seu chamado foi ter o general Floriano, que a todos tranquilizou, mostrando confiar na guarnição. Tomando

o santo e a senha do dia, seguiu o presidente do conselho para o arsenal de marinha, enquanto o ajudante-general marchava para o quartel do campo, onde devia providenciar. Bateu, deu o signal combinado e a sentinella deixou-o entrar. Pediu para falar ao inspector e em dez minutos apparece-lhe o Sr. Foster Vidal, fardado e de espada á cita. Isso o animou; era signal de promptidão daquelles com quem mais contava. Veio a verificar depois que, ao contrario, era talvez signal de outra natureza; o inspector do arsenal tinha sido um dos presentes á sessão do dia 9 no club militar(6). Do arsenal mandou então chamar todos os collegas; Maracajú chegou já dia claro e aconselhou a ida para o quartel do campo, onde melhor se poderia animar a resistencia.

Ao aproximar-se daquelle sitio teve Ouro Preto uma pessima impressão; não viu o menor preparativo de defesa; nenhuma barricada, nenhuma bocca de rua guarnecida, nenhuma casa proxima occupada, para esperar os insurgentes que a cada momento deveriam alli apparecer. Chegando ao primeiro andar do edificio, teve um indicio da situação. O porteiro ou continuo, que ao avistal-o corria pressuroso a puxar o reposteiro, ficou indifferente vendo-o entrar.

Narrou-lhe então o general Floriano que mandara chamar o coronel Telles e este communicara-lhe que a sedição tinha rebentado e a ella não se podia oppôr.

– Por que não o prendeu? perguntou o Sr. Ouro Preto.

– Porque, se elle não voltasse viriam atacar-nos sem demora, antes que tivéssemos tempo de providenciar, respondeu promptamente o general.

– A resposta pareceu-me procedente, confessou-nos Ouro Preto. Todos pareciam assustados, continuou, só o ajudante general estava calmo. Quando recebia as minhas ordens, ia serenamente aos officiaes a quem devia passal-as e falava muito baixo. Se me approximava, a sua voz se extinguia e logo havia motivo de deslizar para outro lado.

Dahi a pouco surgiam em frente ao quartel as vedetas do general Deodoro e tomavam posições. Mandou-as prender; não o obedeceram. Logo chegou o proprio general com as forças que o acompanhavam. Não se sujeitou a recebê-lo em conferencia, conforme lhe foi proposto. Só quando ordenou o ataque á artilharia que elle comandava e lembrou que muitas vezes no Paraguay a infantaria tomara a artilharia, deixando-lhe apenas tempo de fazer uma desgraça, só então, quando o ajudante-general lhe declarou que lá estávamos em presença de inimigos e aqui de brasileiros, comprehendeu que até o auxiliar em quem mais confiava o tinha tambem abandonado(7).

O visconde de Ouro Preto é muito cioso da altivez com que se portou nesse momento tragico. O que nunca pôde esquecer foi que o general Floriano lhe tivesse proposto dar-lhe sahida pelos fundos do quartel, sabendo que nesse momento já as tropas occupavam aquellas ruas e que o ia expôr a vexames e ludibrios. Quando o general Deodoro penetrou até junto a elle e

lhe falou rudemente, referindo quanto soffrera no Chaco, Ouro Preto retrucou-lhe: “Não soffreu mais que eu, neste momento em que sou obrigado a ouvi-lo.” Ahi refere o visconde que o general annunciou que ia levar ao imperador a lista dos novos ministros e que elle se considerasse preso até embarcar para a Europa. Nesse momento intervieram o general Floriano e o Dr. Pizarro, lente da escola de medicina, e a prisão foi relaxada.

Então o visconde se preparou para sahir; mas o Sr. Serzedello, que alli se achava, lhe pediu que se demorasse para evitar alguma scena desagradavel. Accedeu; mas tal foi a agglomeração, que em torno delle se formou, que protestou contra tal vexame e resolveu partir.

Na casa do seu cunhado, o fallecido barão de Javary, foi esperar noticias do imperador, a quem tinha telegraphado do arsenal, communicando a insurreição do regimento, e do quartel-general, declarando já não haver quem o obedecesse e pedindo demissão(8). Ao receber o primeiro telegramma, o imperador, sem nada dizer, mandou preparar um trem e partiu(9).

Sabendo que sua majestade estava no paço para lá se dirigiu. Encontrou á entrada o general Miranda Reis, fardado, a quem a sentinella não fez continencia. Referiu os factos ao imperador e insistiu na demissão que não lhe foi concedida. Declarando ser impossivel continuar no governo, foi então solicitado a indicar successor e lembrou Silveira Martins.

– Mas v. ex. não sabia que esse nome era uma bandeira de guerra contra o general Deodoro, cujo movimento estava victorioso?

– Declaro-lhe que até esse momento ignorava o estado das relações entre os dous(10). Quando indiquei o chefe rio-grandense, pensava na força que lhe daria a grande amizade que o ligava ao visconde de Pelotas, irmanado a Deodoro desde o manifesto dos dous generaes.

Pouco depois de voltar á casa, Ouro Preto foi preso e conduzido ao quartel do 1º regimento. O coronel Telles passou um recibo ao official que o conduzira. Já teve ensejo de referir que em geral foi bem tratado e encontrou officiaes mais instruidos do que suppunha. Só teve dous incidentes desagradaveis, que felizmente foram muito censurados no quartel. Um delles foi ser despertado, quando dormia, por um official, hoje general(11), e que lhe gritou: “Accorde e prepare-se, que mais tarde tem de ser fuzilado.” Ao que retrucou: “Só se accorda um homem para o fuzilar, mas não para o avisar que tem de ser fuzilado. O senhor verá que para saber morrer não é preciso vestir farda.”

Na vespera da sua viagem para o desterro, Bocauyva foi communicar-lhe, na prisão, a ordem do governo, accrescentando que assim era necessario para garantil-o melhor. No dia designado o commandante formou os officiaes e disse-lhe que escolhesse quem preferia para leval-o ao ponto do embarque. O visconde apontou o official que o tinha accordado. Notou que este se commovêra e empalledecia. Viu-o voltar sem

demora, com as condecorações ao peito, Reconheceu que elle era arrebatado, entusiasta, mas não tinha máo coração.

No arsenal, deante dos que o cercavam, procurou-o o Dr. João Severiano da Fonseca, irmão do general Deodoro e declarou-lhe que este lhe mandava dizer que não se importasse com as noticias que tinham corrido de que havia elle, visconde de Ouro Preto, pedido garantias de vida e podia afiançar-lhe que em todo o tempo daria testemunho de que o seu adversario se portara sempre no revez com altivez e nobreza.

– Quando cheguei a S. Vicente referiu-nos o visconde, lá estava o *Alagôas*; mas não podia communicar com o imperador, porque o meu navio estava de observação. Foi com grande commoção que recebi esta carta, que lhe vou mostrar.

A carta, de lettra um pouco incerta, como se a mão tremêra, rezava assim: “Ouro Preto – Console-se, como eu, em servir lealmente o Brasil em todas as partes do mundo. Desejo-lhe excellente viagem e tomara falar-lhe o mais breve possivel. Tenho vindo excellentemente pelo lado physico. – Seu muito affeiçãoado, D. Pedro de Alcantara – Bordo do *Alagôas*, 10 1/2 horas da manhã de 30 de dezembro de 1889”.

Ouro Preto chegou a Lisboa na vespera da coroação do rei D. Carlos. Nesse mesmo dia o imperador obrigou-o a ir vel-o, ainda com a roupa de viagem e ahi lhe disse: “Em summa estou satisfeito. É á minha carta de alforria. Posso agora ir onde quero”.

Semelhante estoicismo espantou-o. A imperatriz queixava-se que a tinham retido muito tempo na tolda do *Parnahyba*, sujeitando-a a privações, que muito a incommodaram.

Foi sempre assim o imperador, concluiu o visconde. Desculpava a todos. Quando fui levar-lhe o meu manifesto, recebeu-me dizendo: “lá li; acho-o muito bom, menos num ponto. O senhor accusa o Maracajú.” Retorqui: “Não accuso, narro factos.” O imperador acudiu: “Mas as conclusões que d’ahi resaltam são accusações”, e logo passou a enumerar os serviços do Sr. Maracajú, e a exaltar-lhe as qualidades.

Perguntámos por fim a Ouro Preto se todos esses factos o arredaram de vez do serviço publico.

– Na republica jamais pode haver lugar para mim. Só deante da occupação estrangeira nenhum brasileiro tem direito de indagar qual é a autoridade que representa bem ou mal a soberania da nação; deve apresentar-se e servir. Não sei que importancia possa ter a origem da revelação que lhe vou fazer. Uma vez alguem, que se dizia muito intimo do general Floriano, procurou-me, dizendo que este desejaria ouvir a experiência de homens antigos e logo começou a sondar-me ácerca da hypothese de eu consentir em um encontro. Cortei o assumpto. “Meu amigo”, disse eu, “se alguma vez tivesse encontrado o general Deodoro e elle me estendesse a mão, apertal-a-hia sem esforço. Á presença do general Floriano só irei preso”.

NOTAS

(1) Este foi o primeiro dos artigos que publicámos sob o título “Reminiscencias” e appareceu a 15 de novembro de 1903.

(2) Falavamos com auxilio da memoria por termos assistidi á apresentação do ministério no senado e na câmara. Pode ser que, de facto, em parte estivessemos enganados. Pelo que consta dos annaes, disse o Saraiva ter declarado ao imperaor que lendo os trabalhos do congresso liberal se tinha inclinado ao voto em separado. Accrescentou que não tratara da federação porque, como era entendida, ella se continha nesse voto em separado. Em summa queria os senadores e presidentes de provincias escolhidos por estas, sem cooperação alguma do governo. “Então sua majestade tornou-me”, concluiu Saraiva: “O senhor sabe melhor que ninguem que eu nunca fui embaraço á vontade da nação, expressamente manifestada”.

(3) Mais de uma vez o visconde de Ouro Preto referiu-nos o seu desejo de convidar Saldanha para ministro e por isso a elle ainda alludimos nas “Reminiscencias” ácerca da vida do almirante, que publicámos no “Jornal do Commercio” por occasião de serem trasladados para o Rio os seus restos mortaes. Conversando, porem, comnosco a esse respeito, disse-nos o Sr. Jaceguay que não sabia como explicar as declarações do visconde, pois que Saldanha se achava no Rio em junho de 1889. Realmente verifiquei que foi o barão do Ladario quem por aviso do mez de agosto desse anno o nomeou para representar o Brasil no congresso maritimo internacional de Washington, comissão em cujo desempenho se achava a 15 de novembro.

(4) Declarou o Sr. Lucena que naquella epocha se chegou a attribuir ao conde d’Eu a missão a Matto-Grosso, sendo certo que nos dois ultimos annos da sua vida Deodoro falava do príncipe consorte compronunciada antipathia, ao passo que em relação ao imperador continuava a exprimir-se com grande veneração.

(5) Uma pessoa da intimidade do Sr. Ruy Barbosa estava por este ao corrente da conspiração e de tudo avisou ao senador Dantas, em cuja intimidade tambem vivia. Ouvi isso da sua

bocca em presença do Sr. Ruy Barbosa. Acrescentava essa pessoa que Dantas previniu a Ouro Preto. Não referiu em que termos foi feito o aviso, mas disse que o visconde não o recebera em muita conta. Tive outra informação dessa natureza de pessoa chegada a Thomaz Coelho. Referia esta que o general Cantuaria, então coronel, annunciara ao ex-ministro da guerra do gabinete João Alfredo, sob cujas ordens servira como commandante do corpo de policia, a gravidade da situação, e que, para não ter ares de querer prestar serviços e recommendar-se ás attensões do governo, Thomaz Coelho, em vez de procurar o presidente do conselho, preferiu acautelar o senador Dantas, de quem era collega na directoria do banco do Brasil. Dizia o nosso informador que Dantas explicou tudo a Ouro Preto e que este respondeu que isso era intriga dos conservadores. Foi tudo quanto referimos ao visconde.

(6) O almirante Foster Vidal declarou não haver em tempo algum assistido a qualquer sessão do club militar, cujas portas nunca transpoz, nem antes nem depois de 15 de novembro. Acudiu com tanta presteza, porque havia mezes installara uma campainha electrica á cabeceira da cama, campainha que o porteiro empregou, vendo alli apparecer áquella hora o presidente do conselho. Affirmou que a sedição o colheu de surpresa, tanto assim que no arsenal não havia uma só lancha com fogo, nem o pessoal dispunha de um cartucho.

(7) Sob este fundamento, todo governo constituido, desde que fosse atacado por tropas rebeldes, deveria cruzar os braços e abdicar. Dois annos depois, occorrendo caso identico e sendo presidente da republica o ex-ajudante general, a solução foi differente. Não só a resistencia foi terrivel, como muitos dos vencidos, até praças de pret, foram fuzilados.

(8) É este o telegramma: “Senhor – O ministério, sitiado no quartel-general da guerra. á excepção do Sr. ministro da marinha, que consta estar ferido em uma casa proxima, e deante das declarações dos Srs. generaes visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa, de que não inspira confiança a força que vêm e não ha possibilidade de resistir com efficacia á intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, apesar

das ordens que para resistencia se deram, vem depor nas mãos de vossa majestade o seu pedido de exoneração.”

(9) Parece que de nenhum desses telegrammas o imperador teve conhecimento em Petropolis, pois conforme o commandante Pessoa, e ver-se-ha á pagina 302, sua majestade lhe disse que só no paço da cidade veio a ter conhecimento da gravidade da situação. Já ouvimos dizer algures que Motta Maia decidiu o imperador a descer, sem pol-o ao corrente das circumstancias.

(10) Quando rebentou a primeira questão militar Madureira-Cunha Mattos, Deodoro, como já vimos, era 1º vice-presidente do Rio Grande do Sul, e tendo-se recusado a cumprir um aviso do governo Cotegipe foi demittido. O Sr. Silveira Martins, a quem elle tinha ogeriza, atacou-o no senado e promoveu a sua responsabilidade perante o supremo tribunal de justiça. Se realmente, depois do triumpho, Deodoro ainda teve vacilações para proclamar a republica, como se vê do depoimento do Sr. Glycerio, e ainda á tarde Benjamim Constant não falava claro, é de presumir que a noticia da indicação de Silveira Martins tivesse produzido pessimo effeito em seu espírito. O chefe rio-grandense esava em viagem e os acontecimentos não admittiam esperar. Vem dahi talvez ter o conselho de Estado, reunido tarde da noite, aconselhado ao imperador incumbir Saraiva de organizar ministerio. Já de madrugada, conforme então escreveu, apesar de desconfiar que Deodoro teria resolvido proclamar a republica, Saraiva enviou-lhe a seguinte carta, pois que havia muita gente acreditando fosse intuito do marechal apenas mudar o ministério: “Encarregado pelo imperador de organizar novo ministério, não quero e não devo fazer cousa alguma sem entender-me com v. exa.” Esta carta não teve resposta. Áquella hora já devia estar quase impresso o *Diario Official* que annunciava a organização do governo republicano.

No seu livro “Sous la Croix du Sud” diz o príncipe D. Luiz qui foi exclusivamente o conde d’Eu quem lembrou a conveniencia de convidar Deodoro para uma conferencia. Escreve sua alteza: “Desde o primeiro momento, único entre os que cercavam o imperador, elle teve a idea de convidar para uma conferencia o general Deodoro, que ainda estava hesitante ácerca do emprego da sua victória. Outros opposeram-se a essa suprema tentativa.

Quando finalmente se resignaram a ella, já era tarde.”

(11) O general Menna Barreto.

III

O PAPEL DE FLORIANO

Resalta das revelações do visconde de Ouro Preto que até á última hora, na entrevista da repartição da policia, realizada na madrugada do dia 15, o marechal Floriano o tranquilizava, dizendo confiar na guarnição. No dia 13 elle escrevera ao presidente do conselho, assignando-se “amigo certo e obrigadissimo” e nessa carta, em que agradecia ainda uma vez os favores que lhe eram dispensados, dizia acreditar que o chefe do governo já devia “ter conhecimento de que tramavam algo por ahi alem, mas que não dêsse importancia a isso e confiasse na lealdade dos chefes, que estavam alerta”. No dia 14, quando o presidente do conselho conferenciou com o ministro da guerra, manifestando inquietações ácerca do que se passava nos quartéis, esse declarou que o marechal Floriano o informara que “tudo marchava bem”. Apesar disso determinou o presidente que se tomassem providencias para concentração de forças e as suas ordens foram transmittidas pelo ministro da guerra ao ajudante general, que da sua execução devia inteirar o chefe do governo. O ajudante general, porem, não appareceu ao presidente do conselho e chamando o commandante Pêgo ao quartel-general, ahi o deteve até a madrugada,

sem lhe dizer, como fôra recommendado, que devia trazer o batalhão de artilharia da fortaleza de Santa Cruz para a cidade.

Em artigo publicado na imprensa, logo após a proclamação da republica, o Sr. Jacques Ourique, então coronel, depois general e secretaria militar de Deodoro no governo provisorio, referiu que no dia 13 o marechal Deodoro mandou chamar o ajudante general do exercito, marechal de campo Floriano Peixoto, e o poz ao corrente das suas disposições para commandar uma revolta contra o governo. Acrescentava o Sr. Ourique que Floriano Peixoto ponderou que a seu ver os actos do governo não autorizavam ainda taes extremos e lembrou que talvez fosse preferivel fazer uma ultima tentativa junto ao gabinete. A tudo isso, porem, respondeu Deodoro que o movimento era irrevogavel e que já se achava á frente dos companheiros. São palavras textuaes da narrativa.

Convinha, pois, elucidar se enquanto assegurava ao presidente do conselho, como seu amigo certo, que algo se tramava, mas que não désse importancia a isso e confiasse na lealdade dos chefes, que já estavam alerta, o marechal Floriano, na realidade, já estava mancomunado com os revolucionarios para derrubar o governo.

Procurámos então conversar neste sentido com o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho e ajudante de ordens de Deodoro durante o governo provisorio e delle ouvimos a confirmação do que escrevera o Sr. Jacques Ourique.

Referiu-nos o marechal Hermes que sendo naquella epocha capitão de artilharia residia em São Christovão em companhia de seu tio e sogro, Pedro Paulino da Fonseca, que depois foi senador. Era seu vizinho o marechal Floriano e facil seria a ambos com elle tornarem-se encontradiços. Foi o que fez Pedro Paulino da Fonseca, quando viu o rumo que tomavam as cousas. Procurou verificar, por entre as reservas da linguagem de Floriano, até que ponto elle conhecia o que se estava passando. Foi então que, para explicar as suas ausencias da casa de Deodoro, disse o marechal a Pedro Paulino: “Não tenho ido ver Manoel. Você sabe... essas historias...”

Tio e sobrinho comprehenderam desde logo que se Floriano já não sabia exactamente o que se preparava, tinha pelo menos um presentimento da situação. Isso mesmo o Sr. Hermes no dia 11 communicou a Deodoro, aconselhando-o a ter uma entrevista com o ajudante general.

Deodoro incumbiu-o de fazer o devido convite e quanto Floriano sahia de casa pela manhã, o Sr. Hermes, que o espreitava, sahiu tambem e deu-lhe o recado. “Vou já”, respondeu Floriano e descendo no campo de Sant’Anna entrou na casa de Deodoro.

Os dois generaes conversaram longo tempo e apenas Floriano sahiu, o Sr. Hermes colheu as impressões de Deodoro. Referiu-lhe este que falara sem reservas e qu Floriano admittira a hypothese de uma conciliação, offerecendo-se para entender-se com o presidente do conselho e obter um accordo que

desviasse o curso dos acontecimentos e levasse a paz ao exercito descontente.

Deodoro retrucou que já não queria saber de palavras. O momento era de acção e ainda que só podesse contar “com quatro gatos pingados”, por-se-hia á frente da revolta. Para mostrar que assim faria, fosse como fosse, sellou as palavras com o gesto habitual de passar e repassar o dorso de uma mão sobre a palma da outra. Então Floriano decidiu: “Emfim, se a cousa é contra os casacas, lá tenho ainda a minha espingarda velha.”

Como refere o Sr. Glycerio, na entrevista com Deodoro, a 10 ou 11, cogitou-se da posição de Floriano, ficando combinado que Benjamin Constant o procuraria e fal-o-hia ir conversar com Deodoro. Annos depois, é natural esse desencontro de datas, que muita gente confunde, dentro de um periodo muito mais curto, ás vezes até dentro de uma semana. Se a conferencia de Deodoro com os chefes republicanos foi a 10 e se houve qualquer demora na visita de Benjamin Constant, é bem explicavel que Deodoro se tenha aproveitado, quanto antes, da intervenção do Sr. Hermes. O que fica provado, com o testemunho deste e do Sr. Ourique, é que a 13, pelo menos, já o general Floriano era ao mesmo tempo alliado de Deodoro e chefe das forças do governo, de quem recebia a cada instante as maiores provas de confiança, e que a 15, pela manhã, segundo o depoimento dos Srs. Serzedello e Lauro Müller, como adeante se verá, quer Benjamin quer Ouro Preto, cada um delles do seu lado contava

com Floriano para dirigir o combate.

IV

NOVAS REVELAÇÕES

Vamos resumir, quase com as mesmas palavras, a exposição dos principaes factos de 15 de novembro feita pelo Sr. Lourenço de Albuquerque, logo após os acontecimentos, e confiada ao visconde de Ouro Preto que della nos forneceu copia.

Referiu o ex-ministro da agricultura que quando chegou á secretaria da guerra, ás oito horas, já um piquete de cavallaria das forças revoltadas apontava dos lados da estação da estrada de ferro. O presidente do conselho ordenou que as tropas sahissem do quartel, fossem ao encontro daquellas forças e as repelisses. Apesar de reiterada, a ordem não foi cumprida, declarando aliás o ministro da guerra que a tinha transmittido ao ajudante general do exercito. Notou o Sr. Lourenço de Albuquerque que os chefes militares subiam e desciam escadas, entravam e sahiam, mas infelizmente nenhuma resolução tomavam. Parecia-lhe que tinham assistido ao ensaio daquelle terrivel drama e de antemão lhe conheciam o desenlace. Entrementes o marechal Deodoro, em frente ao quartel-general, mandava pedir uma conferencia ao presidente do conselho, o qual lhe respondeu “não poder conferenciar com um general que commandava força armada contra

o governo legal do seu paiz”. De si para si, o ex-ministro applaudiu e achou digna esta resposta, mas ficou em duvida a respeito da sua conveniencia e ainda depois perguntava a si mesmo se, realizada a conferencia, o curso dos acontecimentos não teria sido outro.

Informado do revez soffrido pelo ministro da marinha, o presidente do conselho ordenou muitas vezes que as tropas sahisses do quartel e dessem combate ás forças sediciosas, e como não fosse obedecido e continuassem as idas e vindas dos chefes militares, voltou-se para os collegas e proferiu estas palavras, que o ex-ministro da agricultura guardou de memoria: “Fomos miseravelmente trahidos; chamaram-nos para esta ratoeira afim de que não pudessemos organizar lá fóra a resistencia; antes me houvessem matado.” Depois de um momento de pausa acrescentou: “Os senhores são testemunhas de que as minhas ordens não têm sido executadas; estou errado, já não tenho que fazer.”

Sem poder affirmar, parecia ao Sr. Lourenço de Albuquerque que nessa occasião o ministro da guerra declarara que fôra por conselho do ajudante general que convidara o ministério a reunir-se alli; o que sabe, porem, é que aquelle ministro mostrou sempre completa despreocupação, como quem não reconhecia o perigo ou o julgava irremediavel.

Nessas circumstancias, pouco depois das oito horas, o governo convocou s generaes que ainda se achavam junto a elle e apenas dous compareceram,

Floriano e o barão do Rio Apa. O primeiro declarou que não havia esperança de vencer e o segundo com elle concordou. O ministro da guerra limitou-se a dizer: “Á vista do que acaba de informar o Sr. ajudante general, entendo tambem que seria inutil combater.”

Floriano foi então encarregado de fazer constar a Deodoro que o ministério pediria immediatamente demissão e quando nesse sentido se expedia telegramma ao imperador o marechal penetrou no pateo do quartel-general e deu ordem de commando ás tropas, que o acompanharam, menos o corpo de bombeiros. Confessa o ex-ministro da agricultura que avisos não faltaram ao governo; no dia 12 declarou em conferencia ministerial saber de boa fonte que se preparava uma sedição militar. Em apoio dessa declaração, o ministro da marinha referiu o que se passara no dia 9 no club militar; mas os ministros da guerra e da justiça responderam que havia em tudo isso muita exaggeração e baseavam-se principalmente em informações do ajudante general, “que inspirava ao ministério 7 de junho a mesma confiança que inspira agora ao governo provisorio”, escreve o Sr. Lourenço de Albuquerque. Attribuiam elles essas noticias a intrigantes, interessados em malquistar o exercito com o governo. O presidente do conselho tambem era incredulo e propoz nessa mesma conferencia que se procurasse melhorar as condições de reforma dos militares de terra, favor que o barão do Ladario pediu fosse estendido á marinha, reconhecendo embora que

tal medida tinha o defeito de ser inoportuna. Como o Sr. Lourenço fizesse a mesma observação, o presidente do conselho respondeu que o governo devia ser superior ás intrigas.

Garante o ex-ministro da agricultura que nunca percebeu da arte do visconde de Ouro-Preto a menor prevenção contra a classe militar, cujos feitos muitas vezes enaltecia.

Este escripto appareceu no *Jornal*, precedido destas palavras: “O Sr. Lourenço de Albuquerque pintou-nos, ainda mais viva do que está na exposição, a scena do seu encontro com o imperador no dia 15. Quando sua majestade lhe disse que resolvera chamar o Sr. Silveira Martins para organizar novo gabinete, s. exa. ficou pasmo, primeiro por saber que o escolhido ainda estava em viagem e os acontecimentos não davam tempo para esperar; segundo porque sabia que esse nome era de um inimigo do marechal Deodoro. Alem disso, sabendo o que já tinha occorrido, ainda disse ao imperador: “Mas, senhor, me informaram que a republica já está proclamada.” Ao que o imperador respondeu com a mais surprehendente calma e bonhomia: “Se assim fôr será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito, estou cansado, irei então descansar.”

“Só a imperatriz e a princeza, acrescentou o Sr. Lourenço de Albuquerque, mostravam-se inquietas, consternadas. O conde d’Eu parecia tranquillo, dando a impressão de um indifferente.”

Á parte desta exposição, que lhe dizia respeito, e ás declarações do visconde de Ouro-Preto respondeu o

visconde de Maracajú, mostrando quanto fizera o dia 12, quando reassumira a pasta da guerra, após dous mezes de enfermidade. Confessa o ex-ministro que se é culpado de ter confiado em chefes militares que abandonaram o governo, culpado foi tambem o presidente do conselho, que até já tinha decidido substituil-o no ministerio pelo ajudante general. Se não pareciam acertadas as providencias tomadas pelo minsitro da guerra na manhã de 15, o presidente do conselho devia corrigil-as.

Refere Maracajú que apenas reassumiu as suas funções e ouviu as apprehensões do chefe do gabinete, combinou com Floriano medidas de prevenção, como a retirada para fóra da capital de uma parte da guarnição que era suspeitada, inclusive alguns officiaes. Havendo maiores rumores no dia 14, de novo conferenciou com o ajudante general e outras autoridades militares, mandando vir cartuchame para os batalhões e preparar cartuchos no arsenal para dezeseite boccas de figo. Apesar da reserva com que foram tomadas, essas providencias foram divulgadas e a esse facto attribue o ex-ministro da guerra a precipitação do movimento.

Sabendo ás duas horas da manhã do levante do 2º regimento, Maracajú foi para o quartel-general e para alli mandou vir differentes corpos e as dezeseite boccas de fogo. Ia depois disso ao arsenal de marinha, quando de lá recebeu chamado do presidente do conselho, a quem então deu contas das providencias tomadas, e pediu novas forças.

Ás seis e meia Ouro-Preto chegou ao quartel-

general e pôde verificar quanto estava feito. Si não havia barricadas, era porque ao governo cabia a offensiva contra as forças revoltadas, e se aquelle logar não era conveniente para a permanencia do governo, como lhe parecia ser o arsenal de marinha, era então naquelle arsenal que devia ter ficado o presidente do conselho e alli organizar a resistencia. O facto foi que a tropa que devia combater a sublevação com ella fraternizou e não ha valor nem estrategia capazes de vencer com elementos dessa ordem.

Concluiu o general extranhando que o seu collega da agricultura o tivesse achado indifferente ao que se passava, o que só se pode explicar por não lhe conhecer a indole calma. Extranheza igual lhe causou que o mesmo collega lhe attribuisse dibuamente ter convidado o governo, a conselho do Floriano, para reunir-se no quartel-general.

Respondeu-lhe o Sr. Lourenço de Albuquerque que nem por um momento duvidou da sua lealdade e sempre lhe fez a justiça a que tem direito pelos seus honrosos precedentes e nobreza de character. Achou realmente que o seu colega mostrara sempre completa despreocupação, como quem visse o perigo e o reconhecesse irremediavel. Isso mesmo se conclue das declarações que Maracajú publicou; estima haver provocado a sua declaração de não ter convidado o governo para o quartel-general, por indicação de Floriano, e remata o seu artigo, affirmando que a revolta triumphou, porque teve as sympathias senão o concurso activo do ajudante general, “depositario de

toda a confiança do governo, que não conhecia ou não observava a maxima – confiar desconfiando sempre(1).”

Ouro-Preto replicou a Maracajú. Realmente, vinte ou trinta dias antes da sua deposição, lhe chegaram boatos de sublevação militar; mas entendeu que por meros rumores não devia tomar providencias duras, senão illegaes e violentas, sobretudo quando ainda na manhã de 14 o minisatro da guerra lhe assegurava ter ouvido momentos antes, ao marechal Floriano, affirmações de que nada haveria. Não contesta que o seu collega houvesse tomado providencias para debellar a revolta; assignala apenas que ellas foram inefficazes e isso mesmo o seu contendor confirma. Assim tambem não o culpa de ter confiado em chefes que faltaram a essa confiança, pois ninguem, mais do que elle proprio, foi illudido e desobedecido.

Não pode, porem, deixar de insistir em que o ministro da guerra o convidou para ir postar-se no quartel-general do exercito “porque a sua estada alli animaria a resistencia”. Já citou a esse respeito o testemunho do Sr. Candido de Oliveira e agora pode transcrever uma carta do capitão de fragata Antônio Francisco Velho Junior (depois reformado em almirante), que declara ter assistido no arsenal de marinha ao convite que nos termos citados foi feito por Maracajú. Concluiu Ouro-Preto affirmando: “Por demais comprehendem todos que, sem motivo serio, eu não abandonaria o arsenal de marinham onde sobre

dispor de livre sahida pelo mar, achava-me ao lado de um homem como o barão do Ladario e no meio de uma corporação, na qual contava varios amigos pessoases.”

Maracajú voltou ao assumpto. O caso do convite para a secretaria da guerra, ainda narrado como faz Ouro-Preto, em nada a este aproveita, porque não pode ser dado como causa do exito da revolução. Basta inquerir o que fez o presidente do conselho, em seis horas que permaneceu no arsenal de marinha, e o que alli organizou, no ponto que tardiamente se lhe afigurou estrategico. “Se é certo que insisti com s. exa. para vir para a secretaria da guerra”, pergunta Maracajú, “se mais conveniente era ficar no arsenal de marinha, pôr em acção os elementos d’ahi; ahi preparar o ataque ou a defesa, porque me attendeu, porque não resolveu por si, não fez melhor, não ficou a cuidar do ponto que abandonou e vem agora dizer que era o mais seguro a escolher?”

A proposito desse incidente da sahida do arsenal de marinha para a secretaria da guerra, temos um depoimento pessoal que vale a pena aqui mencionar.

Conversando longamente com o conselheiro Diana, que foi ministro dos negocios estrangeiros no gabinete Ouro-Preto, entre outras cousas, referiu-nos s. exa. que estando no arsenal de marinha, em companhia do presidente do conselho, do Sr. Candido de Oliveira e de Ladario, este retirou-se, pedindo que o esperassem, pois ia ao arsenal de guerra combinar providencias com o respectivo inspector, coronel Fausto. Na ausencia de ladario e emquanto conversava

á parte com o seu collega da justiça, viu Ouro-Preto aproximar-se para dizer-lhes que tomassem ambos a mesma carruagem e o acompanhassem ao quartel do campo.

Sendo-lhe ponderado que talvez não fosse acertada aquella resolução, sobretudo na ausencia do barão do Ladario, o presidente do conselho atalhou, entrando sem demora no seu /coupé: “Si ficarmos aqui hão de dizer que temos mêdo.”

Intervindo na polemica que se travou e estamos resumindo, o Sr. Serzedello Corrêa narrou episodios que merecem menção. O primeiro foi que o marechal Deodoro, já descendo as escadas do quartel-general, lhe recommendou que ficasse alli á disposição dos ex-ministros, para attender ao que precisassem e tambem para que nada soffressem.

Os outros referem-se ao papel de Floriano. Conta o Sr. Serzedello que estando presente á apresentação do ministério Ouro-Preto á câmara dos deputados, apesar de fardado, acompanhou o padre João manôel no seu grito de “abaixo a monarchia, viva a republica”. Alguem puxou-lhe o braço. Era Floriano, o futuro ajudante general, á paisana. O capitão acreditou que ia ser censurado ou preso; mas o general, sorrindo, apenas lhe disse: “Como vai isso depressa, capitão!”

A 15 de novembro, em marcha para o campo de Sant’Anna, pôde o Sr. Serzedello comprehender que Benjamim Constant esperava que houvesse combate. “Tenho um pesar”, dizia-lhe o organizador do movimento, olhando para o contingente da escola

superior de guerra que o acompanhava, “d’aqui a meia hora grande parte desses moços terá desaparecido”. Ao chegarem ao Mangue o não vendo Deodoro apparecer, perguntou o Sr. Serzedello: “O marechal não vem; quem commanda o combate?” Benjamim respondeu: “Tranquillise-se; Deodoro está muito mal, mas se elle não vier, Floriano commandará.”

Num artigo publicado no /Jornal, a 16 de outubro de 1911, escreveu o Sr. Ernesto Senna que quando Benjamim Constant chegou de madrugada ao quartel da 2ª brigada, d’alli enviou uma mensagem a Floriano, da qual foi portador o alferes de cavallaria Eduardo de Moraes Junior. Dizia essa mensagem que as forças já reunidas appellavam para o patriotismo do ajudante general e lhe pediam que assumisse o respectivo commando, visto talvez ser impossivel que Deodoro se pudesse encarregar de tal missão por ter passado muito mal a noite. Noutro artigo de 22 do mesmo mez refere o mesmo Sr. Senna que o Sr. Lauro Müller e um alumno militar, Sr. Antônio Brasil, que tinham ido avisar Deodoro do levantamento da 2ª brigada, o encontraram em caminho e lhe disseram em nome de Benjamim que podia contar com o apoio de Floriano.

NOTA

(1) Preceito attribuido a Floriano, como boa regra de governo.

**BANIMENTO DA
FAMÍLIA IMPERIAL**

I

O EMBARQUE

Desde o dia 15 a familia imperial estava prisioneira no paço da cidade. O major Solon, um dos proceres darevolução, tivera a incumbencia de intimal-a a retirar-se do Brasil e desempenhava a delicada missão de commandar a guarda do palacio. Por maior, porem, que fosse a confiança dos homens do novo governo nos efeitos do golpe que acabava de ser vibrado contra a monarchia, a presença do imperador causava-lhes grande inquietação. Elles sentiam que o prolongamento de tal situação poderia ser uma fonte de complicações. Todos os que tinham sido surprehendidos pela rapidez e violência do “facto consummado”(1) poderiam talvez voltar da estupefação que os havia “bestializado”(2). No imperador consistia o perigo.

Durante o dia de 16 o major solon tinha apresentado ao imperador, em nome do governo provisorio, a seguinte intimação:

“Senhor: – Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reacção do carater nacional contra o systema de violação, de corrupção de todas as

leis, exercido em um gráo incomparavel pelo ministério 7 de junho; a política systematica de attentados do governo imperial, nestes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação e profundamente repellida por ella; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que, em todas as epochas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da patria; a intenção manifestada nos actos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolver-as e anniquilal-as, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre entre nós objecto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conheceis e cujo character decisivo certamente podereis avaliar.

Em face desta situação, peza-nos dizer-vol-o, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe creou a resolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

“Obedecendo, pois, ás exigencias do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funções publicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisorio espera de vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve termo possível.

“Para esse fim se vos estabelece o prazo maximo de vinte e quatro horas que contamos não entareis exceder.

“O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisorio um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança, de vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura até que sobre este ponto se pronuncie a proxima assemblea constituinte.”Estão dadas todas as ordens, afim de que se cumpra esta deliberação.

“O paiz conta que sabereis imitar na submissão os seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de abril de 1831.

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

“Manoel Deodoro da Fonseca.”

O imperador escreveu a seguinte resposta:

“A vista da representação escripta, que me foi entregue hoje ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria, de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha familia,

conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

“D. Pedro de Alcantara.”

A princeza também respondeu:

“É com o coração partido de dôr que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do paiz que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos.

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

“Isabel, Condessa d’Eu.”

Na noite de 16, Bocayuva, Benjamim, Aristides, Wandenkolk e o Sr. Ruy Barbosa estavam reunidos na sala do quartel-general, esquina da rua Visconde de Gavea. A familia imperial constituia o assumpto magno do conciliabulo. Era talvez meia noite quando o ministro da guerra dalli sahiu e foi ao seu gabinete, que ficava do lado do campo, no meio do edificio. Lá trabalhava o tenente-coronel Mallet, que desde a vespera servia ás suas ordens. O ministro chamou-o á parte. Vinha incumbil-o de uma commissão melindrosissima.

Referiu então ao seu auxiliar as preoccupações do governo. Era preciso resolver a situação da familia imperial, cuja permanencia no paiz augmentava as difficuldades do momento. Bem poderia ser que

mudassem as disposições do imperador e dos seus para executarem a intimação de exílio que lhes tinha sido notificada pelo major Solon e a que toda a familia imperial declarara submeter-se. A hora do embarque tinha grande importancia no meio das inquietações do momento. Havia o proposito de não maltratar o imperador e a hypothese de uma resistencia desesperada á última hora desasocejava o governo. Havia ainda outros perigos no ar. O marechal Hermes, commandante das armas da Bahia, até aquelle instante era infenso á proclamação da republica e queria apenas a deposição do ministério Ouro Preto; entretanto, o marechal Deodoro não se animava a demittil-o, não achava forças para faltar ao respeito que se habituara a tributar ao mais velho dos seus irmãos.

Nessa emergencia, áquella hora, tinham deliberado os ministros do governo provisorio mandar vir á sua presença o conde d'Eu, que ficaria preso como refem até que a familia imperial chegasse á Europa. Era essa a incumbencia que Benjamin Constant vinha dar ao tenente-coronel Mallet.

Acatada a ordem recebida, passou este a pedir instrucções ao ministro ácerca das graves hypotheses que poderiam surgir. A missão era delicadíssima. “Se o conde resistir, negando-se a acompanhar-me? Se a princeza o ajudar na resistencia, agarrando-se a elle, fazendo uma scena de desespero, como uma esposa a quem arrancam o marido? Como devo, então, proceder?” Estas perguntas pareceram graves demais e o ministro quis que ellas fossem levantadas deante dos

membros do governo. Acompanhou-o Mallet á sala onde estavam todos reunidos.

Ahi, cada um de per si se ia pronunciando ácerca das difficuldades imaginadas. As cousas não se deveriam passar como imaginava Mallet; tudo correria de modo a assegurar o bom resultado da ordem dada. Entretanto, o official queria uma palavra definitiva e todos mostravam-se hesitantes.

Nesse momento batem á porta da sala. Era o almirante reformado, Jaceguay, que chegava preso, acompanhado do capitão de artilharia Almachio. Essa prisão tinha sido ordenada á noite, em virtude de informações prestadas pelo ministro da marinha, segundo as quaes estavam desembarcando muitos marinheiros, chegando a correr o boato de que o almirante se ia pôr á frente de uma contra-revolução. Apenas se achou diante dos que o tinham mandado prender, perguntou o Sr. Jaceguay, com expressão de espanto, porque o queriam alli. Todos eram seus velhos conhecidos, alguns talvez amigos, de sorte que não era sem certo constrangimento que se começavam a trocar explicações.

A porta, porem, ficara entreaberta e Mallet, cuja conversa estava interrompida, notou que, de fóra, o major Lassance, mordomo do conde d'Eu, acenava, chamando-o. Havia muitas horas que alli se achava para falar ao ministro da guerra, que o mandara esperar. Era seu intuito informar o governo da situação do conde, e, como fosse camarada de Mallet, passou a antecipar-lhe as suas confidencias. Tirou do bolso

umas tiras de papel, que começou a ler. O escripto estava redigido em fôrma de perguntas e, sem ter visto a letra, Mallet suspeitou que ellas tivessem sido, senão escriptas, pelo menos inspiradas pelo conde d'Eu.

Havia em todas a preocupação exclusiva dos interesses materiaes da familia imperial. Seriam o imperador e os seus atirados na Europa sem recursos? Os seus bens seriam confiscados ou delles poderiam dispôr? Á semelhança do que acontecera em 7 de abril, quando foi exilado o primeiro imperador, seria conferida uma pensão á princeza?

Estas perguntas trouxeram grande luz ao espírito de Mallet. Naquelle dia já o conde d'Eu se tinha dirigido officialmente ao ministro da guerra, pedindo licença para retirar-se do paiz e declarando que não teria constrangimento em continuar a servir no exercito “sob qualquer fôrma de governo(3). Desde que o esposo da futura imperatriz assim procedia, era de presumir que, respondidas satisfactoriamente aquellas perguntas, sua alteza auxiliasse o governo a remover as difficuldades do embarque.

Formulando esse raciocinio, voltou Mallet á sala onde estavam os ministros e declarou-lhes: “Já não ha embaraços; está resolvida a questão.” Expostos os seus fundamentos, pediu aos Srs. Ruy barbosa e Bocayuva que viessem com elle ver o Sr. Lassance. Fecharam-se os quatro em outra sala, onde Bocayuva leu em voz alta as perguntas que o mordomo trazia. A todas responderam os dous ministros, em nome do governo, no sentido favoravel á familia imperial. “Quando sua

majestade e os seus chegarem á Europa lá encontrarão os fundos que o governo vai mandar pôr á disposição de sua majestade”, concluíram os ministros. Depois, falando de parte a Mallet, acrescentaram em voz baixa: “O senhor vai tratar do assumpto; offereça um, dous, tres mil contos, emfim o que fôr preciso.”

Ficou então combinado que a familia imperial embarcaria antes da madrugada e que Mallet devia partir immediatamente para o paço da cidade em companhia do Sr. Lassance, afim de expor as resoluções do governo. Quando chegaram, lá estava o major Solon commandando a guarda. A grade de bronze que dava accesso á escadaria principal estava fechada e o Sr. Lassance teve de entrar pela portaria das damas, que abria sobre a face da praça, onde hoje se acha a estatua de Ozorio. Mallet esperava, conversando com o major Solon, quando um criado desceu e abriu a pesada garde; aproximou-se então e viu que o conde d’Eu e o Sr. Lassance appareciam no alto da escada. “Suba, Sr. Mallet” disse o conde em voz alta.

Nesse momento chegava o coronel José Simeão, trazendo a communicação de que se estava lavrando o decreto que conferia ao imperador o credito de 5.000 contos de réis para as suas despezas de viagem e installação no estrangeiro. Com elle subiu Mallet, que depois de comprimentar o conde d’Eu, disse-lhe estas palavras: “Vossa alteza já deve conhecer pelo Sr. Lassance de que modo respondeu o governo ás perguntas que lhe foram transmittidas. Agora, ao subir,

fui informado pelo coronel José Simeão de que a esta hora está sendo lavrado o decreto que concede a sua majestade o imperador 5.000 contos de réis para as suas despesas.”

A princeza, que apparecêra tambem ao lado do esposo, interrompeu promptamente a Mallet: “Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a patria, onde fui creada e tenho as minhas affeições. É isto o que mais lamento perder; não o throno, nem ambições, que não tenho.”

Sem retrucar ás naturaes expansões da princeza, voltou Mallet ao seu ponto principal, dizendo esperar que o ajudassem a realizar o embarque antes da madrugada. De dia poderia haver inconvenientes e necessidade de providencias desagradaveis, que porventura se tornassem necessarias para assegurar a ordem e restuardar as pessoas da familia imperial. Rogava, pois, a sua majestado que embarcasse quanto antes.

Respondeu então o conde d’Eu que já havia dito ao conde da Motta Maia que acordasse o imperador. “Como?” interrompeu vivamente a princeza, “embarcar sem meus filhos, que ainda estão em Petropolis?” E a voz quebrou-se em pranto: “Não sigo sem meus filhos.” Mallet comprehendia aquella angustia e procurava suavizal-a, garantindo á princeza, em nome do governo e por sua honra pessoal, que a familia imperial não deixaria o porto sem que tódos os principes estivessem a bordo. Para segurança da sua palavra ia sahir com o Sr. Lassance e juntos diriam ao governo

quaes as providencias precisas para a vinda dos principes.

Effectivamente, logo depois, chegaram ambos ao quartel-general em companhia de José Simeão. Ahi communicou Mallet o compromisso que assumira em relação aos principes e immediatamente foram passados telegrammas para Petropolis, ordenando a sua vinda, formando-se, para trazel-os, um trem especial da linha do norte, e ordenando-se, por cautela, que nas estações houvesse força para protegel-os.

Foram então combinadas as ultimas providencias para o embarque no cães Pharoux, onde devia atracar uma lancha do arsenal de guerra. Era o ministro da marinha, Wandenkolk, quem dava as ultimas ordens: “Leve todos para bordo do *Parnahyba*”, dizia elle a Mallet. “Não sei se o commandante estará a bordo; mas está aqui o capitão-tenente Serrano, que o acompanhará e assumirá o commando, se fôr preciso.”

Os dous partiram sós, de carro, em direcção ao paço. Quando dalli sahira, momentos antes, Mallet tinha pedido ao major Solon que preparasse o terreno, ordenando ao povo que evacuasse a praça. A multidão era consideravel, affluira ás ruas proximas, e estendia-se pela rua Direita a fóra. O carro descia pela rua da Alfandega e, quase ao chegar á Bolsa, era tão compacta a massa de povo que já não podia passar. Mallet deu ordem de avançar e o caminho só se foi abrindo, quando de cada portinhola, um punho agaloado apontou um revólver. Depois veio uma patrulha de cavallaria

que reconhecendo os officiaes os acompanhou até o paço.

Num momento estava Mallet no salão, onde todos esperavam o imperador. O desejo deste era ouvir missa no dia 17 em companhia da familia imperial; entretanto os acontecimentos se precipitavam, de modo a consagrar esse dia a um fim tão diverso. A princeza, o conde d'Eu, D. Pedro Augusto, o visconde da Penha e o general Miranda Reis eram os unicos circumstantes. Ninguem falava; apenas os soluços da princezz quebravam aquelle silencio augusto. Mallet inclinou-se, saudando a todos. Pareciam horas os minutos daquela tragedia. Pouco e pouco trocaram-se as primeiras palavras. D. Pedro Augusto indagava se podia levar todas as suas malas; o visconde da Penha achava meio de dizer a Mallet que nunca podera fazer nada pelo corpo a que ambos pertenciam; a princeza voltava a perguntar pelos filhos e ouvia as seguranças que lhe dava Mallet ácerca das providencias tomadas para que no dia seguinte todos se achassem a bordo.

De repente os olhares se voltaram. Era o imperador. Vestia casaca e trazia o chapéo na mão. Vinha ao seu lado o conde da Motta Maia. Foi entrando e falando sem rodeios: “Que é isto? Então vou embarcar a esta hora da noite?” Mallet adeantou-se e respondeu com ar muito respeitoso: “O governo pede a vossa majestade que embarque antes da madrugada. Assim convém.”

– Que governo? perguntou o imperador. – O governo da republica, acudiu Mallet.

Seguiu-se então um dialogo:

– Deodoro tambem está mettido nisso?

– Está, sim, senhor. É elle o chefe do governo.

– Estão todos malucos.

Depois continuou o imperador:

– Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora.

Respondeu Mallet:

– É que se temem manifestações inconvenientes e essas precauções são todas para maior segurança da familia imperial.

– Que manifestações?

O Sr. Jaceguay, cuja prisão não se tornara effectiva e a quem fôra permittido despedir-se do imperador, pediu licença para intervir, ajudando a decidil-o:

– Não, meu senhor. Vossa Majestade deve embarcar. Realmente temem-se manifestações desagradáveis dos estudantes.

– Quem faz caso de estudantes!?! objectou o imperador.

Dos que deviam aprtir só faltava alli a imperatriz, que por fim appareceu ao lado de uma das suas damas.

Antes, porem, de abandonarem o salão, ouviram-se tiros na praça. Descendo para ver o que era, soube Mallet que quinze marinheiros acabavam de ser presos alli pelo major Solon. Em baixo achava-se então o alferes França, que era portador do decreto do governo, estabelecendo a somma destinada ao imperador.

Insistia para entregal-o em mão, mas Mallet o procurou dissuadir desse intuito, com o fim de não augmentar novas peripecias á scena decisiva que se estava desenrolando. O major Solon quis que o alferes entregasse o decreto; Mallet porem não consentiu, deixando-o retirar-se queixoso.

Quando de novo subiu, encontrou Mallet a mesma impressão de perplexidade e duvida. Tudo estava disposto para a partida; entretanto, ninguem se dispunha a deixar o velho solar, que tinha visto fundar e crescer a monarchia. O conde d'Eu, porem, cedia ás insistencias de Mallet, ajudando o imperador a dar os primeiros passos. Todos o seguiam e o velho soberano desthronado ia descendo lentamente as escadas, mas repetindo sempre o estribilho, com que primeiro protestara contra as condições em que lhe impunham o exilio: “Não embarco, não embarco a esta hora como negro fugido.”

Á porta do paço, aberta sobre a praça deserta, havia apenas o carro que trouxera os officiaes incumbidos de embarcar o imperador. A sofreguidão com que tudo tinha sido feito não lhes deu tempo de pensar em condução para toda a comitiva. O trajecto era porem tão curto, até o cães fronteiro, que o conde d'Eu quis seguir a pé. Só por instancias do imperador, cedeu em tomar lugar junto a este, a imperatriz, a princeza e D. Pedro Augusto, que já haviam entrado na carruagem. Esta começou a mover-se a passo e todos a acompanhavam a pé. “Os senhores hão de arrepender-se, Sr. Mallet”, vaticinava a princeza.

No Pharoux estava atracada a lancha do arsenal de guerra, cuja única guarnição consistia em quatro alumnos da escola militar. Das pessoas presentes só o marquez de Tamandaré declarou que acompanharia a familia imperial até a bordo. Alem d'elle e dos exilados embarcaram o commandante Serrano e um official de fazenda. O major Solon, que viera até o cáes, ficou incumbido de communicar aos ministros que até alli tudo corra bem.

E depois? Grandes eram as inquietações de Mallet. O ministro da marinha, até a ultima hora, mostrava os maiores receios ácerca do que poderia acontecer no mar. Havia navio de guerra onde ainda não se tinha logrado arrear a bandeira imperial. O Sr. Jaceguay era chamado ao quartel-general no meio de boatos de contra revolução; marinheiros que desembarcavam revelavam sentimetos de antipathia ao movimento da vespera e ainda ha pouco o major Solon fôra obrigado a prender quinze delles, junto ao paço.

A noite era chuvosa; tornava-se impossivel, na escuridão, distinguir os navios; ninguem da lancha conhecia a posição certa de cada um delles. Tacteava-se nas trevas, lobrigando aqui e alli os pharóes de bordo. Aproximavam-se de um e logo reconheciam que não era o *Parnahyba*. Porfim a lancha chegou perto deste. “Arreia a escada!” gritou Mallet. “Quem vem lá? Quem manda arrear a escada?”, perguntaram do portaló. “Arreie a escada!” repetiu com força Mallet, annunciando a sua autoridade.

A lancha pôde enfim atracar. Serrano pulou primeiro, galgando a base da escada para dar a mão ao imperador. A escuridão era quase completa; apenas uma pequena lampada espalhava na escada tenue claridade. Ajudado de um e outro lado por Mallet e Motta Maia, em vão o imperador diligenciava passar da lancha á escada. Com um pé sobre a borda da pequena embarcação, dobrava-se para a frente, procurando livrar a cabeça de um golpe contra a tolda. O grande vulto, a fraqueza das pernas, a incerteza dos movimentos, tudo embaraçava o imperador. Entre a lancha e a escada poderia elle cair e seria quase impossivel salvá-lo. Mallet via com horror a perspectiva desse desastre e comprehendia que estaria moralmente perdido se occorresse tal desgraça. Não faltaria quem attribuisse a ignominia de ter afogado o imperador. Na aflicção desse momento angustioso, resolveu que se elle cahisse ao mar cahiria tambem, para salvá-lo ou morrer. Ligou-se ainda mais a elle e com o impulso que lhe emprestou um marinheiro conseguiu por fim pô-lo livre sobre a escada.

Dahi o commandante Serrano levou o imperador até a tolda do navio. Foi então a vez da princeza, que subiu sem auxilio, guiada pelo conde d'Eu e seguida por Mallet. O embarque da imperatriz foi igualmente penoso, pois, como se sabe, ella claudicava de uma perna. O marquez de Tamandaré ajudou-a até em cima.

Apenas todos reunidos, Mallet já não viu o official de quarto que os recebera. O commandante não estava. Então, conforme fôra ordenado pelo ministro da

marinha, Serrano assumiu o commando. Chuviscava e a frouxa luz que havia a bordo mal deixava distinguir as pessoas. Convidado a descer á câmara, o imperador recusou-se; preferia ficar ao ar livre. Foi então dada ordem para estender-se o toldo. Era o momento de deixar o navio quem não tivesse de acompanhar o imperador; mas o almirante Tamandaré declarou com firmeza que ficaria a bordo até vê-lo passar para o *Alagôas*. Consultado Serrano, não se creou obstaculo ao desejo do velho servidor.

Desceu Malltt sósinho. Da Parnahyba ao caes, no silencio da noite escura e chuvosa, o seu espírito ainda se perdia em fundas apreensões. Estaria tudo acabado?

Foi quase ao amanhecer que pôde entrar no quartel-general, onde os ministros esperavam anciosos a narração dessas peripecias, que tambem, alguns annos mais tarde, ouvimos da sua bocca.

NOTAS

(1) A expressão “facto consummado” foi muito empregada na epocha, principalmente pelos que adheriam á republica por considerar que já não era possível fazer cousa alguma pela monarchia.

(2) Descrevendo no “Diario Popular” de S. Paulo a jornada de 15 de novembro, disse Aristides Lobo que o povo assistia “bestializado” a tudo quanto se passava.

(3) É este o officio do conde d’Eu:

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. – Illm. e exm. Sr. – Rogo a v. exa. me conceda exoneração do cargo de commandante geral de artilharia, que exerço desde 19 de novembro de 1865 e licença para retirar-me para fóra do paiz.

Diz-me a consciência que sempre servi á nação brasileira lealmente na medida de minhas forças e intelligencia, e procurei guardar justiça para com os meus commandados.

“Della me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do exercito brasileiro. Si não fossem as circumstancias, que, bem contra a minha vontade, me obrigam a sahir do paiz, e que são conhecidas de v. exa., estaria prompto a continuar a servir, debaixo de qualquer forma de governo, á nação que por tantos annos me acolheu no seu seio, comulando-me de honras e enchendo-me de immorredouras saudades e cuja prosperidade e gloria serão sempre um dos meus mais ardentes anhelos.

“Deus guarde a v. exa. – Illm. Exo. Sr. tenente-coronel Dr. Bemjamim Constante Botelho de Magalhães, ministro da guerra. – *Gaston d’Orleans* (Conde d’Eu), marechal do exercito brasileiro.”

II

DO RIO Á ILHA GRANDE

Madrugador habitual, bem cedo, na manhã de 17, o capitão de fragata José Carlos Palmeira chegava á janella da sua casa na Fabrica das Chitas. Um vendeiro vizinho, que lia um jornal, deu-lhe bom dia, perguntando-lhe se o *Parnahyba* ia partir em viagem, conforme noticiava aquella folha. Comquanto na vespera, á noite, o almirante Wandenkolk lhe tivesse dito que nada havia de novo e o autorizasse a ir dormir em casa, o commandante Palmeira, á vista de tal noticia, apressou-se em vir para a cidade. Pouco depois das sete horas chegava ao cáes Pharoux, onde encontrou o 1º machinista de bordo. Este contou-lhe que, morando no morro do Castelo, viu cedinho que o *Parnahyba* murada de lugar e fumegava no Pôço; por isso viera para o cáes, com o intuito de ir a bordo saber o que havia.

Tomaram os dous um bote mercante e chegaram ao navio. O immediato, que o veio receber, referiu-lhe que não tinha podido mandal-o chamar e que o capitão-tenente Serrano tinha assumido o commando do navio.

Trocadas estas primeiras palavras, logo se approximou o commandante o marquez de Tamandaré, que não podia disfarçar a grande commoção que o

dominava. Toda a familia imperial estava na tolda, em frente ao portaló, onde o commandante acabava de apparecer. O marquez, chorando, foi apresental-o ao imperador, que o recebeu declarando conhecel-o de ha muito tempo.

Quando falámos ao commandante Palmeira, já reformado no posto de vice-almirante, vivia elle retirado numa rua tranquilla de Botafogo. Tinha cerca de setenta annos, pequeno de estatura e debil de compleição. As mãos já lhe tremiam, mas havia no seu falar uma grande vivacidade e nas suas maneiras uma singelleza captivante. Aquella scena ficou-lhe no espirito como uma lembrança que não se póde apagar, talvez como a mais funda impressão da sua vida. Amigo de infancia do almirante Wandenkolk, seu capitão de bandeira, estava escalado para seguir na divisão do norte com destino ao Pará. O almirante apenas lhe dissera que não iria para o norte, accrescentando uma vez “que não podia ver Pedro II”.

A revolução colheu-o na ignorancia dos seus preparativos, embora soubesse por Wandenkolk que era possível um pronunciamento contra o ministério Ouro Preto. Na manhã de 15 de novembro chegou a bordo, quando por ordem do ministro Ladario já os marinheiros tinham desembarcado no arsenal. Mais tarde um escaler vindo de terra trouxe noticias de que o ministro fôra ferido e falava-se em republica no campo de Sant’Anna. Aceitou os factos como todos os soldados que tinham sido surprehendidos pela revolução. Obediente á nova ordem de cousas, não

podia entretanto esquecer o seu respeito ao imperador, a quem tinha servido desde os primeiros dias da sua carreira. Quando elle lhe estendeu a mão, beijou-a, e homenagem igual tributou á imperatriz. Concluiu o velho marinheiro com uma expressão de orgulho e amargura: “Oh, elle conservava-se o mesmo homem, pairando sempre á mesma altura e esteve assim até o ultimo momento em que o vi!”

Foi sob a impressão desse encontro commoedor, que o commandante desceu á câmara, onde o immediato lhe pôde então referir minuciosamente tudo quanto se tinha passado. Estavam, de noite, socegados á bordo, quando veio ordem de preparar para partir de madrugada. De madrugada chegou a lancha com Mallet e Serrano, conduzindo a familia imperial; Serrano assumiu o commando e a última palavra era aguardar communicação da hora em que deviam partir para a Ilha Grande, onde o *Alagôas* devia tomar os exilados.

Eram nove horas da manhã quando chegou a bordo o 1º tenente Cunha Gomes, ajudante de ordens do ministro da marinha, portador das ultimas instrucções verbaes. Recommendava o ministro que depois de receber os principes, filhos da princeza Isabel, largasse o *Parnahyba* para o seu destino, conservando á vista o *Alagôas*, que deveria vir á altura da Raza, onde encontraria o *Riachuelo* para o comboiar. No mais, recommendava o governo, que a familia imperial fosse tratada com todo o acatamento, sendo-lhe dispensadas todas as attenções que ella merecia em tão penosa situação.

– Ha rancho a bordo? perguntou o ajudante de ordens.

– Nada, que ninguem pensava deixar o porto, respondeu o immediato.

Só a uma hora da tarde chegou a bordo o indispensavel para a refeição de tantas pessoas; a familia imperial, porem, que não tinha almoçado, preferiu esperar o jantar, recusando antes qualquer alimento.

Os principes tinham vindo pouco depois de nove horas e eram acolhidos pelos pais com tocante expansão de ternura. Logo que tudo ficou prompto a bordo, a *Parnahyba* levantou ferro e partiu barra fóra. Magnifica viagem. Todo o tempo o imperador não tirava os olhos da costa, falando de instante a instante com o commandante ácerca dos panoramas novos que surgiam – as enseadas, as pontas de terra, toda a orla escura que corria ao longe, onde as praias morriam. Ninguem lhe ouvia uma queixa, a menor allusão aos acontecimentos da vespera. Dir-se-hia que ia alli um simples passageiro, indifferente ao que os homens estavam fazendo contra elle, havia dias, e que tudo o que o interessava, tudo o que o prendia era a terra na sua nudez selvagem, com as galas entre as quaes elle nascera, o céo sempre azul, as montanhas altivas, as angras tranquillias, os coqueiraes alinhados nas areias longinquas, que fugiam para traz e se estendiam alem, cada vez mais brancas, entre o cinzento das terras e o azul do mar.

De mulheres não era de esperar a mesma serenidade. A imperatriz ia chorosa, queixando-se do frio que a esperava e tanto a fazia soffrer. A princeza não occultava a sua magua; amava tanto o Brasil e não sabia se poderia voltar; ignorava o que tinham feito, ella e seu marido, para serem tratados assim.

Uma vez, descendo á câmara do commandante para repousar, sentada num sofá, repetia a princeza as suas queixas. O conde não se envolvia na política e toda a familia imperial confiava tanto na dedicação de Deodoro que ainda mal podia comprehender como elle se tinha posto á frente de um movimento para expulsal-a do paiz.

Ajudado por essa confiança que a princeza lhe revelava, animou-se o commandante a formular a sua alteza as razões que eram apontadas como causa da sedição. Ellas consistiam principalmente no propósito attribuido ao governo imperial de querer o anniquilamento do exercito, plano que começava a ser executado com a reorganização da guarda nacional e a retirada de batalhões da capital. Mas a princeza retrucava, repetindo que o conde não se envolvia na politica e accrescentando que elle não entraria em nenhuma combinação contra o exercito, pelo qual tinha tanta estima.

Depois da princeza foi D. Pedro Augusto quem se utilizou da câmara do commandante para repousar. Alli se conservou elle até pouco antes do jantar. Já então eram francas as suas manifestações de desordem cerebral. De vez em quando mandava chamar o

commandante, tomava-lhe as mãos, mostrando na face angustiosa a expressão do delirio. Nunca fizera mal a ninguem, entretanto o queriam matar; confiava-se ao commandante, pedia-lhe que vigiasse por elle, que o salvasse. Palavras de conforto e carinho davam-lhe a custo certa tranquillidade, permitindo ao commandante voltar ao seu posto.

Emfim, ao cahir da tarde, fundeava o *Parnahyba* em frente á Ilha Grande e ahi foi servido o jantar. A câmara era pequena para conter a todos e a mesa escolhida foi a da praça de aras, refeitorio habitual dos officiaes. Devia haver appetite, pois era essa a primeira refeição do dia; comtudo, uma grande tristeza dominava todos os animos. Só o imperador conservava o mesmo ar natural, indifferente a tudo o que acontecera, conversando prazenteiramente como nas circumstancias ordinarias da vida. Ainda ahi D. Pedro Augusto se mostrava inquieto, o que fez a imperatriz chamal-o de medroso. “Então”, acudiu o commandante, “sua alteza não sahe a sua majestade o imperador, que nunca deu prova de mêdo.” Para comprovar o seu conceito, referiu então o official o accidente que se passou na fortaleza de Santa Cruz, ao tempo da questão Christie, num dia em que o imperador fazia uma visita de inspecção e aconteceu que, sem as devidas precauções, disparasse uma peça de artilharia. Dizia-se naquella epocha que houve generaes do sequito imperial que mostraram susto excessivo. “Lembra-se disso?” interrogou o imperador com curiosidade,

passando logo a referir minuciosamente as circumstancias do facto.

Quando findou o jantar, já o *Alagôas* tinha fundeado a pequena distancia do *Parnahyba*, cuja missão portanto estava finda. O imperador , a imperatriz e a princeza embarcaram num escaler com o commandante; os outros exilados distribuiram-se noutras embarcações em companhia de officiaes. De bordo só levaram uma cadeira da câmara, que a princeza desejou e lhe dava grande commodo para a viagem. O conde d'Eu confiou ao commandante cartas que deviam ser entregues ao Sr. Ramiz Galvão, preceptor dos principes.

A bordo do *Alagôas* a demora foi curta. O imperador, a imperatriz e a princeza abraçaram o commandante. Apertando-lhe a mão demoradamente, disse-lhe sua majestade que continuasse a servir ao paiz. Depois, como ultimas palavras formulou os seus votos ácerca do futuro: “O meu maior desejo é ter noticias na Europa de que tudo se passou sem derramamento de sangue.”

Dentro em pouco, depois da meia noite, o *Alagôas* suspendia ferro e o *Parnahyba* o seguia á distancia, até a altura da Raza, onde o *Riachuelo* fumegava. Na tarde de 18 o cruzados fundeava no port e á noite o commandante Palmeira entrava no quartel-general, onde deu conta da sua missão ao ministério, que ancioso esperava informações.

III

A TRAVESSIA

Cerca das tres horas da tarde de 16, estava o commandante do *Alagôas*, Sr. José Maria Pessoa, no escriptorio da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, quando vio entrar o respectivo gerente, o subdito inglez Byrne, que immediatamente o chamou á parte. Era um homem calmo, que não trahia facilmente no rosto o seu estado d'alma; agora, porem, a sua commoção era evidente. “Não ha brasileiros no Brasil”, foram as primeiras palavras que articulou com firmeza e magoa, olhando em face o commandante Pessoa. Depois continuou: “Ouça e fique calado. Tenho uma commissão muito grave para confiar-lhe. Vou dizer-lhe que ordens tem.”

Sem demora, passou Byrne a referir que vinha de uma conferencia com o ministro da marinha ácerca do embarque do imperador e sua familia. No dia seguinte, ás 11 horas da manhã, devia o *Alagôas* achar-se em condições de partir. Já havia carga recebida a bordo, mas era preciso que o navio della se desembaraçasse sem perda de tempo, tomando o carvão necessario para uma longa travessia até S. Vicente, primeiro porto em que deveria tocar, antes de chegar a Lisboa. Em nenhum ponto da costa do Brasil era permittido

fundear. Devia-se fazer provisão de mantimentos de primeira qualidade e já se havia providenciado para que fossem postos a bordo gado e caça. Era indispensavel ver quanto antes um cozinheiro de primeira ordem. Nada deveria faltar para o tratamento de pessoas habituadas a tanto bem estar.

Não havia um minuto para perder. Era sabbado, e no domingo, ás onze horas da manhã, o *Alagôas* suspendia o ferro, deixando a Saúde para ir fundear no Pôço. Já então o commandante Pessoa tinha em mãos o seguinte officio:

“Companhia Brasileira de Navegação a Vapor. Rio, 17 de novembro e 1889. – Em cumprimento das instrucções recebidas hontem do governo provisório, deve seguir hoje á tarde o vapor *Alagôas*, de seu commando, conduzindo a familia imperial para o porto de Lisboa, segundo informação verbal.

Precipitada como é a sahida do vapor, não é possível prever as necessidades dessa viagem; por consequência, recommendo-lhe que faça tudo quanto for possível á confortabilidade de todos os viajantes.

Deve tocar no porto de S. Vicente para receber carvão, o que prenvirei por telegramma. Em Lisboa entender-se-ha com os correspondentes da companhia, Srs. Knowles, Raves % Co., que fornecirão carvão e o mais que for necessario ao vapor.

Havendo cargas ou passageiros em Lisboa convem recebê-los, não sobrecarregando porem o

vapor. Saúde e fraternidade – Illmo. Sr. commandante, José Maria Pessoa.

“B. Byrne, gerente.”

Fundeando no Pôço, ahi ficou o navio apenas o tempo necessario para receber a bagagem que tinha ido em duas falúas e depois se verificou ser composta, em parte, de cousas desnecessarias, havendo falta de roupas brancas e roupas indispensaveis aos filhos do Conde d’Eu. O general Beaurepaire Rohan e o barão de Mamoré foram a bordo, pensando lá encontrar o imperador, de quem esperavam despedir-se. A meia hora depois de meio-dia o *Alagôas* deixava o ancoradouro e transpunha a barra, levando o commandante as seguintes instrucções do ministro da marinha:

“Ao Sr. commandante do valor *Alagôas* – Siga vm. deste porto, logo que estiver prompto, com destino á enseada de Abrahão (Ilha Grande) a encontrar-se com o cruzador *Parnahyba*, do qual receberá o Sr. D. Pedro de Alcantara e sua familia e mais pessoas que o acompanharem, o que feito deixará immediatamente a dita enseada com destino ás proximidades da Ilha Raza, devendo encontrar ahi o couraçado *Riachuelo*, que o seguirá de perto, regulando a marcha do navio de seu commando, de maneira que não perca de vista o dito couraçado, trazendo durante a noite luz ou luzes que o faça distinguir. Sua navegação deve ser dirigida com todas as cautelas, attendendo ao grande calado de 22

pés do dito couraçado. Fique vm. sciente que não pode nem deve tocar em porto brasileiro, sendo sua proxima escala S. Vicente para refazer-se de combustivel e dahi fará derrota para Lisboa. Desembarcando alli D. Pedro de Alcantara e familia, regresse a este porto.

Vai a bordo o 1º tenente da armada João Augusto de Amorim Rangel em serviço do ministério da marinha, a quem vm. abonará um conto de réis para despezas.

Recommendo a vm. a maior deferencia de tratamento a D. Pedro de Alcantara e familia. Saúde e fraternidade. – *Eduardo Wandenkolk*. Rio de Janeiro. Ministério da marinha, 17 de novembro de 1889.”

Ao anoitecer fundeava o *Alagôas* na enseada de Abrahão e algum tempo depois, já noite fechada, começava a receber os criados da familia imperial e da comitiva e a bagagem miuda que viera no *Parnahyba*. Tinham ido a bordo, desde o Rio, os barões de Loreto e Muritiba, que com suas esposas acompanhariam a familia imperial. A todo o momento se esperava o imperador. A curiosidade e a anciedade cresciam. Por fim, cerca de onze horas da noite, rumor de remos em acção indicava escaleres que se aproximavam; vinham do lado do *Parnahyba*; devia ser a familia imperial.

Tudo estava preparado para a recepção. Em falta de luz electrica, havia uma fileira de lampadas em toda a escada, que assim ficava bem clara. Infelizmente, o vento soprava fresco e o mar se agitava, de sorte que a atracção dos escaleres se tornava penosa. Todos,

porem, pareciam calmos; só a imperatriz chorava, mostrando quanto lhe custavam aquellas peripecias. Foi esta aliás a única vez que a tanto chegou a sua commoção. No portaló, o commandante recebeu a todos. Com elle fizera o conde d'Eu a famosa viagem ao norte, acompanhado de Silva Jardim. Da princeza era elle tambem conhecido, pois em mão de sua alteza, que voltava de Minas, fôra elle, na estação do Campo, entregar as primeiras cartas que daquella viagem lhe mandava o esposo.

O commandante Pessoa guarda muito vivas as impressões desses dias inolvidaveis, que correram entre a Ilha Grande e o Tejo. Documentos, retratos, objectos, que lhe ficaram como lembrança, tudo elle conserva e zela com apreço. Não era possível encontrar testemunha mais fiel, depoimento mais insuspeito ácerca dessa travessia. Sem ouvir a cada instante as expansões da familia imperial, tinha entretanto ensejo de presenciar algumas, surprehender outras embora sem querer, bem como de assistir a episodios curiosos, que em taes circumstancias não se lhe poderam apagar da memoria.

Foi o seu primeiro encontro com D. Pedro Augusto que lhe deu logo a segurança de que ia ter grandes cuidados. “Você é o commandante Pessoa?” perguntou-lhe abruptamente o príncipe, que logo continuou: “Você tem cara de bom homem. Como é que se encarrega disso, de dar cabo da familia imperial?” O commandante promptamente comprehendeu que o

príncipe tinha perdido a razão e para de algum modo tranquilizal-o entendeu que lhe dava boas indicações de si proprio, mostrando-se como conhecido de um membro da familia imperial. “Vossa alteza não me conhece; mas o Sr. conde d’Eu, que viajou commigo para o norte, pode dizer-lhe quem eu sou.” Mais tarde ia o commandante Pessoa verificar que essa recommendação era para D. Pedro motivo de maior desconfiança.

Logo que recebeu todos a bordo, tratou o commandante de accommodal-os como fosse melhor. Offereceu a sua câmara ao imperador, mas sua majestade a rejeitou, com receio de ficar dormindo em cima, quando no outro hemispherio ia encontrar o inverno. Foram o conde d’Eu e seu filho primogenito que se utilizaram desse aposento, fazendo-se em baixo, para o imperador, de dous camarotes um. Pouco tempo demoraram esses arranjos e á meia noite estavam todos recolhidos. Meia hora depois o *Alagôas* se fazia ao largo, em busca da ilha Raza, e toda a noite viajou.

“E o *Parnahyba*?” perguntámos nós. “O *Parnahyba*”, respondeu o commandante, “marchava muito devagar, como sabe, e foi ficando atraz.”

– Pelo que vejo, commandante, o senhor teve nas mãos um grande poder.

Comprehendendo o alcance das nossas palavras, acudiu o Sr. Pessoa:

– Contaram-me que o visconde de Ouro Preto costuma dizer que a republica esteve nas minhas mãos, pois se eu tivesse levado o imperador para a Bahia, o

proprio marechal Hermes o haveria de acolher e lá se levantaria a resistencia. Na verdade, o *Alagôas* acabara de limpar o casco e tinha excellente marcha; se eu quizesse fazer rumo para a Bahia, nem o *Parnahyba*, e ainda menos o *Riachuelo*, que estava na Raza, poderiam crear-me obstaculos.

Nem por um momento, porem, o commandante Pessoa pensou em tal. Fiel aos que lhe tinham confiado o navio, alheio á política, podia doer-se da sorte do imperador, mas de modo algum seria agente de qualquer reivindicção. Alem disso nem o mais leve signal lhe indicava que o imperador não estivesse resignado.

De manhã cedo, aos primeiros clarões do dia, o *Riachuelo* estava junta á Raza. Era seguir agora a rota combinada. Trocados os signaes, fizeram-se ao largo os dous navios, que navegaram sempre á distancia de poucos metros até á altura da Bahia. Cada dia essa dependencia se tornava mais penosa; o *Alagôas* poderia adeantar muito, mas as instrucções mandavam attender á marcha do couraçado. O imperador incommodava-se com essa lentidão. “Quantas milhas faz o *Riachuelo*?” perguntava. “Sete, oito”, respondia o commandante Pessoa. “Só? ... Mas elle andava dezesseis.”

Mais de uma vez teve o *Alagôas* ordem de parar, porque o *Riachuelo* precisava fazer concertos; ora eram desarranjos na machina, ao nas daldeiras. Conversando uma vez a esse respeito, visivelmente aborrecido, disse o imperador ao commandante: “Diga a esse moço, que vem a bordo, que se o *Riachuelo* é honraria, eu

dispenso; se quer dizer receio, eu não quero voltar. O Brasil não me quer, vou-me embora.”

Persistindo as cousas assim, já ao norte da Bahia deliberou o commandante Pessoa fazer este signal ao couraçado: “Grande necessidade continuar viagem só”; ao que teve esta resposta: “Deliberação amamnhã de manhã.” Effectivamente, no dia seguinte veio a bordo um official que falou ao 1º tenente Magalhães Castro, já então substituindo o 1º tenente Rangel, que adoecera. Mandava declarar o commandante do *Riachuelo* que durante o dia guardasse o *Alagôas* a mesma distancia observada até alli; mas á noite fosse augmentando a marcha até abandonar de vez o encouraçado.

Corria agora emfim o *Alagôas*, livre dessa guarda formidavel, que tantos dias o detivera á meia marcha. Sem duvida a monotonia de bordo não ia mudar; mas a certeza de avançar, a esperança de chegar mais depressa faziam certo bem aos animos abatidos. Alguns dias depois, a costa estava bem longe; começava o dominio do azul, que cansa os viajores – o céu e o mar, que parecem não findar, unidos na longinqua confusão, onde apenas o sol os separa.

Terra! Surgia ainda um resto de terra, perdido no oceano. Era Fernando de Noronha, ultimo pedaço do Brasil que os olhos dos banidos podiam agora ver. Foi o príncipe do Grão Pará quem se lembrou de mandarlhe um derradeiro adeus. “Vamos soltar um pombo!” gritou a criança, radiante da sua idéa carinhosa.

Escreveu-se ás pressas um bilhete, que todos assignaram. Um criado foi á capoeira e colheu uma das aves que lhe pareceu mais vigorosa, capaz de transpor mais celere a distancia em que a ilha ficava. Ligou-se o papelinho á aza do pombo e da borrdá do navio um forte impulso impelliu-o, para a terra que fugia. Os olhares alongaram-se, esperando acompanhar a longa trajectoria; mas o pombo abriu as azas impotentes e cahiu, sumindo-se no mar. Como elle, todos quantos eram destinados á cozinha de bordo tinham as azas cortadas.

A vida de bordo ia assim deslizando, e parecia, a quem observasse o imperador, que se estava fazendo uma viagem commum. Elle e a imperatriz passavam as horas em duas cadeiras de junco da Madeira, que eram os assentos mais confortaveis de bordo. Sempre que podia, o commandante vinha ver o imperador e responder ás suas perguntas incessantes. Elle passava o dia junto a uma mesinha, que foi posta perto do portalló e onde tinha livros e papéis. Nada se passava no horizonte que não lhe despertasse a attenção. Ao principio eram a costa, as regiões diante das quaes se estava passando; depois, a marcha do navio, as observações do meio-dia, a direcção que seguiam todas as velas avistadas no mar. “Írá para o Brasil? Virá do Brasil?” perguntava sempre o imperador deante de cada embarcação que descobria.

Perturbava porem frequentemente essa paz e tranquillidade de bordo a agitação de que era victima D. Pedro Augusto. Cada dia augmentava a sua

desconfiança do commandante. Parecia que a invocação que este fizera na Ilha Grande, do conhecimento do conde d'Eu, a quem dera como fiador para o tranquilizar, lhe augmentava a exacerbação do espírito. O commandante chegou a dizer á imperatriz que tinha esta suspeita. “Pode ser”, respondeu sua majestade, “plantaram a discordia na familia. Infelizmente é verdade que elles não se gostam.” Um dia, estava o commandante conversando com o imperador quando o príncipe foi chegando devagar e perguntou-lhe em face: “Quanto lhe pagaram para dar cabo da familia imperial?” O imperador não tinha de certo a precisa noção do estado do pobre enfermo, tal a dureza de expressão com que o repelliu, levantando-se a meio da cadeira. O conde da Motta Maia, a quem todos attendiam muito, inclusive o imperador, aproximou-se então de D. Pedro e fel-o retirar, lembrando-lhe que “sua majestade não se podia incomodar.”

Outra vez, o delirio chegou a tal ponto, que o commandante soffreu uma aggressão. Conversava elle com o barão de Muritiba, quando D. Pedro investiu inesperadamente, lançando-lhe as mãos ao pescoço para estrangulal-o. Não foi sem difficuldade que o commandante se defendeu, precisando afastal-o com violencia. Deante desse excesso, expoz elle ao imperador os perigos que estava correndo e chegou a falar em deter o príncipe num camarote. Felizmente, porem, todos se combinaram para evitar esse rigor e desde então passou D. Pedro a ser incessantemente vigiado.

A janella do camarote foi fixada com parafusos de fóra, dous homens para evitar que elle a conseguisse forçar. Uma das suas preocupações era correr o navio por toda a parte, para ver se descobria armas, que suppunha escondidas; mas por todos os lados os criados o seguiam. De repente, viam-n-o parar e apontar um ou outro: “Já vi o retrato deste sujeito na galeria da policia”. A unica arma, que conseguiu apanhar, foi um compasso do commandante, de que se muniu e que por felicidade um criado tomou.

Pobre príncipe! Nos horrores do delirio tudo se lhe afigurava crime, perseguição e morte. As acções mais comezinhas, as figuras mais tranquillias, as cousas mais innocentes ganhavam aos seus olhos proporções de assombro. Um vidro de tintura de iodo, que o tenente Magalhães Castro trouxera do *Riachuelo*, continha o veneno que devia fulminar a todos. Ao almoço e ao jantar seguia com cuidado o serviço dos pratos e só se servia do que o commandante ja tivesse comido. Na vespera da chegada a Lisboa, a limpeza de bordo, a pintura dos escaleres, eram preparativos para a fuga da tripulação, que ia abandonar o navio em alto mar, deixando os prisioneiros sós, o tempo preciso para a explosão das caldeiras, preparada de antemão para fulminal-os.

Contra todos esses perigos procurava o principal precaver-se como podia. Apanhou um salva-vida americano, desses que se enchem soprando, e passava os dias com elle sobre o thorax escondendo-o debaixo das roupas. Acreditava que a bordo ninguem o

socorreria; em nenhuma daquellas caras descobria um signal de piedade e salvação; todos eram algozes. Appellava então para o mar, que levasse a homens menos duros os seus gritos de socorro. Uma vez por outra viam-n-o atirar ás ondas garrafas bem arrolhadas, a que confiava esperançado as suas denuncias e as suas supplicas. Duas dellas foram depois colhidas, uma em Mundahú, no Ceará, outra em Camaragibe, nas Alagôas.

Cada noite, suppunha que ia ser a ultima da sua vida. As insomnias o atormentavam, tendo chegado a passar setenta e duas horas sem dormir; ás vezes era preciso dar-lhe chloral. Ao recolher-se, á noite, despedia-se de todos e sahia amedrontado, esperando accordar na eternidade. No sai seguinte, quando os tres principes menores o via apparecer, zombavam, na sua innocencia, dos temores do pobre allucinado: “Então, ainda não foi esta noite? É hoje!” repetiam-lhe rindo.

Diziam a bordo antigos criados do paço que era velha essa mania de perseguição, agora exacerbada. Tinha o príncipe ás vezes tanto medo que se mettia embaixo da cama, escondendo-se de imaginarios perigos. Uma dessas crises foi tão forte, que elle teve de ser isolado na chacara do Bom Retiro, na floresta da Tijuca.

Do imperador, porem, de cuja fraqueza intelectual tantas vezes se falou nos ultimos tempos do seu reinado, nunca percebeu o commandante o menor signal dessa decadencia. A sua famosa memoria conservava-se admiravel e todos os dias, á mesa, elle a

ostentava na palestra habitual. Os dous officiaes de marinha, que iam a bordo, procuravam evitar a familia imperial e fazer vida á parte; mas o imperador fez questão que, não só elles, mas tambem o commandante, se assentassem á mesa, onde só não vinham a princeza e as duas damas que a acompanhavam. Quando se dirigia aos officiaes, o imperador só lhes falava das familias, dos parentes que conhecia, interrogando-os ácerca de viagens navaes e discorrendo a respeito da vida do mar. Nem uma palavra quanto aos acontecimentos, nem uma vez o nome de Deodoro ou de nenhum outro dos seus companheiros.

Apenas duas vezes, fóra da mesa, o commandante o ouviu á política. Falava-se do curso que os acontecimentos tinham levado a 15 de novembro, quando elle interveio, com certo tom de censura e de queixa: “Grande parte das noticias que foram para Petropolis pelo telegrapho eu só vim a lêr quando estava no paço. Se eu soubesse que as cousas tinham tamanha gravidade, ter-me-hia retirado para Minas.” De outra vez, imaginava-se a hypothese de uma viravolta de um fracasso da republica e perguntaram-lhe se elle estaria prompto a voltar ao throno. “Sim; se me chamarem, eu volto”, foi a sua resposta.

A 2 de dezembro, dia dos annos do imperador, o commandante ornou como pôde o refeitório e apresentou um jantar escolhido. Á sobremesa tomou-se champanha e foi apresentada ao imperador uma saudação que o barão de Loreto escrevera e todos sem

excepção assignaram. O imperador acolheu-a satisfeito e respondeu a todos, “bebendo pela prosperidade do Brasil”.

As maiores palestras do imperador eram com André Rebouças, o celebre engenheiro que tomou o encargo de acompanhar a bordo do *Alagôas* os filhos da princeza e lá ficou para acompanhar a familia imperial. Falavam, discutiam horas seguidas, sem que o imperador parecesse nunca molestado com os modos desabusados de Rebouças, cujas pernas, estendidas para um e outro lado, ás vezes para vima, chegavam quase a tocal-o. Os demais viajores não mostravam igual tolerancia para o original companheiro. O conde e a princeza pareciam estimal-o, mas a adoração que a esta elle tributava chegava a tornar-se incommoda. A imperatriz tambem achava importuna tanta dedicação e procurava resguardar-se da companhia de Rebouças.

Das pessoas da comitiva ninguem estimava o abnegado engenheiro, nem lhe apreciava a devoção. Julgavam-n-o um intruso. O conde da Motta Maia não podia vel-o e nem pediu aposento para elle, no hotel em que todos se acolheram, quando chegaram a Lisboa. Rebouças não atinou com a desfeita ou a desprezou; tomo quarto á sua custa e alli ficou, fiel, desinteressado, desvanecido da bondade do imperador, escravo da sua gratidão á princeza, cujo acto em 13 de maio o fanatizara para o resto da vida.

De toda a comitiva era Rebouças o mais exaltado nas suas manifestações contra os homens e as cousas de

quinze de novembro. Aliás, eram frequentes as expansões dos demais ácerca dos acontecimentos. Só do imperador não se ouviam nem commentarios, nem queixas. A imperatriz tambem se mostrava resignada, e uma vez, falando ao commandante Pessoa, lembrou a tragedia de Queretato e recordou o infortunio da sua prima, a imperatriz desthronada do Mexico. “Poderia ser peor”, concluia D. Thereza Christina.

A princeza conservou em toda a viagem um ar de profunda tristeza; parecia inconsolavel da sua sorte, e muitas vezes, nas suas expansões, alludia com amargura a muitos a quem mais particularmente beneficiara e que, entretanto, não lhe tinham apparecido nos dous dias que ficou no paço.

O conde d’Eu mostrava-se tranquilo e sobretudo cuidava dos filhos. Durante todos os dias da viagem arvorou-se em estre-escola, velava sobre elles com grandes extremos e severa disciplina. Os principes tinham horas rigorosas de accordar e recolher, para o banho, o recreio e as licções. A respeito dos incidentes de bordo, elle sempre achava meios de instruil-os, chegando o seu apuro até os levar á machina e explicar-lhes o que podia estar ao alcance de intelligencias tão novas. De política falava pouco; comtudo, o commandante o pôde ouvir uma vez a esse respeito. O 15 de novembro não fôra para elle uma surpresa. Desde a guerra do Paraguay via a republica caminhar entre as fileiras do exercito e não occultou as suas impressões ao imperador. Aconselhou-o que enfraquecesse as forças regulares de terra e

apparelhasse a guarda nacional; mas o imperador não o quis ouvir.

Passava assim o tempo e cada dia augmentava a curiosidade de noticias do Brasil. Emfim, no 1º de dezembro aportava o *Alagôas* a S. Vicente, trazendo no mastro a bandeira que nos dous primeiros dias da republica tinha sido desfraldada na câmara municipal do Rio. Era uma imitação do estandarte americano, com listas verdes e amarelas e um canto azul com estrelas brancas. Ahi recebeu o commandante telegramma do ministro da marinha, ordenando-lhe que, enquanto o imperador estivesse a bordo, içasse no mastro grande a bandeira imperial. O cumprimento dessa ordem foi saudado com uma salva de palmas.

De Lisboa chegava tambem um telegramma do rei, offerecendo um dos paços reaes para hospedagem da familia imperial. O imperador declarou promptamente que não accitava o offerecimento; mas a princeza insistia com carinho, chamando-o sempre “papai”, discutindo as razões pelas quaes não deviam recusar aquella prova de amizade. Mas o imperador cortou o assumpto com vivacidade: “Não ha papai, nem meio papai; não accito, não vou.”

Depois de recebidas as visitas officiaes, o imperador e todos que o acompanhavam desceram á terra com o fim de ouvir missa. Por tudo quanto pôde observar, verificou o commandante que a familia imperial estava desprovida de dinheiro.

Cento e sessenta mil réis foi a quantida de que o imperador dispoz para deixar aos pobres e de quinze

libras esterlinas, que o commandante Pessoa emprestou a recebeu em Lisboa, careceu ahi o conde d'Eu para pagar um telegramma. Deve ter sido este o telegramma pelo qual o imperador recusou a doação de 5.000 contos(1).

Tomadas as provisões de bordo, rancho fresco, agua, carvão e lastro de pedra, deixou o *Alagôas* S. Vicente e seguiu no outro dia. Feito o rumo para Lisboa, já se tinham passado sessenta ou setenta milhas, quando o commandante verificou ainda uma vez que o imperador de nada se esquecia.

Na noite da sahida da Ilha Grande, entre as poucas palavras alli trocadas, perguntara o imperador ao Sr. Pessoa: “O Sr. já viu alguma vez o pico de Teneriffe?” – “Não, senhor.” – “Pois desta vez passe perto que ha de gostar; é muito bonito. É uma paizagem pitoresca e ás vezes tem-se alli oportunidade de ver camellos recebendo carga.” Nunca mais alludiu o imperador as essa idéa. Agora, já longe de São Vicente, voltou elle ao assumpto: “Não se esqueça do que lhe disse quando sahimos da Ilha Grande. Vamos ver Teneriffe.”

A comunicação desse episodio causou contrariedade á comitiva imperial; eram setenta milhas perdidas e todos aconselhavam ao commandante que se fizesse desentendido e continuasse na sua rota. O Sr. Pessoa, porem, não teve animo de faltar ao imperador; mudou de rumo e por fim se approximou das Canarias. O *Alagôas* passou tão perto que ninguem se arrependeu do desvio; além das bellezas do panorama puderam

todos observar os exercicios que desse momento se faziam a borde de uma corveta de guerra americana.

Lisboa, emfim! As praias de Cascaes e Estoril desenhavam-se ao longo com o fundo escuro, pedregoso e esteril; entre os pharóes da barra uma faixa de espuma passava fervendo, bordando de branco as aguas verdes do Tejo, que vinham crespas de longe, rolando para o mar. Paço d'Arcos surgia com a casaria espaçada e a torre de Belem despontava á beira mar como um enfeite mourisco, cortado em filigrana, rendilhado de arabescos. A cidade ia-se erguendo, augmentando, estendendo, nas collinas risonhas, onde um maciço de arvoredos marcava na paizagem a tapada da Ajuda. E por traz do esplendido panorama espalhava-se a sombra austera de Cintra, em cujos cimos de verdura, como um ninho mysterioso, o castello da Pena espiava para o mar, onde tinham passado as quinas gloriosas, que foram ao oriente e ao occidente descobrir e dominar novos mundos. De um delles estava vindo agora para o exilio um neto

Daqueles reis que foram dilatando
a Fé, o Imperio...

No mar salvaram as fortalezas; de terra surgiam depois galeotas, onde vinham o rei, o ministério, os grandes da côrte, um sequito luzidio e apparatuso, para prestar ao imperador deposto honras de soberano. Sntes que tudo isso apparecesse, o desejo do imperador,

apenas o *Alagôas* fundeava, era desembarcar sem demora, libertar-se de todo o aparato, de todas as formalidades de que se via ameaçado. Só o empenho da família e de todos os que o acompanhavam o fez recuar desse intento. Era tão grande, porém, a sua pressa, que nem deu tempo ao rei de subir ao *Alagôas*. Quando a galeota atracou, estava prompto para descer, como fez, apoiando a mão no hombro do commandante. que logo voltou ao portaló para dar igual auxilio á imperatriz.

Antes de deixar o navio, o imperador tinha pedido ao commandante uma lista de toda a tripulação do *Alagôas*, a quem quis gratificar, tendo em attenção a categoria de cada um. A creatura mais humilde de bordo era um homem, extranho á equipagem, tomado para cuidar do gado, durante a viagem. Até d'elle o imperador se lembrou: “Falta o homem que trata dos bois; não o esqueça;”

Durante toda a travessia o commandante fizera quanto estava ao seu alcance para tornar menos penosa a viagem da família imperial. Ficou-lhe a impressão de que toda ella não teve o menor motivo de queixa. Em frente a Fernando de Noronha, a 24 de novembro, o imperador e todos os seus offereceram-lhe os retratos em grupo. O conde d’Eu, que ahi também figurava, deu-lhe em Lisboa, a 9 de dezembro, uma photographia especial “em lembrança das viagens realizadas em circumstancias infelizmente bem differentes”; e o proprio D. Pedro Augusto, que depois do desaparecimento do Riachuelo parecia melhor,

tambem lhe deixou o retrato “em signal de muito especial estima”. Agradecendo-lhe, disse-lhe o commandante Pessoa a brincar: “E era a mim que vossa alteza queria esganar...”

Foi de cinco dias a demora em Lisboa. Sempre que havia um momento de folga, o commandante ia á terra, onde o informavam que o imperador passava bem. Uma vez, entrando na igreja dos Jeronymos, lá o encontrou com toda a familia imperial deante do tumulo de Alexandre Herculano, cujos dizeres repetia ao barão de Loreto, para que este os registrasse num livro de notas. Foi ahi que recebeu do imperador o convite para jantar em sua companhia no hotel Bragança. Depois do jantar, o imperador entregou-lhe um relógio de ouro com esta inscripção: “D. Pedro de Alcantara e sua familia a José Maria Pessoa. Rio, 17 de novembro de 1889”, pedindo-lhe depois que passasse as mãos do immediato e do piloto de bordo, Srs. Azevedo e Severino Santos, um alfinete de gravata e um par de botões que lhes destinava.

Estava finda a missão. De volta, já o Alagôas retomava o seu character de navio mercante: cargas, passageiros, escalas, saúde, policia, alfandega, todas as preocupações e cuidados a que o perito marinheiro já se habituara em annos seguidos de labuta. D’essa delicada commissão nada lhe ficou de proveito pessoal, nem largas gratificações, nem honras militares, que depois se baratearam. Ella era imposta como um encargo do officio e assim foi aceita e executada, com

lealdade aos que a ordenavam, com bondade para os que iam soffrendo. Ha uma cousa, porem, que se conserva immorredoura na lembrança desse homem, preciosa testemunha de tão grande episodio da nossa historia. É a sombra desse imperador desthronado, seguindo para o exilio como um philosopho alheio ás paixões do mundo, informando-se das alturas do sol e das paizagens da costa, sem ter, de tudo que ficava, nem uma queixa... e nem uma esperança.

NOTA

(1) Com o cambio ao par, que foi mantido nos primeiros dias da republica, essa somma correspondia a cerca de quatorze milhões de francos.

IV

A DOAÇÃO

O incidente da doação de cinco mil contos de réis ao imperador tem sido assumpto de demorada controversia. Conforme o testemunho de Mallet, vê-se que o imperador, enquanto esteve no paço não recebeu o decreto que regulava a materia. Mallet esteve alli duas vezes e só da primeira foi acompanhado por José Simeão, mas sem ver o imperador. Ahi José Simeão apenas informava que o decreto estava sendo lavrado, e esta communicação Mallet transmittia á princeza e ao conde d'Eu. Depois disso voltou ao quartel-general, donde de novo veio ao paço, sem José Simeão, e só então falou ao imperador sem alludir áquelle assumpto.

Entretanto mais tarde, revogando esse decreto, o governo provisorio, no mesmo acto, baniu a familia imperial, fundando-se, entre outros motivos, em “que o Sr. D. Pedro de Alcantara, depois de *acceitar e agradecer aqui* o subsidio de cinco mil contos para ajuda de custo de seu estabelecimento na Europa, *ao receber, das mãos do general que lh'o apresentou,* o decreto onde se consigna essa medida, muda agora de deliberação, declarando recusar semelhante liberalidade.” É, como se verá adiante, o equivoco reproduzido num discurso do Sr. Ruy Barbosa em

1907, no qual o general José Simeão figura entregando ao imperador o decreto da doação. Aliás, nesse mesmo discurso diz o Sr. Ruy Barbosa “não ser exacto ter dito alguma vez que sua majestade acceitara o decreto, mas que a familia de sua majestade o acceitou. Esta é a verdade”, conclue s. exa. Assim, pois, o próprio Sr. Ruy Barbosa desmentiu em 1907 o primeiro “considerando” do decreto de banimento, assignado por todos os membros do governo provisorio.

O general Lassance sempre negou que o imperador tivesse tido a menor intervenção nesse assumpto. Logo a 17 de novembro, respondendo á *Gazeta de Moticias*, publicou elle o seguinte artigo:

“Não fui falar ao governo provisorio em nome do imperador. Fui apenas indagar em que se cifravam as intenções do governo quanto ás garantias estatuidas a favor dos membros da familia imperial, nos tratados de casamento e leis respectivas, bem como sobre os seus direitos a alguns bens particulares. Não apresentei lista alguma com verbas detalhadas orçando em cinco mil contos. Fui apenas pedir informações e não fui em nome do imperador.

“Os Srs. conde e condessa d’Eu deliberaram embarcar de madrugada, antes de ter conhecimento do decreto relativo á quantia de cinco mil contos, como podem attestar os Srs. general Simeão e tenente-coronel Mallet; essa deliberação foi tomada por considerações muito diversas.

“Não assignei contracto algum. O decreto do governo provisorio foi todo espontaneo e só foi

entregue ao imperador quando este já se achava a bordo da canhoneira *Parnahyba*. O portador foi um capitão do exercito. Este decreto nenhuma relação teve com o embarque do imperador, que deliberou embarcar de madrugada em virtude do que lhe foi transmittido pelo tenente-coronel Mallet, em nome do governo provisorio.

“Faço a publicação destas linhas a bem da verdade.”

Em data de 20 de novembro voltou o Sr. Lassance á imprensa, nestes termos:

“Fui espontaneamente ao quartel-general na noite de 16, por ver que S. A. o Sr. conde d’Eu estava muito incommodado por causa de um grande compromisso que tinha com o Bando do Brasil. Esse compromisso poderia ser solvido uma vez que fossem garantidos os seus direitos ás propriedades particulares, os tratados de casamento e leis respectivas. Mas. S. A., por experiência em sua familia, nutriu receios, e por isso estava incommodado pelo dito compromisso.

“Convencido de que tudo se poderia arrajnar, porque confiava na generosidade da nação brasileira, representada pelo governo provisorio, resolvi ir ao quartel-general informar-me se alguma deliberação se havia tomado sobre confiscação dos bens da familia imperial.

“Para este fim organizei umas notas concernentes a artigos de contractos matrimoniaes, leis e regulamentos respectivos, de que eu tinha conhecimento, por ser o mordomo de S. A.; nellas

mencionava serviços de S. A. a Sra. D. Isabel, que permaneceu vinte e cinco annos neste paiz, depois de casada, que esteve tres vezes á testa do governo da nação e que teve a fortuna de assignar as duas leis que igualavam a condição dos nascidos no Brasil, serviços estes que não tiveram a fortuna de prestar suas altezas, as princezas D. Francisca, D. Januaria e D. Leopoldina, as quaes, não obstante, em virtude dos contractos matrimoniaes, receberam seus patrimonios.

“Nessas notas, que estiveram em mão do Exmo. Sr. Quintino Bocayuva, não existe uma só verba de divida nem um só nome de credor.

“Eu não podia cogitar em pedir favores extraordinarios como esse de pedir dinheiro para pagamento de dividas da familia imperial, quando ia pedir informações sobre direitos adquiridos, isto é, se seriam garantidos a favor dos membros da familia imperial os tratados de casamento e leis respectivas, bem como sobre os seus direitos a alguns bens particulares. Esta é que é a verdade.

“A familia imperial, na emergencia em que se achava, nunca pediria dinheiro, e nem eu me encarregaria de semelhante incumbencia. Quem foi communicar a generosa e espontanea deliberação do governo provisorio foi o general José Simeão, que me causou admiração.

“Não nego que o Sr. conde d’Eu, quando embarcou, já sabia pelo Sr. general Simeão que o governo provisorio havia resolvido dar cinco mil contos á familia imperial, porem affirmo que quando

esse general chegou a palacio para dar noticia de tal concessão já sua alteza tinha resolvido embarcar de madrugada e eu já tinha communicado essa resolução ao Sr. tenente-coronel Mallet, que para tal fim fôra commigo a palacio e lá me aguardava, sendo nesta occasião encontrado o Sr. general Simeão que, com o Sr. Mallet, foram por mim levados á presença de sua alteza, tendo então lugar a communicação sobre a generosa concessão do governo provisorio.”

Em maio de 1907 este assumpto voltou á baila. No discurso a que nos referimos, pronunciado no senado em data de 16, e em resposta a um escripto do Sr. Andrade Figueira, assim se exprimiu o Sr. Ruy Barbosa:

“Não é exacto nem consta ao orador haver dito alguma vez que sua majestade acceitara o decreto que lhe concedia 5.000:000\$, de ajuda de custo, mas que a familia de sua majestade o acceitou. Esta é a verdade. Estava o orador no quartel-general do exercito na noite de 16 de novembro, que precedeu a do embarque do Sr. D. Pedro II, sob preocupações muito graves, quando lhe annunciaram a presença de um servidor da familia imperial, o Sr. Lassance. Acudiu ao chamado.

“Expoz-lhe então o Sr. Lassance que as circumstancias pecuniarias do Sr. D. Pedro II eram summamente difficeis e melindrosas; que as dividas do imperador importavam em uma quantia consideravel; que a situação da familia imperial, obrigada a sahir do paiz em circumstancias taes, era vexatoria e desagradavel. Ouvido isto, o orador procurou o seu

collega de governo, o Sr. Quintino Bocayuva, que por sua vez ouviu o Sr. Lassance, e perguntou-lhe quanto seria preciso ao imperador para se desempenhar com os seus credores, se a cifra de 5.000?000\$ seria sufficiente.

“Respondeu o Sr. Lassance que 5.000:000\$ bastavam.

“O orador chamou os outros collegas presentes e o Sr. Francisco Glycerio, que se achava tambem no quartel-general. Ficaram todos scientes do que se passava, ouvindo todos o emissario.

“Deliberou-se se se devia ou não adoptar essa medida que, sendo por um lado a expressão da magnanimidade da revolução, era ao mesmo tempo de grande alcance político pelas difficuldades que resolvia. Immediatamente foi acceto o alvitre, chamando o orador de uma pessoa, não se recorda, mas suppõe ter sido o Sr. Rubem Tavares, funcionario do ministério da agricultura, para lavrar o decreto, que acto continuo foi assignado.

“Incumbiu o governo a um general do exercito de levar este decreto ao seu destino.

“O decreto foi entregue nas mãos do Sr. conde d’Eu. Ao voltar ao quartel-general, communicou o emissario que o príncipe, esposo da herdeira da corôa, havia recebido o acto do governo com manifesta satisfação e com agradecimento, dizendo que outra cousa não esperava dos seus amigos Benjamim Constant e Quintino.

“Por menos verosimil que isto pareça, foi o que ao governo communicou o emissario, um militar incapaz de faltar á verdade.

“Sabe-se o que succedeu depois. O decreto ficou na posse de quem o havia recebido.

“Não sabe o orador se sua majestade teve nessa occasião conhecimento do facto; teve-o, porem, a sua familia. Se os escrupulos de sua majestade honram-n-o, o acto do governo provisorio não é motivo nem para ira, nem para desprezo de nenhum dos seus membros.

“Sua majestade podia ter comprehendido os seus deveres de homem altivo, sem que os membros do governo provisorio faltassem aos seus.

“Saiba o senado, saiba o paiz que o acto do governo provisorio não foi espontaneo; foi provocado por um acto que veio do seio da familia imperial.”

Como já dissemos, ha um equivoco na narrativa do Sr. Ruy Barbosa, o que aliás é natural, depois de passados dezoito annos. Conforme refere Mallet, o general José Simeão não foi portador do decreto, mas da commuicação, autorizada pelo governo provisorio, de que o papel estava sendo escripto. De facto, a communicacão foi feita ao conde d’Eu em presença da princeza, a qual acolheu a noticia com palavras de nobreza, conforme o depoimento de Mallet.

Essa rectificação tambem está consignada em artigo publicado pelo general Lassance no dia 18 de maio de 1907 e que vale a pena aqui reproduzir:

“Um trecho do discurso pronunciado hontem no senado pelo Exm. Sr. conselheiro Ruy Barbosa, a respeito do banimento da familia imperial, obriga-me a vir pela quarta vez á imprensa para contestar o que, por equivoco ou má fé, se allega de ter a familia imperial commettido a vil humilhação de mandar por mim pedir, na noite de 15 de novembro, recursos para solver compromissos, incumbencia essa de que eu nunca me encarregaria.

“S. Ex. deve recordar-se que nessa occasião eu tinha em mão uma relação, pelo que depois inventaram ser essa relação de compromissos da familia imperial.

“O unico compromisso da familia imperial era apenas com o Banco do Brasil, o que não podia constituir relação.

“O fim da minha ida ao quartel-general tinha por base o conteúdo dessa relação, que S. Ex. deve-se recordar, que constava dos compromissos outorgados pela nação em virtude de contractos ante-nupciaes approvados pelos poderes constituídos, seguindo-se a esses compromissos os serviços inolvidaveis prestados por S. A. a Sra. D. Isabel nas três vezes que, com tanto brilho, exerceu a regencia do Imperio, bem como os relevantes serviços prestados na paz e na guerra por S. A. o Sr. conde d’Eu, como marechal do exercito, serviços esses prestados sem S. A. auferir vantagens pecuniarias.

“O meu fim, portanto, foi informar-me se o governo provisorio respeitaria ou não esses direitos

civis outorgados pelos contractos ante-nupciaes e nunca pedir esmola.

“Entre as allegações de S. Ex. ha alguns equivoccos, como o de dizer S. Ex. que o decreto dos 5.000:000\$ foi entregue no paço da cidade a S. A. o Sr. conde d’Eu por um dos Srs. mallet, Solon ou José Simeão. No entanto, esse decreto foi entregue por um official a bordo do vapor, na occasião de seguir viagem com a familia imperial.

“Não tive incumbencia alguma de communicar á familia imperial o donativo de semelhante dinheiro. Segui para o paço da cidade em companhia do Sr. marechal |Mallet, sabendo muito depois que levava instrucções reservadas para offerecer um, dous mil contos ou mais, quanto exigisse a familia imperial. Não teve, porem, lugar essa consulta, porque logo após nossa chegada apresentou-se o general José Simeão, que communicou a SS. AA. que o governo provisorio offerecia 5.000:000\$ ao que S. A. I. immediatamente respondeu, como era de esperar: – “Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a patria onde fui creada e tenho as minhas affeições. É isto o que mais lamento perder; não o throno nem ambições, que não tenho.”

.....
.....
.....

“S. Ex. falou com tanta convicção sobre o fim de mida ida ao quartel-general, que o mais que fôra

lavrado o 1º decreto dos Estados Unidos do Brasil e que lhe offerecia de braço estendido o encarregado dessa missão espinhosa.

“– Este documento, contestou-lhe, é o decreto que regula o futuro de vossa familia.

“– Que decreto que regula? ... replicou D. Pedro em duvida.

“– O futuro de vossa familia, accrescentou o portador do governo, completando a sua primeira phrase.

“Em seguida, vendo que o Sr. D. Pedro de Alcantara hesitava ainda em acceitar o papel que lhe era estendido, acrescentou o tenente França com entonação convicta:

“– Podeis, senhor, acceitar este documento; elle é muito honroso para vossa pessoa.

“Foi então que o Sr. D. Pedro de Alcantara se decidiu a acceital-o, proferindo a seguinte phrase:

“– Está bom, dê cá.

“Em seguida desejou o tenente França boa viagem a toda a familia, fez uma cortezia e dirigiu-se ao portaló para tomar a lancha, que estava atracada a boreste do *Parnahyba*.”

VINTE E TRES DE NOVENBRO

A DISSOLUÇÃO DO CONGRESSO

A 23 de novembro de 1891, o Rio accordava sob o espanto de acontecimentos gravissimos. Havia vinte dias o presidente da republica tinha dissolvido o congresso nacional e decretado o estado de sitio, declarando entretanto que continuaria a governar com a constituição mutilada. De todos os pontos do paiz choviam adhesões ao seu acto; governadores, guarnições, politicos militantes, endereçavam-lhe telegrammas calorosos. Um dos signatarios dessas missivas enthusiasticas, governador de um Estado, sentia tanto a majestade do poder dictatorial, que se declarava seu subdito.

Não durou muito tempo a grandeza sonhada. Do mesmo modo que a 15 de novembro, tudo se mudou como num lance de magica. A omnipotencia da vespera, vacillante pela madrugada, já pela manhã se desfazia. A differença era que, dous annos antes, toda a força abandonara o monarcha, cujo governo não pôde sustentar a lucta que queria acceitar; agora, era um acto de abdicação, aconselhado pelas incertezas de uma vida combalida por doenças, mas que se consummava arrancando lagrimas e imprecações de colera aos que preferiam morrer junto ao chefe que idolatravam.

Ao lado do velho soldado, cuja estrella fôra sempre tão luzente e de subito se offuscava, estava o

homem que desde janeiro dirigia a sua politica e encarnava a maior confiança que já a alguém no Brasil fôra dado merecer do chefe do Estado. Todo o paiz acreditava que o barão de Lucena era o governo e a sua reputação de homem de vontade attrahia para a sua pessoa não só a disciplina dos que queriam obedecer, como tambem os odios dos que se queriam insurgir. Certamente elle nunca sonhara o papel que fôra chamado a representar. A sua presença alli nascia de um acto de devoção pessoal, embora originada no política militante. Depois da catastrophe, elle ficou fielmente ao lado do amigo que se sacrificara, até que o viu morrer numa longa agonia de quatro mezes. Nunca mais o seu nome appareceu, a não ser em incidentes de política local. Hoje, a sua vida é a de um actor retirado do theatro onde imperou. Parece que o encanta esse mergulho de silencio e obscuridade, que o envolve na paz da familia; quando d'elle nos aproximamos, porem, sentimos no fundo da sua alma a paixão das luctas passadas; elle vibra e renasce do fundo das suas decepções e das suas saudades; as scenas se reanimam, os personagens voltam a mover-se e a falar, e tudo o impulsiona e sacode, como se o fizessem voltar ás agitações predilectas do seu espirito.

Foi para ouvil-o a respeito desses acontecimentos, que o procurámos um dia na sua ampla e singela residencia de São Clemente. Começou o Sr. Lucena por contar-nos o seu encontro com Deodoro em 1890, quando, vindo assumir uma vara de direito no Districto Federal, d'elle recebeu hospedagem no

Itamaraty. Ao dar-lhe parabens pela facilidade com que tudo se tinha resolvido a 15 de novembro, foi interrompido pelo general:

– Isso foi um mal; a nação ficou attonita e as opiniões divergentes não se puderam pronunciar. Ainda ha de haver revoluções, e o sangue que não correu a 15 de novembro ainda ha de correr.

Depois Deodoro falava das suas incertezas, da sua angustia deante do quartel-general. Lembra-se dos seus impetos, do seu desespero, ordenando tres vezes a seu sobrinho Pedro Paulo, o qual aguardava o portão do lado interior, que abrisse depressa, não podendo admittir que elle o desattendesse. E ajuntava: “Os minutos de incerteza que passei em frente ao quartel-general valeram por todos os annos da minha vida.”

Conhecida a intima ligação pessoal entre o Sr. Lucena e Deodoro, que não tinha entre homens politicos nenhum que lhe inspirasse semelhante confiança, é facil comprehender como após a demissão em massa dos ministros do governo provisorio, o poder foi ter ás mãos do antigo presidente do Rio Grande do Sul.

Explica elle que a crise do governo provisorio não foi por causa do porto das Torres, como então se disse; mas sobretudo por causa da concessão da companhia “Hydraulicas”. O ministro da agricultura, Sr. Glycerio, propoz queo general assignasse um decreto garantindo juros de 100.000:000\$ ouro para essa empreza, a quem seriam entregues o local onde

está o arsenal de marinha e a ilha das Cobras, cujas officinas e demais repartições ella construiria em outro logar, nos terrenos que o governo viesse a adquirir para esse fim. O general negou-se a assignar esse decreto, e considerando a facilidade que os seus ministros sempre tiveram em dar concessões, achou opportuno insistir por seu lado para que se fizesse mais uma, destinada á construcção do porto das Torres, no Rio Grande do Sul.

O ministério não quis attendel-o e Deodoro persistia em não ceder no caso da “Hydraulicas”. Vendo a questão nesse pé, o Sr. Lucena procurou harmonizal-os e foi ao congresso de S. Christovão para falar aos ministros. Lá só encontrou o Sr. Wandenkolk, que muito se esforçava pela concessão da “Hydraulicas”. O almirante mostrou-se intransigente e declarou que não havia accordo possível, sem que fosse assignado antes o decreto relativo á garantia de cem mil contos. Deante do mallogro dessa tentativa o general accitou a demissão, que os ministros já tinham pedido, e annunciou ao Sr. Lucena que precisava dos seus serviços, declarando-lhe categoricamente que, se elle recusasse o governo, resignaria a presidencia, caso fosse eleito.

Desde então grande lucha se abriu no congresso contra o governo. Quando essa parecia ter chegado ao seu auge, acarretando funestas consequencias, houve uma conferencia entre o Sr. Lucena, Campos Salles e Quintino Bocayuva. O ministro offerencia tudo á opposição, inclusive deixar o poder se aquelles chefes lhe garantissem uma política sem represalias; mas

insistindo Campos Salles que elle permanecesse no governo, como uma das garantias do accordo, foi combinado que entrassem para o ministério os Srs. Bernardino de Campos e Ubaldino do Amaral. A solução parecia satisfazer até aos mais exaltados e teve o apoio de Aristides Lobo; mas os Srs. Glycerio e Prudente de Moraes mostraram-se irreductiveis.

Uma das condições exigidas pelo Sr. Lucena era que fossem retirados da ordem do dia alguns projectos que reputava ou inconstitucionaes ou inconvenientes, mencionando-se entre os primeiros alguns que tinham sido vetados e estavam sendo reproduzidos na mesma sessão, contra expressa disposição constitucional. Entre os outros figuravam o da precedencia do casamento civil ao religioso e o que prohibia o uso de condecorações.

A propósito deste, referiu-nos o Sr. Lucena que era enorme a agotação nos quartéis por causa da medida proposta. Uma vez, todos os corpos da guarnição estiveram preparados para fazer um pronunciamento deante do congresso, levando com as respectivas insignias as bandeiras que tinham sido condecoradas por feitos de guerra dos respectivos batalhões. Deodoro soube em tempo do que se passava e abafou promptamente o desastrado plano; mas, apezar disso, os exaltados continuavam a trabalhar no mesmo sentido e diziam que haviam de leval-o avante “sem o velho saber”.

A resposta que Prudente de Moraes deu ás combinações em andamento foi pôr immediatamente na

ordem do dia um dos projectos impugnados pelo Sr. Lucena. Ainda assim Campos Salles voltou a reatar as negociações; mas numa carta da epocha, cuja copia nos leu, e dirigida a Cesario Alvim, o Sr. Lucena logo previu que elle perdia o seu esforço, e a propósito da sua intervenção fez as mais calorosas referencias á sua superioridade de vistas e elevação de espírito.

No meio de tantas difficuldades a saúde do general era a mais precaria possível. Uma vez, no mez de setembro, o Dr. Murtinho avisou o Sr. Lucena de que o doente, atacado de uma gripe, corria serio risco de vida, podendo succumbir de um momento para outro. Tres dias passou o general em estado comatoso. Nada fazia acreditar que elle resurgisse, pode-se assim dizer.

Foram tres dias de angustia. Não foi possível guardar segredo absoluto da desgraça imminente; a cousa transpirou e desde logo se começou a conspirar para que o general Floriano não assumisse o governo, na sua qualidade de vice-presidente. Um político, ainda hoje militante e de autoridade cada vez maior, procurou o Sr. Lucena, propondo-lhe connivencia nesse plano. “Eu e os meus amigos já temos feito algum trabalho nos quartéis”, informava elle.

– Mas que solução pode achar o senhor fóra da successão constitucional? perguntou-se o Sr. Lucena.

– O Sr. Quintino Bocayuva, respondeu o interlocutor.

O Sr. Lucena calou-se.

– Não lhe serve? Então o marechal Almeida Barreto.

O Sr. Lucena continuava calado.

– Não lhe servem esses? Seja então v. ex. Marchando unidos, os nossos Estados, dictarão a lei á republica, concluiu o proponente.

Por sua vez, o general Floriano teve aviso do que se passava e pelo seu amigo, senador Pires Ferreira, de tudo mandou prevenir ao Sr. Lucena. Este encarregou o ministro da marinha, almirante Foster Vidal, de entender-se com o vice-presidente e assegurar-lhe a lealdade constitucional dos ministros, pedindo-lhe ao mesmo tempo que, por seu lado, fosse contraminando o que estava fazendo nos quartéis.

De novo appareceu-lhe o general Pires Ferreira, em nome do vice-presidente, para agradecer-lhe o aviso e dizer-lhe que, no caso de successão legal, o futuro chefe do Estado desejava vivamente tê-lo ao seu lado no governo. O Sr. Lucena declarou que não poderia acceitar a incumbencia e rogava ao marechal que desde logo fosse pensando na escolha de novos minsitros.

Quando o mallogro das tentativas de Campos Salles e a insistencia de Prudente de Moraes demonstraram que não havia accôrdo possível com o congresso, resolveu-se Deodoro a dissolver-o. Fiado nos antecedentes referidos, que o tinham posto em contacto indirecto com o marechal Floriano, entendeu o Sr. Lucena que o devia pôr ao corrente de tudo, Ao principio Deodoro se oppoz.

Em vez de reconstituir esse episodio, entregou-nos o Sr. Lucena uma copia da carta em que em 1º de novembro escreveu a Cesario Alvim, então presidente de Minas, com quem mantivera assidua correspondencia naquella epocha. Essa carta foi escripta logo após a entrevista com o marechal e conserva a vivacidade da scena que se passou.

A carta reza assim:

“Rio, 1º de novembro de 1891 – Exm. Sr. Dr. Cesario Alvim. – Toda a esperanza de accôrdo volatilisou-se! O Sr. Prudente de Moraes e o seu *fidus Achates* oppõem-se energicamente a que elle se realize! Na presidencia do senado aquelle se tem mostrado de uma parcialidade admiravel” No incidente occorrido com o coronel Pedro Paulino nada ha que justifique o seu procedimento!(1)

“Quando presidente do congresso constituinte, todos viram que elle, nem uma só vez sequer, chamou á ordem os oradores que se excediam na tribuna, atirando injurias e improperios ao chefe do poder executivo, o fundador da republica, a quem, exclusivamente, elle e os seus amigos devem o que hoje são.

“Quem não se recorda com indignação do procedimento que teve para com o generalissimo, communicando-lhe a sua eleição para presidente da republica por meio de um officio, em que se assignava nas alturas, e punha o endereço na ultima linha e – o que é mais singular – lhe marcava dia e hora em que

devia comparecer para prestar o compromisso constitucional?”

“Pois não era de estylo, não era um acto de cortezia, tratando-se de poder a poder, que se nomeasse uma commissão para dar-lhe sciencia da eleição, e saber delle o dia e a hora em que lhe aprazia prestar o alludido compromisso, sobretudo tendo-se em attenção que o generalissimo era um homem enfermo?!”

“Mas isto não é tudo. Quem tambem não se recorda com pasmo e tristeza do modo affrontoso por que tratouy o mesmo generalissimo, quando se apresentou para tomar posse do cargo, obrigando-o a permanecer por quase meia hora em pé, offegante, no meio da multidão que enchia a sala de entrada no pavimento terreo, e o que é mais censuravel, abandonando a cadeira presidencial para ir com os seus secretarios em commissão receber o vice-presidente e deixando o generalissimo isolado na mesa como espargo no monte?! (2)

“Pois, já se viu em tempo e parlamento algum o presidente de uma assembléa se constituir em commissão com os seus secretarios para ir receber os representantes de outro poder? E se isso era permittido, por que não procedeu de igual modo com o presidente da republica:

“Como é que um homem, que occupa posição tão elevada, desce a actos que um simples particular, por maior que fosse o seu despeito, se eximiria de praticar? O senador Quintino Bocauyva, referindo-se ao modo por que as cousas vão correndo, prophetiza, segundo

me consta, como i nevitavel, a dissolução ou a deposição.

“Desejando evitar que essa prophesia se realize propuz ao generalissimo ir eu pessoalmente entender-me com o marechal Floriano Peixoto, para obter delle que fosse assumir a presidencia do senado, afim de impedir que o Sr. Prudente de Moraes dêsse para ordem do dia os projectos de lei não sanccionados, contra a litteral disposição da constituição, e dest’arte precipitasse os acontecimentos.

“O generalissimo, depois de ouvir-me e guardar silencio por algum tempo, disse-me:

“– Não vá; você não conhece Floriano Peixoto; eu não direi que elle seja um covarde, porque seria fazer-lhe uma injustiça; mas elle é homem dotado de uma natureza toda passiva, e se tem a coragem collectiva, e cumpre bem o seu dever, não tem, porem, a individual, e fique certo de que, se elle se compenetrar da necessidade que temos do seu apoio, se atirá abertamente nos braços da opposição.

“– Mas, generalissimo, retorqui eu, de duas, uma: ou nós estamos fortes, e neste caso não devemos receiar que a opposição com o marechal á frente ‘ponha a procissão na rua’, porque a aniquilaremos, ou estamos fracos, e então melhor será que não se prolongue por mais tempo a nossa agonia, e que tudo se decida logo por uma vez.

“Em logar de responder ao meu dilemma, elle ergueu-se da cadeira em que estava assentado, e com voz alterada disse-me:

“– Não posso por mais tempo supportar esse congresso: é de mister que elle desapareça para a felicidade do Brasil; prepare o decreto de dissolução, e não se importe com Floriano Peixoto.

“Voltei ainda á carga, demonstrando-lhe a necessidade que tinhamos de esgotar toda a nossa prudencia e longanimidade, para que em tempo algum nos accusassem de violentos e precipitados; que elle reflectisse que o marechal Floriano Peixoto, alem de ser vice-presidente da republica, era de mais a mais o presidente nato do senado e uma alta patente no exercito, e, conseguintemente, não podia deixar de ser ouvido e consultado, principalmente em relação á medida extrema, que elle, generalissimo, estava fisposto a tomar. Accrescentei estar persuadido de que o marechal Floriano Peixoto, que tem se esquivado de tomar parte nas deliberações do governo, que tem se retrahido ao ponto de ausentar-se por tanto tempo da capital federal, e de não ter comparecido uma só vez no senado para presidil-o, estimaria assás não ser consultado sobre tão graves assumptos, para depois allegar, com justa razão, que era sem motivo algum suspeitado pelo governo e considerado adversario, quando nenhum acto havia ainda praticado que o fizesse suppor tal.

“Ouvindo estas ultimas considerações, que tiveram grande peso em seu espírito, o generalissimo, mostrando-se mais calmo, disse-me:

“– Uma vez que entende que isto é conveniente, faça-o/ mas vá só, não leve comsigo nenhum dos seus

collegas, porque em presença de testemunhas Floriano não se abrirá, nem lhe falará com franqueza.

“Eis-me, pois, na rua de Santa Alexandrina, em casa do marechal Floriano Peixoto, hoje primeiro de novembro, dia de todos os santos. Lá o encontrei a conversar com o senador pelo Ceará, major Manoel Bezerra de Albuquerque. Depois que este se retirou para ir ao senado, segundo annunciou, declarei ao marechal o fim principal da minha visita, e em seguida fiz a exposição fiel e detalhada de todos os actos da administração do governo constitucional, confrontando-os com os actos do congresso.

“A tudo quanto disse e expuz, elle nada objectou, e, ao contrario, reconheceu que o governo tinha carradas de razão para se queixar do congresso, cujo procedimento era em sua opinião merecedor de censura; que isto mesmo havia, por vezes, manifestado a varios de seus membros, e, ainda ha pouco, ao que acabava de sahir de sua casa.

“– Mas, marechal, prosegui, surprehende-me muito o que acaba de dizer-me. Elles proclamam á bocca cheia que têm v. ex. do seu lado, como chefe, e que tudo quanto praticam é inspirado por v. ex.

“– Eu sei, eu não ignoro que lles assoalham isto, mas não é verdade. Se eu os recebo e os acolho em minha casa, é com o fim de aconselhal-os á moderação e tolerancia, e isto mesmo faço, para que outros, menos prudentes e assizados, não os desencaminhem e os façam tresmalhar.

“Voltando ainda á minha exposição, accrescentei que todo o mal que a republica estava experimentando provinha principalmente dos Srs. Glycerio e Prudente de Moraes, que não perdoavam ao generalissimo, aquelle, quaixas antigas do tempo em que era governo, e este o mallogro de sua candidatura á cadeira presidencial; que elle, marechal, não ignorava os esforços que eu havia envidado para trazel-os a um congraçamento, levando a minha abnegação ao ponto de offerecer-lhes a minha demissão e dos meus collegas, e tudo isto em pura perda; que a situação cada vez mais se complicava, porque o congresso persistia no propósito de não dar orçamento ao governo, ou dal-o em condições taes, que forçaria o mesmo governo a assumir a dictadura financeira, afim de incorrer mais tarde em crime de responsabilidade; que a restauração, na qual ninguem a principio falava, já ia adquirindo muitos adeptos, que ousavam it até a propaganda; que nalquelle momento o governo estava preocupado com a proxima vinda do príncipe D. Augusto a bordo de uma fragata austriaca, e querendo continuar, elle interrompeu-me para dizer-me estas palavras:

“– Sobre este ponto tem muita razão para receiar qualquer cousa, pois sei que os sebastianistas conspiram porque contam com a marinha, da qual deve v. ex. desconfiar.

“Ouvindo esta declaração tão formal e positiva, respondi:

“– Marechal, em vista desta vossa asseveração, não podeis recusar a vossa cooperação em favor da

republica; eu vim, cheio de confiança em vosso patriotismo, solicital-a. Consta-me que amanhã o Sr. Prudente de Moraes, que está sendo neste momento o algoz da republica, inconsciente ou perversamente, dará para a ordem do dia da proxima sessão o veto opposto á lei sobre crimes de responsabilidade, contra a clara, expressa e terminante disposição da constituição, e isto com o fim de poder denunciar o presidente da republica. Pois bem, se elle isto fizer, eu vos annuncio da parte do generalissimo que o congresso será dissolvido. Considerae nas graves consequencias que dessa medida podem decorrer e dizei-me se podeis permanecer impassivel e indifferente ante a ameaça de uma tamanha catastrophe...

“Perguntou-me: eu posso eu fazer para conjurar tão grande desgraça?

“Eu lhe respondi: Sois o presidente nato do senado; ide presidil-o amanhã.

“– Mas, retorqui-me, eu não posso sahir á rua; não vê como o meu nariz está ainda vermelho e inflammado? Suggira-me outro alvitre.

“– Ocorre-me agora mesmo um, que, me parece, lhe convirá.

“– Qual? perguntou.

“– Encarregue a algum dos seus amigos, deputado ou senador, de elaborar um projecto de lei, interpretando o artigo constitucional, referente aos projectos de lei não sancionados, *ad instar* do que outrora se praticou a respeito do acto adicional, e,

qualquer que seja a interpretação adoptada, o governo toma o compromisso de acceital-a.

“– Bem lembrado, disse-me elle; hoje mesmo conversarei com alguns amigos a esse respeito, e tudo se fará como deseja.

“– Sr. barão, proseguiu, agradeço a v. ex. o ter vindo á minha casa, para solicitar o meu fraco apoio; eu não sou mais amigo do Sr. marechal Deodoro, desde o dia em que elle duvidou da minha lealdade: mas sou seu camarada, sou militar, e antes de tudo, sou brasileiro. V. ex. póde assegurar ao Sr. generalissimo, que me terá sempre a seu lado em toda e qualquer emergencia; eu sou carneiro de musica de batalhão; para onde vai a musica, para lá vai o carneiro(3).

“– Marechal, respondi, agradeço-lhe penhoradissimo estas suas palavras; ellas me causam neste momento muito prazer, porque provam que eu andei bem inspirado resistindo aos que me persuadiam que eu não dêsse perante v. ex. este passo, que elles reputavam inutil e improficuo. Agora, só peço a v. ex. que não durma sobre o caso; o momento é critico; Catilina bate ás portas de Roma, e considere que o senador Manoel Bezerra, que daqui ha pouco sahiu, já levou, sem duvida, para o senado a noticia da nossa conferencia, e que, a esta hora, a opposição esteja combinando algum golpe...

“– Vá tranquillo, disse-me por último, exponha tudo o que se passou entre nós ao Sr. generalissimo e fique descansado que nós salvaremos a republica.

“Eis a exposição fiel e quase textual desta notavel conferencia.

“O generalissimo, ao saber de todos os pormenores della, ficou confuso, e limitou-se a dizer-me: “Esperemos”.

“Basta por hoje. Seu collega e amigo affectuoso.
– B. de Lucena.”

A leitura desta carta revelava um ponto curiosissimo, que nunca foi apurado. Perguntámos então ao Sr. Lucena que fundamento tinha para acreditar na viagem de D. Augusto com o fim de tocar no Brasil, e elle respondeu que o nosso ministro em Vienna, o finado Gurgel Valente, escrevêra ao governo, avisando-o de que D. Augusto embarcara numa corveta de guerra austriaca, que devia tocar na Bahia e no Rio. O Sr. Justo Chermont, que era ministro das relações exteriores, teve a esse respeito duas conferencias com o ministro da Austria, procurando obter que o príncipe não desembarcasse nos nossos portos. O facto é que a corveta chegou á Bahia, pouco depois de 23 de novembro, e logo depois partiu para aqui, donde arribou sem demora. Uma prova circumstantial da viagem de D. Augusto é que, tendo o imperador morrido em Paris a 7 de dezembro, foi elle o unico membro da familia imperial que não assistiu sequer aos seus funeraes.

Esclarecido esse incidente, procurámos saber que impressão teve o governo depois de dissolver o congresso.

- Nos não contavamos com reacção forte, acudiu o Sr. Lucena, e, realmente, todos os governadores e guarnições logo se pronunciaram, applaudindo o acto. Apenas o Sr. Lauro Sodré telegraphou dizendo que ficaria no governo, se o golpe de Estado não tivesse envolvido a revisão da constituição; mas, desde que o fazia, elle desejava ser substituído. Os Srs. Paes de Carvalho e Chermont devem lembrar-se disso, e o Sr. Araripe talvez possua o original desse telegramma(4).

Depois da conferencia do dia 1º, o Sr. Lucena procurou Floriano pouco antes de 15. Parecia-lhe conveniente conseguir que elle assistisse á parada das tropas no Itamaraty, ao lado do presidente, e obteve que o general Deodoro escrevesse um bilhete a Floriano, convidando-o. O proprio Sr. Lucena foi portador desse bilhete. Uma das filhas de Floriano, que recebeu o ministro, disse-lhe que seu pai não estava em casa; mas o Sr. Lucena deixou a missiva. No dia 15 o marechal era esperado com grande interesse, quando chegou um official da sua parte, sem trazer nada escripto, mas com um simples recado para Deodoro, participando-lhe que Floriano não podia comparecer, “porque a farda que tinha não estava capaz”.

Já passados doze annos depois dos acontecimentos, o Sr. Lucena confiava mais no que estava escripto do que na sua memoria e por isso confiou-nos a carta em que explicou a Cesario Alvim porque tinha sido dissolvido o congresso:

“Exmo. amigo Dr. Cesario Alvim – Do contexto de minhas cartas, embora resumidas, devia prever, que mais cedo ou mais tarde a dissolução do congresso se havia de impôr, como uma necessidade á salvação e á estabilidade da republica... Ei-lo, pois, dissolvido, como deverá já ter sabido pelo telegrapho. Fiz tudo quanto pude para conjurar o emprego dessa medida extrema, pela qual é principalmente responsavel o Sr. Prudente de Moraes, que nada tem de prudente quando o odio ou o interesse pessoal o inspiram!

“E, de feito, solicitei aos Srs. Campos Salles e Quintino Bocayuva uma conferencia, pedindo-lhes a sua intervenção para impedirem que o congresso proseguisse na vereda tortuosa que estava trilhando; offereci ao mesmo Sr. Campos Salles a minha exoneração e a dos meus collegas, com o fim de pôr termo ás divergencias entre o congresso e o poder executivo; acceitei o accordo, que este me propôz primeira e segunda vez; vendo que a opposição em suas diatribes visava exclusivamente a minha pessoa e me condecorava até o título de chanceller, para ferir e humilhar o generalissimo, que dizia ser um manequim em minhas mãos, pedi a este que me dispensasse de continuar a prestar-lhe os meus serviços, e por ultimo recorri á intervenção do marechal Floriano Peixoto, que nada fez, ou nada pode conseguir dos seus amigos, apesar da segurança que me deu: Vá tranquillo, que nós salvaremos a republica.

“E, entretanto, isto não é tudo. Na occasião de apresentar ao generalissimo o decreto de dissolução do

congresso, tornei a pedir-lhe a minha demissão e a dos meus collegas, como o único remedio capaz de conjurar a crise, fazendo-lhe sentir que, exonerando-nos, elle não prestaria sómente um serviço ao paiz, mas a nós tambem, a nós que continuaríamos a ser o que eramos – seus amigos leaes e dedicados – e que jamais imitaríamos o procedimento de alguns de seus passados collaboradores, os quaes, ao deixarem o seu governo, se transformaram para logo em adversarios implacaveis!

“Quer saber o que elle me respondeu?

“Então os senhores querem abandonar-me? Querem expôr-me á humilhação de ser forçado a acceitar um ministério imposto pelos Srs. Glycerio e Prudente de Moraes? Não basta a opposição por estes levantada a duas tentativas de accordo a que accedi, sacrificando o meu amor proprio? Não sou eu, porventura, responsavel pelos actos do governo? Como se pretende tolher-me o direito de conservar um ministério que merece a minha inteira confiança?(5)

“Não, generalissimo, respondi-lhe, longe de mim e de qualquer dos meus collegas a idéa de abandonal-o; não deve esperar isto de nós, estaremos sempre a seu lado e morreremos comsigo se preciso fôr. Pedindo-lhe a demissão do ministério, não tive outro intuito senão o de lhe deixar ampla liberdade para tomar o alvitre que melhor lhe parecesse nesta difficil conjunctura; por minha bocca falaram o patriotismo e a amizade, e não o receio de compartilhar da sua responsabilidade; mas

uma vez que colloca a questão neste terreno, dê por não feito o meu pedido.

“O generalissimo passou então a ler a mensagem á nação e o decreto de dissolução do congresso, e acabada a leitura voltou-se para mim, e disse-me: Falta neste decreto um artigo.

“– Qual? perguntei.

“– O da minha renuncia do cargo de presidente da republica, e accrescentou: Eu só me manterei no poder até a reunião do novo congresso; é de mister que isto fique bem expresso.

“Não deveis fazer uma semelhante declaração, que desvirtuaria inteiramente o vosso acto, respondi eu. E demais, accrescentei, mantendo, como mantendes, a constituição, e não assumindo, como não assumis, a dictadura, é obvio que desde que renunciais ao cargo, deveis immediatamente passal-o ao vosso substituto.

“– Tem razão, continuou elle; mas fique assentado entre nós que em maio, reunido o novo congresso, eu lhe enviarei a minha renuncia e declararei na mensagem que me demitto, para *me punir a mim mesmo*, porque não quero que este meu acto seja jamais invocado como precedente, para autorizar futuras dissoluções do congresso.

“Isto vos fará hora, e vos recommendará ao júizo e aos louvores da historia, respondi.

“Eis a exposição fiel do que se passou em relação ao tremendo golpe, provocado pela ambição e pelo despeito, e eu só lamento neste momento, que esta medida, da qual assumo a mais plena e inteira

responsabilidade, não tivesse sido tomada, quando a aconselhei, isto e, no mesmo dia da prestação do compromisso constitucional.

“Todas estas desgraças, que hoje deploramos, eu as prognostiquei(6). Quem não via que o congresso não podia fazer nada mais de proveitoso ao paiz, que elle não se achava mais em condições de decretar as leis organicas da republica com espirito de justiça e imparcialidade; que já estava dividido em partidos, em consequencia da eleição presidencial e da demissão do ministério da dictadura; que o general Glycerio ameaçava o governo com opposição a todo transe; que a disposição enxertada na parte transitoria da constituição, prescrevendo que o congresso constituinte se convertesse em congresso ordinario e fosse indissolúvel, era simplesmente uma immoralidade, porque não devia legislar em proveito proprio; que agora, que se entrava no regimen da constituição e da legalidade, era justo que a nação fosse chamada a eleger os seus representantes, para mais fortalecer essa mesma constituição elaborada por mandatarios eleitos sob o regimen de uma dictadura, etc., etc.?”

“O generalissimo bem conhecia a situação; mas, apesar de profundamente magoado das picardias do Sr. Prudente de Moraes e da violência da opposição, deixou-se dominar sempre por sua longanimidade até que foi preciso tomar a resolução tão grave quanto patriótica que adoptou.

“Sim, é difficil avaliar o mal que fez á republica e á nação aquelle fatal congresso” ...

Aconselhe aos seus amigos que elejam homens de real merecimento. O campo é vasto; ha muito onde escolher. Estamos elaborando uma lei eleitoral, que garanta plenamente a manifestação do voto. Pretendemos reduzir o número dos deputados. No regime federal e presidencial não ha necessidade de uma câmara tão numerosa.

“O acto da dissolução do congresso tem sido bem recebido por todo o paiz. Ainda não tivemos necessidade do emprego de medidas violentas; presumo que o estado de sitio ficará sómente no papel e que dentro de poucos dias desaparecerá.

“Seja sempre feliz, e mande as suas ordens ao collega e amigo – B. de Lucena.”

Outra copia dessa correspondencia com Cesario Alvim pode esclarecer o caso que por fim decidiu o general Deodoro ao golpe de Estado.

“Rio, 7 de novembro de 1891 – Exm. amigo Dr. Cesario Alvim – Em minha cara anterior deixei de lhe communicar o que de particular occorreu, em relação ao motivo que fez precipitar o acto da dissolução do congresso, e essa lacuna vou agora preencher-a do modo mais succinto que me for possível.

“A minha conferencia com o marechal Floriano Peixoto foi um desastre, um grande erro, e razão teve o generalissimo em se oppôr, a principio, a que ella tivesse lugar. E realmente, ella só serviu para encorajar a opposição, que logo se julgou senhora da situação, persuadida que o governo se achava nos ultimos apuros

e não resistiria ao embate de um golpe violento. E foi convencidos disto que os chefes oposicionistas, sem perda de tempo, trataram de chamar a postos os seus correligionarios e combinaram entre si apresentar na câmara uma denuncia contra o presidente da republica.

“Mas, não tendo ainda o senado, nem a câmara, tomado conhecimento do veto opposto á lei de responsabilidade, o Sr. Prudente de Moraes, infringindo a constituição, o deu logo para ordem do dia da sessão seguinte, e nesse dia, antes de submettel-o á discussão, mandou com antecedencia extrahir todas as respectivas copias, assignou o officio de remessa á câmara e fez immediatamente seguir pelo correio do senado, dando disto conhecimento á mesa da câmara pelo telephone, e sómente depois de tomada esta ultima providencia foi o veto submettido á discussão e rejeitado!

“Incredibile dictu”...

“Nesse memoravel dia discutia-se na câmara o orçamento da fazenda, em terceira discussão, e contra o habitual costume achava-se presente grande número de deputados governistas.

“Observando isto, a opposição usou de um estratagena, que por mal executado a prejudicou no seu intento, e consistiu em retirar-se do recinto quase totalmente, levando a inepcia ao ponto de convidar até adversarios para acompanhal-a, sob o pretexto de que naquelle dia não se votaria a materia em discussão.

“A insistencia com que era feito tal convite deu lugar a que os governistas suspeitassem que qualquer

coisa se tramava, e desde então resolveram manter-se em suas cadeiras.

“Mais tarde, um deputado governista, tendo necessidade de ir a uma das salas conferenciar com alguém, ouviu rumor de vozes em uma sala contigua, e dirigindo-se para lá deparou com todos os opposicionistas, que haviam abandonado o recinto, os quaes, vendo-se descobertos, com a maior *sans façon* voltaram a occupar as suas cadeiras!...

“Não restava mais duvida; havia *mouro na costa*; conspirava-se contra o governo... E de feito, quando menos se esperava, eis que um deputado opposicionista se levanta da sua cadeira e, interrompendo o orador, pede a palavra pela ordem, e, sendo-lhe esta concedida, disse que, constando-lhe achar-se sobre a mesa a lei votada ácerca dos crimes de responsabilidade, já devolvid pelo senado, requeria que fosse ella immediatamente submettida á discussão e á impressão, sendo interrompida a ordem do dia até que a mesma lei fosse votada!

“Avalie o clamor que suscitou esse esdruxulo requerimento! Os governistas já não falavam, gritavam”... O Dr. Bernardino de Campos, que presidia a sessão, ficou perturbadissimo, e com difficuldade consegui manter a ordem e impôr silencio; mas, interpellado de novo e procurando tergiversar, foi afinal forçado a declarar que a lei em questão ainda não havia sido devolvida á câmara, e por isso considerava prejudicado o requerimento. Não tivesse sido açodado aquelle deputado, e o estratagemata surtiria

todos os seus efeitos, porque, passados poucos minutos, a lei de que se trata era apresentada á mesa da câmara.

“Em vista de tudo quanto se passou nesse triste dia, quer n’uma, quer em outra casa do congresso, e que eu lhe refiro como me foi referido, entendeu o generalissimo que não devia ter mais contemplação com um congresso que descia a expedientes tão baixos, e ordenou que o decreto de dissolução do mesmo congresso, que já estava assignado, mas retido, fosse levado no mesmo dia ao *Diario Official*.

“A dissolução do congresso é, pois, obra do Sr. Prudente de Moraes, que abusou de um modo descommunal do alto cargo de que estava revestido” Quem diria, jámais, que esse homem, que se mostra a todos tão grave, tão sério, tão circumspecto, fosse capaz de representar papel tão pouco digno de sua posição social e politica?

”Ah! meu caro collega, em nosso Brasil não ha falta de homens intelligentes e illustrados; a falta que ha é de homens de character e patriotas!... Já se foi o tempo, em que illustres cidadãos, eleitos senadores ou deputados, vinham declarar ao paiz que as respectivas eleições eram nullas, porque lhes faltava a idade legal!

“Não desesperemos, porem; no meio dessa multidão, que nos contempla, não pode deixar de haver homens de real merecimento e que passam despercebidos. O nosso dever é procural-os, chamal-os, attrahil-os ao seio da republica, para que esta possa realizar as esperanças dos que a fundaram e dos que a

ella sinceramente adheriram... Política larga, sem exclusivismos partidarios e moralizada, deve ser o nosso lemma. Cerremos ouvidos ás injurias; sofframos com prudencia as injustiças, que tanto doem, e prosigamos em nosso caminho, preocupados sómente da felicidade e grandeza do nosso estremecido Brasil.

“Seja sempre feliz. – Seu collega e amigo, - B. de Lucena.”

Depois dessas explicações ácerca das origens do golpe de Estado tratámos de saber quaes eram as idéas predominantes no governo quanto á reforma da constituição. Dissolvido o congresso cabia ao governo esboçar as idéas principaes de reforma da constituição. A que Deodoro considerava capital era a da unidade da magistratura. Elle costumava mostrar, á margem do projecto confeccionado pelo governo provisorio, as observações que escrevera, pleiteando-a. Depois era seu grande empenho que os officiaes da activa fossem privados de acceitar cargos de eleição popular. Confessava ter verificado no exercicio do governo que o desempenho desses cargos era incompatível com a disciplina militar. As terras devolutas e as minas deveriam pertencer á União; a camada dos deputados seria reduzida á metade dos seus membros, havendo como no senado igualdade de representação por Estado. Essa denominação ou a das antigas provincias não era questão decidida; mas Deodoro, embora partidario da autonomia adminsitrativa, tendia muito para fortificar a unidade política.

Emquanto o governo começava a cogitar desses assumptos, principiaram a sentir-se os primeiros rumores de conspiração. Apareciam denuncias e Júlio de Castilhos foi o primeiro a dar aviso de que se tramava na guarnição do Rio Grande, pedindo medidas repressivas em relação a certos officiaes. O ministro da guerra, general Frota, irmão do senador de igual nome, era inimigo pessoal do finado chefe rio-grandense e tinha collocado alli muitos desaffectedos seus. O Sr. Lucena procurava attender ás reclamações de Castilhos, mas o generalissimo declarava que não faria política com o exercito. Tão cega era a sua confiança nos camaradas que, quando o ministro lhe falava dos perigos a que o governo estava exposto, respondia que “ninguem ousaria pôr o pé fóra da fileira.”

Então reconstruiu o Sr. Lucena as peripecias que se passaram desde 22 até a manhã de 23. Aquelle dia foi domingo. Logo cedo, ao abrir o *Jornal do Brasil*, então dirigido pelo conselheiro Rodolpho Dantas, deu com os olhos num artigo de Joaquim Nabuco que muito o impressionou. Era um dialogo entre um soldado republicano e um soldado monarchista. Assaltou-o a idéa de que aquillo era um signal de rebate. Todas as suas informações, em que ainda hoje acredita, o levaram a crer que D. Augusto se estava approximando do Brasil. Partiu sem demora para ver Deodoro, a quem encontrou muito incommodado. Lá estava o almirante Foster Vidal, ministro da marinha, que se mostrava pesaroso. Alguns officiaes de marinha, de patente superior, tinham endereçado por seu intermedio uma

reclamação collectiva ao presidente da republica, já não se lembra ácerca de que assumpto, e o presidente resolveru não só os prender, como os mandar processar(7).

Neste momento já tinham chegado noticias de que rebentara a revolução no Rio Grande, sendo então resolvido que o almirante Foster Vidal seguisse para Montevidéo em missão que se prendia a esse conhecimento. Para substituil-o, lavrou-se decreto nomeando Saldanha da Gama. Chegando ao Itamaraty para ser empossado no cargo, ponderou esse almirante que em semelhante conjunctura os seus serviços seriam muito mais proficuos como chefe do estado maior. Prevaleceu a sua opinião, continuando a pasta com o Sr. Foster Vidal.

Já os operarios da estrada de ferro central se tinham declarado em parede. Essa noticia, porem, só chegou ao conhecimento do Sr. Lucena ás duas horas da tarde. Já eram quatro horas dadas quando lhe foi possível ir á estação central providenciar ácerca de assumpto tão grave, substituindo o director. Quando voltou ao Itamaraty, Deodoro participou-se que havia ordenado a prisão de Wandenkolk e Bocauyva. Os navios de guerra surtos no porto tinham sido tomados pelo almirante Mello e seus amigos. Fazia-se noite e desde então o Sr. Lucena não arredou pé do palacio. O Seu primeiro cuidado foi acautelar a Armação, pois o haviam informado de que os navios estavam desprovidos de munição. Immediatamente telegraphou nesse sentido para Nictheroy ao governador Portella.

Um accidente fatal veio ainda complicar a situação. Á meia-noite o general Deodoro teve uma dyspnéa horrivel, depois da qual adormeceu. O seu estado de saúde continuava a ser muito grave, No dia 15 fôra preciso ajudal-o a montar e apear do cavallo, sacrificio a que timbrou em sujeitar-se, porque tinha recebido aviso do ministro em Paris, o Sr. Piza, de que nesse dia, caso se expuzesse, seria assassinado por anarchistas estrangeiros, acoitados no Rio para esse fim.

Emquanto o general dormia, Saldanha telephonou, pedindo um batalhão de infantaria para tomar de abordagem um dos navios revoltados. O Sr. Lucena incumbiu um ajudante de ordens de transmitir á Frota a requisição de Saldanha. Aquelle, porem, respondeu que só a attenderia se recebesse ordem directa do presidente da republica. O Sr. Lucena mandou então dizer-lhe que o presidente dormia e não havia tempo para perder. O ministro da guerra continuou a resistir e veio em pessoa ao palacio para o declarar. Viu-se ahi forçado o Sr. Lucena a pedir ao almirante que esperasse.

Só as 6 horas da manhã o general despertou. “Por eu não me acordou:” forão as suas palaveas, quando o Sr. Lucena lhe narrou o occorrido. “Não tive coragem, depois da sua dyspn[ea]”, respondeu o ministro. Sem demora, Deodoro foi ao telephone, falou para todas as fortalezas, para a ilha das Cobras, e deu-lhes ordens terminantes de resistencia; depois abriu tranquillamente uma gaveta, tirou um revolver e

carregou-se, dizendo: “Só entrarão aqui sobre o meu cadaver.”

Confessa o Sr. Lucena que essa scena o abalou. O estado de saúde de Deodoro era a unica cousa que o aterrava. Ia ferir-se uma lucta terrivel e de um momento para outro elle poderia succumbir, não em combate, mas victima de uma commoção violenta, a que não tinha forças para resistir. Vislumbrou então a guerra civil e pensou que os navios revoltados poderiam ir para o norte ao encontro de D. Augusto. Deodoro não estava em estado de enfrentar tamanhos perigos e doia-lhe vê-lo sacrificar-se. Assim como lhe tinha pedido que não dissolvesse o congresso e o acompanhara depois sem hesitação, deliberou rogar-lhe que abandonasse o poder, confiando-o ao seu substituto, então forte e vigoroso. Desenvolveu-lhe todos esses receios, todos esses argumentos e supplicas e concluiu dizendo: “Você quis mencionar no decreto de dissolução um artigo consignando a sua renuncia; pois bem, faça-a definitiva agora.”

João Barbalho e Araripe estavam presentes e a tudo assistiam. Quando o Sr. Lucena acabou de falar, Deodoro levantou-se, pôz as mãos sobre a mesa, inclinando-se ligeiramente para a frente e, de cabeça baixa, reflectiu algum tempo. Depois, voltou-se, erecto, e ordenou a um dos seus ajudantes: “Lamenha, diga a Saldanha que julgue sem effeito as ordens dadas e venha falar-me.” E fitando outro: “Lobo Botelho, mande preparar o *landau* e vá dizer a Floriano que me venha falar.” Dirigindo-se então a todos, declarou: “Já

não sou presidente da republica e vou pedir a minha reforma.”

Foi uma desolação. Os commandantes de corpos, que estavam presentes, ficaram indignados. Carlos Ferraz não se continha, praguejava; João Telles, a um canto, mordía um lenço convulsivamente. Havia quem chorasse de raiva e desespero, e não faltou quem propuzesse resistir a todo transe, fazendo um pronunciamento que annullasse a deliberação tomada.

O palacio começou a ser invadido por amigos e quem sabe se por desaffectedos. Eis que chega o marechal Floriano. O coronel Lobo Botelho encontrara-o de “chambre”, tomando café, espantado da resolução “de Manoel”. Foi direto a Deodoro e abraçou-o. Ahi mesmo, este pediu-lhe a reforma. O Sr. Lucena pensou em ir ao thesouro despedir-se dos empregados e principalmente escolher papeis que eram seus. Floriano aconselhou-o: “Não vá; não se exponha.”

Quizemos saber que impressão deixou então Floriano ao Sr. Lucena: se lhe parecia penalizado da situação de Deodoro, ou se ao contrario parecia receber a herança como um justo triumpho.

Acha o Sr. Lucena que era difficil ou quase impossivel surprehender-lhe no semblante inalteravel o que porventura sentisse. Lembra-se apenas que estando quase a seu lado quando o general Argollo delle se approximou, o ouviu dizer baixinho: “Agora que triumphámos, haja toda moderação; nada de excessos.”

No dia seguinte, Deodoro, que se tinha recolhido a uma casa da rua do Riachuelo, requereu reforma, fez

comprar uma grande lada, nella encerrou todo o seu fardamento e insignias, e declarou que ia mandal-a arremessar ao mar. Dias depois sustava a ordem. Acredita o Sr. Lucena que, deante de medidas tomadas contra camaradas a quem queria muito bem e que sempre o procuravam elle chegou a pensar na hypothese de ter de tentar novo golpe. Certo é que a sua saúde todos os dias declinava e foi-lhe aconselhado o retiro de Petropolis. Em fins de março ou começo de abril dalli desceu, cada vez peor, com as pernas monstruosamente infiltradas.

O medico aconselhou-o a que, de manhã cedinho, subisse lentamente a rua Taylor. Tres vezes foi o Sr. Lucena buscal-o á rua Senador Vergueiro, afim de o levar á penosa jornada. A ultima foi no primeiro dia depois da reforma dos treze generaes, que em abril de 1892 escreveram a Floriano, lembrando-lhe que devia mandar proceder á eleição presidencial. Eram sete horas. Na descida, chegando á rua da Gloria, Deodoro parou algum tempo; olhou fixamente a rua da Lapa e voltou depois os olhos para o mar. A physionomia animou-se de uma vivacidade extranha; o olhar faiscava; as narinas arfavam; a barba parecia agitar-se; e todo o rosto inflammava-se daquella expressão fascinadora, que nunca terá esquecido quem lhe houver soffrido o dominio. Dir-se-hia que o seu espirito voava numa allucinação violenta. De repente, como se delirasse, começou a exclamar, em voz de commando: “Onde está essa infantaria que não marcha? Onde está a cavallaria que não avança? E esses navios

de fogos apagados?” Depois, como se baixasse á realidade: “Hei de escrever uma carta ao Sr. Floriano e ao Sr. Mello, dizendo-lhes que elles são os homens mais poderosos desta terra e praticam actos que eu não teria nem a coragem, nem o poder de praticar!”

Passada essa agitação, entrou no carro, voltou á casa, sempre afflicto, e no dia seguinte perdeu a fala para sempre, até morrer a 22 de agosto.

Cumpriram-lhe o ultimo desejo. Vestiram-n-o á paizana e dispensaram as honras militares a que tinha direito. Apesar disso, ainda pararam o seu enterro em frente ao quartel-general, nesse mesmo lugar onde elle passara “minutos de incerteza, que valeram por todos os annos da sua vida”. Ahi, a voz de um orador lembrou a audacia do seu feito...

Assim acabou o novo Caxias, que o barão de Cotegipe prophetizara e que suppondo servir á sua classe lhe havia immolado affectos, honras, socego e ainda a vida.

NOTAS

(1) O Sr. Prudente de Moraes Filho contestou os conceitos do barão de Lucena, mostrando que o congresso constituinte approvou unanimemente um voto de reconhecimento ao presidente e mais membros da mesa, pela sua imparcialidade na direcção dos trabalhos, e que o senado, em setembro de 1893, dirigiu uma mensagem ao seu vice presidente, Prudente de Moraes, para assignalar o apreço em que o tinha sua correcção e imparcialidade.

(2) O Sr. Prudente de Moraes Filho contestou também a exactidão dessa referencia, citando os annaes da constituinte, donde consta que o respectivo presidente nomeou commissões especiaes para receberem o presidente e vice-presidente da republica. Lê-se nessa citação: “Sendo introduzidos no recinto pelas commissões acima nomeadas, os Srs. Manoel Deodoro da Fonseca, presidente eleito da republica, e Floriano Peixoto, vice-presidente eleito da republica tomam assento á mesa, o primeiro á direita e o segundo á esquerda do presidente do congresso.”

O barão de Lucena redarguiu, dizendo que a commissão foi nomeada quando Deodoro já se achava no edificio do congresso e que houve demora em ir recebê-lo. Continuou a affirmar que a mesa do congresso abandonou o seu lugar para receber Floriano e que o facto foi presenciado por todos que, como elle, alli se achavam.

(3) A esse respeito, o general Cunha Mattos escreveu o seguinte: “O marechal Floriano, então, conspirava francamente. Admira que indo o marechal todas as noites ao encontro do visconde de Pelotas, nas Laranjeiras e acompanhado de secretas, o Sr. barão não soubesse o que o mesmo fazia. Não quis o Sr. barão contar o que se passou na conferencia com o visconde de Pelotas, em que o general Deodoro declarou que ia mandar bloquear o Rio Grande, que se sublevava, e matar á fome a população. Na noite do dia dessa conferencia ouvi do marechal Floriano, ao saber do que se passara: “Bloqueados estão elles *terra marique*.”

O Sr. Serzedello Corrêa referiu-nos o seguinte ácerca da cumplicidade de Floriano na conspiração. Nas proximidades de 23 de novembro, os Srs. Serzedello, Sampaio Ferraz e mais um ou dois outros adversarios da situação procuraram o marechal, que os ouviu sem nada dizer de importancia. No momento de sahirem os visitantes, elle deteve um instante o Sr. Serzedello, que dos tres ou quatro era o unico militar, e segredou-lhe: “Não temos infantaria; volte sosinho para conversarmos.”

(4) O Sr. Lauro Sodré respondeu ao Sr. Lucena, mostrando que dissentira do acto do governo e o condemnara sem restricções. Declarou que só expedira um telegramma ao ministro do interior para dizer que “saberia cumprir o seu dever, defendendo a constituição e a republica”. Aos Srs. Paes de Carvalho e

Chermont telegraphou para mostrar qual a situação em que o Estado se achava e referir que o seu procedimento tivera o applauso das classes armadas e da opinião publica, já lhe tendo sido feita uma grande manifestação popular. A própria opposição passara a apoiá-lo. Se o Sr. Paes de Carvalho quizesse, assumisse a responsabilidade de desencaminhar os destinos do Estado.

Como documentos comprobatorios transcreveu o Sr. Sodré as respostas dadas ao senado e câmara do Pará, nas quaes declarou que “tanto quanto o senado lamentava profundamente o acto do presidente da republica, que era um golpe vibrado contra o codigo politico da União” e que por isso o “condemnavam”.

(5) Num artigo publicado no *Jornal do Commercio* a 4 de setembro de 1909 e em resposta a Quintino Bocayuva, o Sr. Lucena repetiu que a dissolução do congresso foi acto de exclusiva iniciativa de Deodoro, a quem não conseguiu demover desse propósito. Nesse artigo o Sr. Lucena relembra com mais largueza as razões que lhe deu Deodoro para praticar aquelle acto e recusar a demissão pedida pelos ministros. Dizia Deodoro: “- Querem, então me abandonar? Ignoram que o congresso prepara contra mim uma denuncia, logo que for rejeitado o veto por mim opposto á lei de responsabilidade? Ignoram, que a discussão daquelle veto, na actual sessão legislativa, importa em um attentado contra a constituição, que clara e terminantemente prescreve que só na *sessão seguinte* poderá ella ter logar? Ignoram que o congresso não me dará lei de orçamento, e se me der, será em condições taes, que não poderei governar, a menos que queira incorrer nas diversas penas da lei de responsabilidade, que elle atropeladamente procura votar? Ignoram que me é cassada a faculdade de abrir creditos, mesmo para despesas feitas, e nenhuma verba é para esse fim decretada? Ignoram que elle leva o espirito mesquinho de opposição ao ponto de supprimir a verba para carros dos ministros, aliás parcamente remunerados?

“Não, accrescentou, isto que temos ahi não é um congresso legislativo, mas um ajuntamento anarchico, que deve desaparecer para a felicidade do Brasil.

“De que me tem servido a minha longanimidade, acceitando propostas de accôrdo para a recomposição do ministério?

“Diariamente, sou alli injuriado, sem protesto do presidente do congresso, dizendo-se até que tenho as *unhas aduncas* por escorvar nas arcas do thesouro nacional. É isto supportavel?

“Não se trata, presentemente, da minha pessoa, que está acima dos improperios, quaesquer que sejam, mas dos altos interesses da nação, que não podem ser sacrificados aos odios de ambiciosos e despeitados.

“Mantenho, pois, a minha resolução, porque não entrevejo outro expediente para salvar a republica, contra a qual conspiram os que não a acceitaram, e os que a procuram explorar.”

(6) No artigo citado em nota anterior escreveu a este respeito o Sr. Lucena:

“O que occorreu em 3 de novembro de 1891 eu o previ, solicitando a Deodoro a dissolução do congresso constituinte no dia seguinte ao do encerramento dos seus trabalhos.

“Eu então lhe ponderava que aquelle congresso, dividido como estava em duas fracções inconciliaveis, não podia imparcialmente desenvolver as theses constitucionaes e praticar nada de bom e proveitoso a republica; que, eleito por leis dictatoriaes, elle já tinha preenchido a sua missão; que agora, que iamos entrar no regimen da ordem e legalidade, cumpria que a nação enviasse novos mandatarios, eleitos por leis que garantissem o voto, e accrescentei que a disposição transitoria da constituição, convertendo o congresso constituinte em congresso ordinario, era um verdadeiro attentado contra a soberania nacional e um acto de immoralidade, porque não era licito aos congressistas votarem em proveito proprio.

“Elle aceitou as minhas ponderações e ordenou-me que preparasse os respectivos decretos. No dia seguinte mandou-me chamar ao Itamaraty e declarou-me que tendo bem meditado sobre o caso se abstinha de tomar tal deliberação.

“Retirei-me dizendo-lhe: O que recusais fazer hoje sereis forçado a fazzel-o amanhã sem razão justificativa, desde que acceitae a legalidade do attentado.”

(7) Eloquentic licção decorre dessa mudança dos tempos. O signatario do manifesto dos dois genraes, auctor das representações do club militar á princeza regente e da assembléa do Recreio Dramatico ao imperador, condemna-se á si proprio e

a todos que o tinham seguido, e considera agora, chefe do Estado, aliás fóra da constituição, quanto é pernicioso e inconciliavel com o exercicio de um governo regular esse regimen de soldados politicos e de exercitos deliberantes.